UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Patrícia Mafra de Amorim

**Karen Horney, o feminismo e a feminilidade:
um desmentido na história da psicanálise**

São Paulo
2021

PATRÍCIA MAFRA DE AMORIM

**Karen Horney, o feminismo e a feminilidade:
um desmentido na história da psicanálise**

(Versão Corrigida)

Tese apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São
Paulo como parte das exigências para
obtenção do título de Doutora em
Ciências.

Área de concentração: Psicologia Clínica.
Orientador: Prof. Dr. Daniel Kupermann.

São Paulo
2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL
DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA
A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São
Paulo Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mafra de Amorim, Patrícia

Karen Horney, o feminismo e a feminilidade: um desmentido na história da psicanálise / Patrícia Mafra de Amorim; orientador Daniel Kupermann. -- São Paulo, 2021.

135 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. História da Psicanálise. 2. Karen Horney. 3. Desmentido. 4. Feminilidade. 5. Feminismo. I. Kupermann, Daniel, orient. II. Título.

Nome: AMORIM, Patrícia Mafra de

Título: Karen Horney, o feminismo e a feminilidade: um desmentido na história da psicanálise

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Profa. Dra.:

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Profa. Dra.:

Instituição:

Julgamento:

Profa. Dra.:

Instituição:

Julgamento:

Once and for all, we should stop bothering about what is feminine and what is not. Such concerns only undermine our energies. Standards of masculinity and femininity are artificial standards. All that we definitely know at present about sex differences is that we do not know what they are. Differences between the two sexes certainly exist, but we shall never be able to discover what they are until we have first developed our potentialities as human beings. Paradoxical as it may sound, we shall find out about these differences only if we forget about them. (HORNEY, K. 1935)

AGRADECIMENTOS

Agradeço às mulheres que me acompanharam nesta jornada que foi a escrita desse trabalho, por serem quem são e me darem a oportunidade de experimentar o que quer eu seja.

Ao amigo, AT de tese, companheiro de trocas sobre gatos, drinks e teorias, Ludu, de quem recebi apoio e cobranças fundamentais, sem os quais esse trabalho não teria sido possível. Obrigada por me receber e ajudar a chamar SP de casa.

Ao meu sempre espirituoso orientador, Daniel Kupermann, pela atenção sensível e hospitalidade a mim e ao meu trabalho, pela disposição para os debates, pelas observações perspicazes, pelas sugestões de leitura e de botecos; e, acima de tudo, pela confiança.

Agradeço à minha família pelo amor e suporte permanentes e incondicionais. Ao meu pai, Ricardo, pelo interesse e preocupação; ao meu irmão, Felipe, pelos abraços, risadas e conversas e por ter nos presenteado com as mais queridas novas membras da família: Lalá e Tininha; e às duas grandes mulheres, Terezinha e Paula, minhas maiores entusiastas, conselheiras e exemplos de humanidade.

Aos amigos do psiA, parceiros dessa e de outras aventuras, que me ensinaram tanto nesses anos, Ana Paula, Rita, Will, Lucas, Barthô, Gus e todas e todos que me acompanharam na escrita desse trabalho, tornando tudo menos solitário e me ajudando a solucionar os impasses do caminho.

À Adrienne, Denise, Fábio e Marina por aceitarem o convite para a arguição desse trabalho, superando distâncias e outras barreiras; pela inspiração que são para mim e pelas contribuições inestimáveis na construção dessa pesquisa e do campo psicanalítico.

Às queridas Cláudia, Camila, Márcia e Malu, por me ensinarem com tanta paciência e prontidão os caminhos das pedras no IP, tolerando minhas confusões e perguntas infundáveis com competência e afeto.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”, o qual foi imprescindível para seu desenvolvimento e conclusão. Graças a esse apoio e à qualidade dos serviços prestados por esta agência pude realizar parte da pesquisa em NY, cidade na qual K. Horney residiu e atuou nos últimos 20 anos de sua vida. Por tudo isso, sou imensamente grata e atesto sua importância no desenvolvimento de pesquisas universitárias nas mais diversas áreas do conhecimento.

Agradeço à Nat e à Nina, amigas sempre presentes, não importando a distância. Nossa amizade é das coisas preciosas da vida, que mudam e permanecem inabaladas, ou melhor, evoluem.

À Paty, Lu Ivanenko, Julie e Lu Pontes, por nunca esquecerem de mim, suportarem a distância e a ausência, fazendo com que eu sentisse que jamais deixamos de estar juntas.

Aos amigos de SP, que me mostraram uma cidade fantástica, cheia de amor. Obrigada Débora, Michel, Daniel, Vivi, Mari, Rafa, Pri, Tomtom, Chico, Marta, Cauê e Jack.

Aos meus tios, Paulo e Silas, minhas tias, Lília, Sônia e Regina, meus primos Tuca, Betinho e Lucas, Rô e às primas Carol, Gê e Aninha e meu ‘vôdrasto’ Nilton; e à minha avó Rosita, nossa imponente matriarca, pela sinceridade mordaz e os cafunés incomparáveis.

Ao lado de cima do Equador: Mari, Mel, Maria, Jeff, Lenon, Hughie, Hawk, Greg Weil, Richelle, Jasin, Greg Thomas, Jewel and Meeko, por terem sido minha casa “lá fora”.

Ao Rodrigo Linhares, Diego Mansano, Andrea Guerra e Vera Regina, colegas inestimáveis e companheiros dos trancos e barrancos da docência.

Aos queridos Lucas, Denise e Nose, pelo carinho e apoio à distância, que sempre me deram a certeza de que, não importando aonde eu vá, terei sempre pra onde voltar.

Aos do Val e Jorge dos Santos, por me acolherem em SP na constante disposição para comemorações.

À Bjork e à Glingló, companheiras no tilintar das teclas do computador, em cima dos livros, no colo, deitadas nos chinelos ou enroscando nas pernas; sempre ali do lado, ao alcance de um carinho, aumentando meus risos e me lembrando de brincar.

Ao meu momo, Bruno, sempre presente em todas as crises, *insights*, descobertas, dúvidas, idas e vindas. Meu companheiro de aventuras e desventuras, que me ensina a cada dia o que o amor pode ser...

*Ou nos tempos mais difíceis que eu te confortei
Se eu chorei, você chegou, me confortou também
As cervejas do começo, a gente se deu bem
Brincadeiras com o futuro e quem nós vamos ser
E o amor que a gente tem e sempre vamos ter...*

RESUMO

Amorim, P. M. (2021). *Karen Horney, o feminismo e a feminilidade: um desmentido na história da psicanálise*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Este trabalho visa a demonstrar as especificidades da historiografia psicanalítica a partir da história de uma figura um tanto marginalizada, Karen Horney. Apesar de já se saber que a História enquanto disciplina não é apenas a escrita de uma sequência de fatos, mas antes uma maneira de organizar determinada narrativa, fazemos um retorno aos primórdios da psicanálise e sua institucionalização para analisar um fenômeno comumente apontado por psicanalistas e historiadores deste campo: a exclusão de uma autora e suas contribuições. Estudiosos já chamaram este tipo de exclusão de repressão, recalque, morte pelo silêncio, entre outros tantos nomes na tentativa de compreender as influências, tanto do contexto sociopolítico quanto das mais sutis dimensões transferenciais na transmissão da psicanálise ao longo do tempo. Nesta tese, no entanto, utilizamos a noção de trauma em Sándor Ferenczi para dar conta do desafio de compreender a marginalização de uma psicanalista que teve voz ativa nos principais debates teórico-institucionais do campo, foi co-fundadora dos Institutos Psicanalíticos de Berlim e Chicago, questionou o falocentrismo da psicanálise, inserindo pautas feministas em suas teorizações; mas que teve sua figura e contribuições deixadas de lado por muito tempo. Para atingir esse objetivo, o texto divide-se em cinco capítulos, sendo o primeiro destinado a considerações de cunho epistemológico sobre a História, a Psicanálise e a historiografia psicanalítica. O segundo, terceiro e quarto capítulo, com discussões metapsicológicas e históricas, desenvolvem a ideia central da tese: o processo traumático do desmentido como chave interpretativa para os acontecimentos que levaram ao esquecimento de Karen Horney. Dessa forma, cada um desses capítulos destinou-se a fazer a transposição da teoria da traumatogênese ferencziana da clínica para a historiografia, dividindo-a em três tempos: a confusão de línguas; o testemunho; e o desmentido. Finalmente, o quinto capítulo apresenta os resultados e considerações finais da pesquisa, apontando futuras possibilidades de investigação na área.

PALAVRAS-CHAVE:

História da Psicanálise; Karen Horney; Desmentido; Feminilidade; Feminismo.

ABSTRACT

Amorim, P. M. (2021). *Karen Horney, feminism, and femininity: a disavowal in the history of psychoanalysis*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

This work aims to demonstrate the specificities of psychoanalytic historiography based on the story of a somewhat marginalized figure, Karen Horney. Although it is already known that history as a discipline is not just the writing of a sequence of facts, but rather a way of organizing a given narrative, we return to the beginnings of psychoanalysis and its institutionalization to analyze a phenomenon commonly pointed out by psychoanalysts and historians of this field: the exclusion of an author and her contributions. Scholars have already called this type of exclusion repression, repression, death by silence, among many other names in an attempt to understand the influences, both of the socio-political context and of the more subtle transference dimensions in the transmission of psychoanalysis over time. In this thesis, however, we used the notion of trauma in Sándor Ferenczi to address the challenge of understanding the marginalization of a psychoanalyst who had an active voice in the main theoretical-institutional debates in the field, co-founded the Psychoanalytic Institutes in Berlin and Chicago, questioned the phallogentrism of psychoanalysis, inserting feminist agendas in his theorizations; but that was left aside for a long time, along its contributions. To achieve this objective, the text is divided into five chapters, the first of which is aimed at epistemological considerations on History, Psychoanalysis and Psychoanalytic Historiography. The second, third and fourth chapter, with metapsychological and historical discussions, develop the central idea of the thesis: the traumatic process of denial as an interpretive key to the events that led to Karen Horney's oblivion. Thus, each of these chapters was intended to transpose the theory of ferenczian traumatogenesis from the clinic to the historiography, dividing it into three stages: the confusion of languages; the testimony; and the denial. Finally, the fifth chapter presents the results and final considerations of the research, pointing out future research possibilities in the area.

KEYWORDS

History of Psychoanalysis; Karen Horney; Disavowal; Femininity; Feminism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 A História, a Memória e a Verdade	14
1.2 A historiografia psicanalítica e sua lida com os dissidentes	17
1.3 O trauma em três tempos de Ferenczi.....	20
1.4 Desmentido como metáfora/chave interpretativa	25
2 O PRIMEIRO TEMPO: A CONFUSÃO DE LÍNGUAS	29
2.1 Quem foi Karen Horney e qual sua relação com o freudismo.....	30
2.2 O campo psicanalítico: o que é Psicanálise?	40
2.3 Revisionismo na América.....	47
3. O SEGUNDO TEMPO: TESTEMUNHAR É PRECISO	54
3.1 A teorização como testemunho.....	55
3.2 Horney, feminismo e feminilidade	60
3.2 A teoria madura de Horney.....	74
4 O TERCEIRO TEMPO: O DESMENTIDO	82
4.1 Denúncia e desmentido na teoria	87
4.2 O desmentido nas instituições	104
4.3 O desmentido na historiografia psicanalítica – um campo clivado?	118
5 ENCAMINHAMENTOS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, começaremos pelo fim da pesquisa, pois a parte final desta tese foi realizada em meio à pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), com suas medidas de isolamento social, e à instabilidade política e econômica que assolaram o país no ano de 2020 e no início de 2021. A bem da verdade, o país já passava por instabilidades políticas há alguns anos, mas a eleição do atual governo elevou o patamar de inconstâncias ao qual já estávamos acostumados, considerando que somos uma democracia relativamente nova. Penso que não seria justo com a pesquisa, comigo e com as leitoras e os leitores se tal situação política, econômica e sanitária não fosse de alguma forma endereçada aqui. Afinal, estamos vivendo uma disputa polarizada entre forças conservadoras e progressistas, ao redor do mundo, que já afetam, sem sombra de dúvida, nossa memória e história; e que, consequentemente, afetaram também a construção deste trabalho.

A intenção desta apresentação, portanto, será demonstrar brevemente o percurso desta pesquisa ao mesmo tempo em que buscaremos apresentar as justificativas para a sua realização. Para isso, precisarei remontá-las ao seu início e às circunstâncias em que foi construída.

Quando ingressei no doutorado, em 2017, recém mudada de Belo Horizonte, não fui contemplada por bolsas de instituições de fomento nacionais ou estaduais. À época, a situação das universidades públicas no país já começava a degradingolar. Não entrarei no mérito das políticas públicas para o ensino superior que vinham sendo adotadas durante os governos petistas e que, se por um lado ampliaram de maneira inédita o acesso à universidade, também levaram à construção de verdadeiras empresas privadas de educação, financiadas com dinheiro público¹.

O que temos observado desde 2016 são ataques diretos e frequentes por parte do Governo às instituições públicas de pesquisa, que vão desde buscas e apreensões de documentos - como ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina e também na Universidade Federal de Minas Gerais, com professores sendo conduzidos coercitivamente para depoimentos, sem razão para tal – até o mais recente corte de verbas destinadas às fundações de fomento à pesquisa em nível nacional, o qual quase impediu

¹ Para uma discussão mais detalhada do assunto, referimos às leitoras e leitores o texto “Expansão Da Educação Superior Brasileira (1999-2010): Políticas, Instituições E Matrículas” de Barreyro & Costa (2014).

minha ida aos EUA para realização do doutorado sanduíche. Em consequência dessa situação, iniciei o percurso desta pesquisa sem auxílio financeiro destas instituições, sendo a única entre os colegas doutorandos do meu grupo de pesquisa – todos homens – que não havia sido contemplada.

Uma observação importante: apesar de já estudar e pesquisar sobre as desigualdades de gênero na sociedade há alguns anos, ainda é difícil para mim posicionar-me de maneira a denunciar e combater tais desigualdades de forma assertiva. Escrevi e apaguei algumas vezes esta apresentação, especialmente a frase do último parágrafo, pois, constantemente, quando uma mulher se coloca de tal maneira muitas são as críticas e os olhares dúbios que lhe são dirigidos. Com isso, não quero dizer que haja uma discriminação explícita ou uma falta de atenção do programa de pós-graduação do qual faço parte a tais questões; mas, sim, reafirmar que nenhum campo da sociedade atual está livre de reproduzir lógicas excludentes. O que me leva de volta às circunstâncias atuais da pandemia.

Dentre os inúmeros problemas que grande, se não toda, a população mundial teve que enfrentar durante esses meses – o medo da contaminação, o luto por vidas e modos de vida que se foram, o desemprego, os desafios da educação a distância etc. –, um deles possui relação íntima com a pesquisa que desenvolvo: o aumento nas taxas de violência doméstica contra a mulher. Em comunicação pessoal, Júlia Kristeva (2020) associou esse aumento não apenas aos altos níveis de tensão a que toda a sociedade estava submetida, mas a uma particularidade dessa situação: a transferência da importância da esfera pública à doméstica, onde a mulher, historicamente, ocupa o lugar de poder. A autora reforça a dimensão fóbica que o poder nas mãos de uma mulher ainda possui em nossa sociedade, o que pode ter contribuído para o alargamento das atitudes antifóbicas por parte de vários homens. De certa forma, a pandemia revelou problemas profundos e antigos que ainda não foram solucionados. A violência contra a mulher e a comunidade LGBTQIA+, a desigualdade entre classes, o racismo institucionalizado, assim como os movimentos anticientíficos, os quais têm sido conhecidos como negacionismos, em referência às narrativas que negam a existência ou a dimensão do holocausto, ainda se fazem demasiado presentes na história atual do país.

Entretanto, nem só de estagnações e retrocessos se faz a história. No último ano, também temos visto um aumento do debate sobre o feminicídio, que vem ganhando espaço na mídia, revelando a importância da criação do termo para a denúncia de crimes de gênero, o que também se reflete nas políticas públicas. Vemos personagens e

protagonistas femininas em séries de TV, filmes, livros e na política – mesmo que aqui ainda menos do que se espera em termos de representatividade. Essa mudança deu-se não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo: percebe-se a emergência de temas que eram tabus há poucos anos ou que antes só haviam sido abordados do ponto de vista masculino, como o direito das mulheres em relação a seu próprio corpo, a (re)descoberta da sexualidade na puberdade, a homossexualidade, o mercado de trabalho – o corpo feminino está presente e tem sido percebido. Os reconhecimentos não ocorrem todos na mesma medida, visto que a opressão e a repressão incidem de diferentes formas em cada um deles, em obediência aos antigos parâmetros patriarcais. Parece-me, ainda assim, que as novas gerações têm sido expostas mais abertamente às inconsistências desse modelo, possibilitando suscitar críticas em relação a ele, e, ao menos, nos dão a esperança de novos horizontes.

Nesse sentido, entendo que a presente pesquisa é também reflexo destes últimos avanços que tivemos no campo social. Inspirada por textos de outras autoras e novas pesquisas sobre o estatuto das mulheres em psicanálise, dediquei-me nos últimos anos à vida e à obra de Karen Horney. Minha história com a autora começou durante o curso de mestrado em Estudos Psicanalíticos na UFMG, com a proposta de estudar a instituição monogâmica dentro da psicanálise. O grupo de pesquisa coordenado pelo meu orientador na época, Prof. Dr. Fábio Belo, estava se reunindo para estudar as pioneiras da psicanálise e Karen Horney não poderia estar de fora. Tomando contato com a sua obra, descobrimos que, para tratar de questões referentes ao casamento, às relações amorosas e à monogamia, seria quase impossível não citar os trabalhos de Horney como “O ideal monogâmico”, “Problemas no casamento”, “A necessidade neurótica de amor”, entre tantos outros.

Para os fins da pesquisa de mestrado, os artigos de Horney reunidos em *Psicologia Feminina* – coletânea publicada postumamente em 1967 por um dos alunos de Horney, a qual fez com que houvesse um renovado interesse na obra da autora, que havia caído no esquecimento após sua morte em 1952 – seriam suficientes. Esses artigos, escritos durante o período que poderíamos chamar de “primeira Horney”, tocaram-me profundamente. Como algumas das leitoras e leitores devem saber, Karen Horney é tida como a psicanalista que inseriu a pauta feminista na psicanálise, e nesses artigos fica claro o porquê dessa afirmação. Questionando o falocentrismo presente tanto na sociedade

quanto na própria psicanálise, Horney (1991[1933²]) não se furtava apontar os psicanalistas que exprimiam em suas teorizações concepções altamente contaminadas pelo machismo em relação ao desenvolvimento psíquico feminino.

Parte da segunda geração de analistas era, portanto, contemporânea de Freud, e foi cofundadora de institutos de psicanálise importantes, como o de Berlim e o de Chicago. Já nessa época, ao mesmo tempo em que dialogava com seus pares, também trazia questionamentos clínicos e políticos vanguardistas, especialmente em relação à feminilidade. Tal posição teve grande impacto sobre mim, especialmente por serem poucas as vezes em que tinha lido sobre sua participação na institucionalização da psicanálise, ou mesmo citações de sua obra

Mobilizada por tal estado de coisas e inspirada pelo movimento de “redescoberta” de psicanalistas esquecidos das primeiras gerações, como Ferenczi e Spilrein, decidi pesquisar o que havia acontecido com esta autora e suas ideias, supondo que algo na historiografia psicanalítica facilitava este tipo de exclusão. Assim, utilizamos o conceito de desmentido da traumatogênese ferencziana a fim de compreender que “algo” seria esse e como se relacionaria com as ideias e a figura institucional de Karen Horney. Para tal, faremos uma imersão na historiografia da psicanálise, na teoria da feminilidade de Horney e nos contextos político-institucionais em que se inserem.

Entendendo a psicanálise como uma ferramenta de grande valor para a interpretação da realidade, do ponto de vista terapêutico e político, parece-nos fundamental que não poupemos esforços para a melhoria e atualização desta ferramenta, através de um exame crítico das forças que a constituíram e constituem. Convidamos agora as leitoras e os leitores a nos acompanhar neste exercício, tendo como fio condutor a história de Karen Horney e sua teoria da feminilidade.

1.1 A História, a Memória e a Verdade

Ao nos referirmos à memória, história e verdade na atualidade é possível que uma série de associações ocorram aos leitores e leitoras. Estas três noções articulam-se de tal forma, que seria no mínimo imprudente não as explicitarmos neste trabalho, uma vez que buscaremos revisitar, redescobrir e recontar a história da psicanálise. Recontar nesse

² Como trabalhamos com uma perspectiva histórica, para a qual uma orientação cronológica é de suma importância, e diversos textos publicados originalmente em uma data foram republicados, indicamos, sempre que possível, a data da edição consultada e, entre colchetes, a data do texto original.

contexto, como talvez possa parecer, não significa distorcer ou dissimular a forma como transcorreram os fatos. Mas, sim, reconhecer que também a História, como disciplina científica, é construção da realidade, e não meramente sua descrição.

Construir a realidade no paradigma atual das ciências humanas, bem como na clínica psicanalítica, significa – entre outras coisas - evidenciar o lugar da interpretação na estruturação da ação. Em outras palavras, é compreender que a História não pode ser lida como mera sucessão de eventos ao longo do tempo, mas como afirma Certeau que o discurso histórico é relativo a um lugar particular de enunciação (DOSSE, 1996).

Vale observar que este lugar de enunciação não é um lugar qualquer, mas que “frequentemente, vemos que a história só conserva da História aquilo que legitima o poder dos que governam” (FERRO, 2010[1974], p. 85). Coloca-se em questão, portanto, o estatuto de verdade única que a História oficial teve e, muitas vezes, tem ainda hoje³. A evidenciação deste lugar da interpretação nas ciências, inaugurou o paradigma interpretativo na história enquanto disciplina (DOSSE, 1996). O método por excelência deste novo paradigma, a hermenêutica, situa-se entre a explicação e a compreensão do fenômeno, em um campo de eterna tensão. Dado que, simultaneamente, este método afirma a impossibilidade de explicação total e completa do seu objeto, enquanto busca construir compreensões legítimas acerca do mesmo. Como aponta Dosse:

A concepção de verdade daí resultante é uma concepção em tensão. A hermenêutica se desenrola segundo uma linha dupla: por um lado, a revelação do duplo sentido, do sentido oculto numa perspectiva de desmitologização, de redução das ilusões, e, por outro, ela participa de um resgate do sentido dado e atestado, da restauração de um sentido comunicado. Essa dualidade não permite concordância nem ecletismo. A unificação do conflito interpretativo representa uma violência que só pode desembocar em algum reducionismo empobrecedor. (DOSSE, 1996, p. 45-46)

Situando a psicanálise dentro deste paradigma interpretativo, buscaremos, por um lado, também questionar quais são os pressupostos e objetivos na escrita da história deste campo, desvelando sentidos ocultos enquanto buscamos outros novos. Historicizando a própria história do movimento psicanalítico, retomaremos Karen Horney, autora que foi deixada de lado nesta história, visando compreender quais forças operam, e como operam, na construção da historiografia deste campo. Essas forças são, como já vimos tantas

³ A Escola dos Annales – movimento historiográfico iniciado no final da década de 20 e revolucionário no campo de estudo da História – questionava esses métodos positivistas de análise da história, buscando ao invés disso uma compreensão mais ampla a partir de uma hermenêutica do estado das civilizações e mentalidades.

vezes, conflitantes, mas irreduzíveis a dicotomias simplistas como certa e errada, realidade e fantasia, verdadeira e falsa.

O lugar de Horney nos primórdios dessa história parece-nos digno de nota, mas por algum motivo a autora parece não ter sido reconhecida na mesma medida em que contribuiu para o desenvolvimento teórico e institucional da psicanálise. Psicanalista da segunda geração, sendo uma das primeiras mulheres no campo e tendo formação também em psiquiatria, a autora apresentou vasta teorização sobre a constituição psíquica feminina, encabeçando o debate sobre a feminilidade que dividiu psicanalistas de todo o mundo entre as décadas de 20 e 30. Horney foi membro fundadora do Instituto de Berlim, auxiliando na estruturação da tão importante Policlínica de Berlim ao lado de Abraham e Eitington (RUBINS, 1978).

Ao se mudar para os EUA, em 1932, a convite de Franz Alexander para tornar-se diretora associada do novíssimo Instituto Psicanalítico de Chicago, a autora empreende grandes esforços na divulgação da psicanálise no novo mundo, tanto através de cursos teóricos como de supervisão clínica e análise didática. Em 1935, Karen muda-se de cidade e passa a integrar o corpo de analistas do Instituto Psicanalítico de NY, então o centro da psicanálise no país. Mas não por muito tempo. Com sua personalidade forte e tendo grande respeito por parte dos candidatos e alunos, as ideias divergentes de Horney começaram a ser problemáticas demais para o Instituto e ela é expulsa em 1941 e colegas como Clara Thompson, Erik Fromm e Harry Stack Sullivan a acompanham na fundação da Associação Americana para o Avanço da Psicanálise, que existe até hoje na cidade de NY.

Vale ressaltar que a autora também é considerada pioneira na inserção de pautas feministas na psicanálise – áreas historicamente em embate - e autora do polêmico conceito de inveja do útero. Horney pode também ser vista como uma ponte importante entre o freudismo, a psicanálise interpessoal e a psicologia do ego, sendo que esta última só pôde surgir devido à mudança dos analistas da Europa para a América, como foi o caso da autora em questão.

Pesquisadores que se debruçaram sobre a história da psicanálise, como Cristiana Facchinetti, Daniel Kupermann e Carmen Lúcia Valladares, ajudam-nos a compreender que inúmeras versões podem ser extraídas dos mesmos fatos. Em psicanálise isso se torna ainda mais importante levando-se em conta que diferentes matrizes do pensamento clamam para si – enquanto negam às outras – a legitimidade de sua herança freudiana (Mezan, 2004). No entanto, o que cada vez mais as pesquisas em história da psicanálise

têm nos mostrado é que não existe uma “psicanálise verdadeira” e que, aquelas que assim se apresentam, seriam as vencedoras dos jogos de poder engendrados durante o processo de constituição da história da psicanálise.

Este trabalho buscará demonstrar a importância da retomada de uma parte da história que, diríamos, foi desmentida devido às condições sócio-políticas em que a autora em questão se inseria. Fazendo jus à importância do passado da psicanálise, retomaremos o lugar de Karen Horney na história do movimento psicanalítico, a partir da análise de sua teoria e da recepção que recebeu, localizando tal recepção em um contexto histórico, político e social. Acreditamos que tal retomada pode, da mesma forma que um processo analítico, preencher algumas lacunas na história e na teorização psicanalítica e assim evitar repetições indesejáveis.

Revisitar a história da psicanálise nos ajuda, portanto, a compreender as questões que se apresentam hoje nos campos político e clínico desta área para que possamos nos posicionar frente a elas de maneira ética e lúcida. Buscaremos neste capítulo apresentar nossa hipótese em relação ao destino de Karen Horney na historiografia psicanalítica, o qual parece ser um destino antes comum neste campo: o apagamento ou marginalização de uma psicanalista e sua teoria nos meios de transmissão deste saber.

1.2 A historiografia psicanalítica e sua lida com os dissidentes

A história da psicanálise é um campo vasto e muitas vezes obscuro. Mas, entre cartas, rascunhos quase perdidos, documentos trancados na Biblioteca do Congresso em Washington e atas de reuniões, além de artigos, revistas e livros publicados, material não falta, bem pelo contrário. Também não faltam modos de contar essa história: das primeiras histórias, escritas pelos próprios psicanalistas, até trabalhos feitos por historiadores de formação sem nenhum percurso em psicanálise. Exemplos clássicos são as biografias de Freud, desde *A vida e a obra de Sigmund Freud*, escrita por Ernest Jones, e cujos três volumes foram publicados originalmente entre 1953 e 1957, até aquela escrita pelo historiador Peter Gay em 1989.

De um lado, uma verdadeira hagiografia, pintando Freud como um gênio solitário e incompreendido, o verdadeiro pai da psicanálise ou, pior, o pai da verdadeira psicanálise. De outro, um trabalho de historiografia feito de acordo com os padrões científicos e acadêmicos, que resulta num Freud mais humano, fruto de seu tempo, artífice

de um edifício teórico e institucional que, mesmo considerando sua genialidade, é a resultante de uma colaboração entre colegas.

Não é difícil perceber que duas figuras muito distintas emergem de cada um desses relatos. Também não é difícil perceber que as implicações de cada uma delas para o modo como se entende a constituição do movimento psicanalítico – grosso modo, o conjunto de instituições, publicações, regras e dispositivos que compõem o campo no qual se formam e atuam os psicanalistas – em relação à figura de Freud. Entre um gênio solitário e um gênio participante de um grupo, *primus inter pares*, o modo como o movimento psicanalítico conta sua história é muito diferente. Para além de uma certa curiosidade histórica – que, diríamos, é muito bem-vinda em tempos como o nosso, em que vigora o esquecimento histórico, como nos movimentos negacionistas, sejam da ditadura, sejam dos efeitos nefastos de longos anos de exploração predatória do planeta –, isso possui consequências diretas na forma de transmissão da psicanálise e em sua estruturação institucional.

Afinal, o que nós, analistas, desejamos para o futuro da psicanálise? A repetição dos seus velhos modos de organização, geralmente focados em figuras carismáticas e centralizadoras de homens ou a abertura a modos mais democráticos de formação, capazes de suportar a diversidade de formas de pensar e atuar, reafirmando o caráter copernicano da disciplina? Se Freud é tido como o gênio isolado e incompreendido, quem precisa ser excluído da narrativa para que ele ganhe protagonismo?

Ao mergulhar na história da psicanálise, podemos observar que este campo foi se constituindo, em grande medida, a partir de suas dissidências, pelos conflitos político-teóricos entre seus atores e seus multideterminados corolários. Mas, se essa historiografia da psicanálise vai sendo construída a partir da ideia de que o movimento psicanalítico deve ser uno e indivisível em seus postulados teóricos, o que é um jeito de legitimar teoricamente certa política institucional, quais teorias, ou melhor, quais dissidentes ficaram de fora? Onde estão as mulheres nesse modo de contar a história da psicanálise? Quais são suas influências na teoria e na prática que realizamos hoje? E, principalmente, por que essas perguntas ainda são tão difíceis de responder?

Ao compartilhar com a atual diretora da Associação Americana para o Avanço da Psicanálise, Giselle Galdi, minha inquietação diante da sensação um tanto vaga e nem sempre aceita de que o campo psicanalítico não é, até o presente momento, igualitário em termos de gênero, a resposta veio na forma de outra pergunta incômoda: “Mas qual campo realmente o é?”.

Diante dessas inquietações, esta pesquisa buscou organizar, a partir do mergulho na vida e obra de Karen Horney, um método de abordagem à historiografia psicanalítica que fosse capaz, ao mesmo tempo, de considerar as peculiaridades do campo, sem deixar de examinar as contingências externas que possuem influência sobre ele, para que talvez novos horizontes desponham. Nessa busca, a teoria da traumatogênese de Sándor Ferenczi apresentou-se como um modelo bastante útil de análise, na medida em que nos ajudou a compreender a dissimetria do poder nas instituições psicanalíticas, desvelando a vulnerabilidade de determinados discursos teóricos e os destinos que tiveram na história da psicanálise.

Nesse sentido, argumentamos que a narrativa historiográfica da psicanálise opera a partir de um dispositivo que poderíamos chamar de “desmentido”, seguindo a *Verleugnung* ferencziana: uma cisão entre as diferentes versões levando a um lugar em que se acumulam os indesejados, os que atrapalham a narrativa oficial, os que colocam em xeque o cânone (seja histórico, seja teórico). Um lugar que, avesso da *utopia*, configura-se como um não-lugar: quem ali é posto não tem voz. No que diz respeito à Psicanálise, o trágico é que encontramos o início deste “modo de contar” sob a pena do próprio Freud. Senão, vejamos o primeiro parágrafo de “Sobre a história do movimento psicanalítico”

Não é de se estranhar o caráter subjetivo desta contribuição que me proponho trazer à história do movimento psicanalítico, nem deve causar surpresa o papel que nela desempenho, pois a psicanálise é criação minha; durante dez anos fui a única pessoa que se interessou por ela, e todo o desagrado que o novo fenômeno despertou em meus contemporâneos desabafou sobre a minha cabeça em forma de críticas. *Embora de muito tempo para cá eu tenha deixado de ser o único psicanalista existente, acho justo continuar afirmando que ainda hoje ninguém pode saber melhor do que eu o que é a psicanálise, em que ela difere de outras formas de investigação da vida mental, o que deve precisamente ser denominado de psicanálise e o que seria melhor chamar de outro nome qualquer* Ao repudiar assim o que me parece nada menos que uma usurpação, estou indiretamente levando ao conhecimento dos leitores deste *Jahrbuch* os fatos que provocaram modificações em sua editoria e formato. (FREUD, 1914, p. 16) [grifos nossos].

“O que seria melhor chamar de outro nome qualquer”: desde, pelo menos, As *palavras e as coisas*, de Foucault, sabemos que nomear não é sem consequência. Quais as consequências de Freud se arrogar o direito de dizer quem é psicanalista e, consequentemente, quem não é? Uma história em que se acumulam “dissidentes”, como Adler e Jung, que não partilhavam do mesmo credo teórico de Freud; os loucos, como

Tausk, Ferenczi e Reich (que detém o privilégio de ter sido expulso da psicanálise por ser comunista e do movimento comunista por ser psicanalista, portanto, burguês), cuja obra e cujas divergências teóricas são diminuídas em importâncias porque, (in)justamente, são obras de loucos. O gênio incompreendido de Freud é uma figura construída às expensas de inúmeras outras, marginalizadas de forma mais ou menos sistemática. A fim de desconstruir tal imagem que nos parece encobrir relações mais complexas, lançamos mão do conceito de trauma do *enfant terrible* da psicanálise, Sándor Ferenczi.

1.3 O trauma em três tempos de Ferenczi

Horney, sua vida e sua obra, são o “objeto causa” dessa tese, aquilo que deu início ao movimento. Mas a investigação deste objeto levou-se à utilização de ferramentas teóricas majoritariamente ferenczianas para a análise de seu estatuto histórico. Neste capítulo, tentaremos demonstrar as possibilidades que a traumatogênese em Ferenczi nos ofereceu para lidar com as causas e consequências que os rompimentos e dissidências, tão frequentes, na história da psicanálise, tiveram na sua historiografia. Para tal, cabe primeiramente, apontar quais são as inovações que tal teoria apresentou no campo.

Ferenczi levou-nos a repensar o lugar do trauma na constituição psíquica; instigou-nos enquanto analistas a abandonar a “hipocrisia profissional” (FERENCZI, 1933, p. 114) que nos mantém distantes e insensíveis diante de nossos pacientes; e tornou inegável o papel da alteridade na constituição da saúde e da doença psíquica. O analista dos casos difíceis possui o mérito não apenas de considerar processos intra e intersubjetivos na traumatogênese, mas também de ter sido o primeiro a dar importância às questões contratransferenciais no tratamento psicanalítico e seus efeitos iatrogênicos, às primeiras relações com o objeto e à cisão narcísica como efeito do trauma precoce, entre tantas outras ideias que tomamos como base para a psicanálise contemporânea (BOKANOWSKI, 2018).

Quando teorizando sobre o trauma, Freud desenvolveu dois modelos. Inicialmente, a noção de causa e efeito entre um evento excitatório, de conteúdo sexual e por isso reprimido, que dá origem aos sintomas das pacientes histéricas (BREUER & FREUD, 1895). E o modelo mais complexo, elaborado a partir da análise do Homem dos Lobos, em que ocorre no psiquismo a inscrição de uma excitação primária excessiva⁴ e, a

⁴ Apesar de Freud não ter se estendido em seus textos metapsicológicos sobre este recalque originário, deduz-se sua existência pelas formulações do autor sobre os recalques secundários, os quais ocorrem por

princípio, não simbolizada, que é reativada em um segundo momento, precipitando seu conteúdo sexual enigmático que será, por sua vez, reinscrito e/ou reprimido (FLECHNER, 2007).

Para que essas inscrições e reinscrições ocorram, bastam duas coisas: que o sistema perceptual seja significativamente perturbado e que um determinado ‘tempo’ se passe e novas inscrições sejam feitas. É importante para nossa comparação notar que estes eventos excitatórios podem vir de qualquer fonte, ou seja, podem ser fantasias, sonhos, interações, etc.; e a relação que estabelecem entre si e os ressignifica (reinscreve) acontece *a posteriori*.

Desta maneira, na concepção freudiana, o psiquismo organiza-se em torno dessas inscrições que, quanto mais intensas, mais energia psíquica demandam para a manutenção do recalque e mais força de atração exercem sobre outras inscrições (FREUD, 1920). Esta forma de organização temporal, portanto, é o que torna o passado tão potente, uma vez que “a significação dos traumas da primeira infância estaria em que abastecem esse inconsciente de um material que o protege da consumição pelo desenvolvimento ulterior” (FREUD, 1920, p. 106).

Por outro lado, o trauma ferencziano pode, na verdade, ser evitado – e inclusive é desejável que o seja, inclusive na situação analítica. Parece ser esse o ponto mais significativo quando comparamos os dois modelos de trauma, já que essa diferença diz respeito não apenas à constituição de psiquismos não exatamente neuróticos, mas também insere o problema da intersubjetividade nas origens do sujeito.

A experiência que Ferenczi testemunha em sua clínica origina-se na falha de comunicação entre adultos e crianças. Se Freud encontrava-se diante de fantasias incestuosas, Ferenczi observava as consequências do incesto concretizado, fruto da confusão de línguas. A cena que aparecia na clínica ferencziana era a do fracasso parental em resistir às investidas infantis; ao realizar o que a criança fantasiava, o adulto lhe impunha uma submissão completa. A quantidade de excitação que invade o psiquismo da criança é tamanha que não há espaço, sequer no imaginário, para a vitória do narcisismo infantil. Assim, impossibilitada de alterar essa realidade, a criança altera a si mesma, identificando-se com o adulto agressor. Nas palavras do autor:

Esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as [as crianças] a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, e a

meio da atração exercida por um núcleo inconsciente que força esses outros conteúdos “para baixo” (Lattanzio & Ribeiro, 2012).

identificar-se totalmente com o agressor. Por identificação, por introjeção do agressor, este desaparece enquanto realidade exterior, e torna-se intrapsíquico; mas o que é intrapsíquico vai ser submetido, num estado próximo do sonho – como é o transe traumático –, ao processo primário, ou seja, o que é intrapsíquico pode, segundo o princípio de prazer, ser modelado e transformado de maneira alucinatória, positiva ou negativa. (FERENCZI, 1932, p. 117)

Percebe-se, a partir desse trecho, que o autor fala de processos muito primitivos, como a identificação por introjeção⁵, que permite o controle alucinatório da criança da representação do agressor. Esse mecanismo de defesa autoplástica que Ferenczi chamou de cisão da personalidade também causa "a introjeção dos sentimentos de culpa do adulto" (1932, p. 227) que fazem com que a criança se sinta confusa e não acredite em sua própria versão dos fatos.

A criança desamparada em sua angústia e sendo desmentida pelos objetos externos reage auto plasticamente, ou seja, modifica a si mesma no intuito de mimetizar o agressor. Ela retorna, então, à fase de onipotência, onde o mundo que existia era o mundo que ela mesma alucinava. A diferença, porém, entre o estágio mais primitivo de onipotência e este, reside no fato de que agora a criança não se expressa mais de maneira criativa. Ao contrário, sua real criatividade encontra-se bloqueada, uma vez que ao cindir sua personalidade e identificar-se com o agressor, o infante faz do desejo do outro seu próprio desejo (FERENCZI, 1932). Sendo a realidade insuportável para o sujeito, ele se volta ao seu mundo interno, onde ainda possui algum poder e permanece, assim, cindido: uma parte robotizada, que apenas reage ao mundo externo, e outra parte, mais autêntica, silenciada, que não ousa manifestar-se sequer como retorno do recalcado.

Portanto, tratam-se aqui de dois tipos diferentes de defesa, o recalque e a cisão, que são acionadas por situações que também diferem entre si quali e quantitativamente, mas que não são excludentes nem irreconciliáveis. Em ambas as modalidades de defesa, a ruptura da temporalidade está dada, mas Ferenczi buscará demonstrar qual o papel do outro nessa ruptura a partir do contato da criança com o mundo externo. O autor ressalta a dimensão dialética entre interior e exterior, afirmando que:

As primeiras decepções no amor (desmame, regulação das funções excretoras, os primeiros castigos através de um tom de voz severo, ameaças e até surras) devem ter, em qualquer caso, um efeito traumático, isto é, um que produz paralisia psíquica desde o primeiro momento. A desintegração resultante torna possível a emergência de novas formações psíquicas. Em particular, pode-se supor que uma cisão ocorra neste estágio. O organismo tem que se adaptar, por exemplo, às

⁵ Conceito posteriormente desenvolvido por M. Klein

duras realidades do desmame, mas resistências psíquicas contra ele desesperadamente se apegam às memórias de um passado real e permanece por um menor ou maior período na alucinação: nada aconteceu, eu ainda sou amado como antes (onipotência alucinatória). (FERENCZI, 1932, p. 83)

Mas, se o organismo do bebê tem que se adaptar às frustrações do meio externo, é preciso que também o *ambiente* se adapte à criança, mantendo a ilusão de onipotência, para que ela seja capaz de, futuramente, formar uma concepção própria do que é a realidade. Nos casos de cisão, o que ocorre é a intromissão transbordante do ambiente no psiquismo da criança, seguida da impossibilidade dos cuidadores em legitimar as experiências infantis resultantes dessa invasão⁶ (KUPERMANN, 2019) considera a traumatogênese ferencziana como composta por três fases ou tempos. O primeiro tempo seria o da violação da criança pelo adulto, que atormenta e confunde a primeira, e o autor o chama de o *tempo do indizível*; após a violação, a criança procuraria alguém para ajudá-la a simbolizar o que aconteceu, e esse seria o segundo tempo, o *tempo do testemunho*; no entanto, muitas vezes o que a criança testemunha é muito insuportável para quem ouve, e a *Verleugnung* do testemunho da criança ocorre no terceiro tempo, ou o *tempo do desmentido*⁷.

Nos casos mais graves, o que ocorre é a impossibilidade de deslocamento da sexualidade mortífera invasora e a paralisação do tempo, uma vez que não houve suporte ambiental capaz de ajudar o sujeito a traduzi-la. Encontrando-se sozinho para lidar com essa angústia, o sujeito faz o que pode: amadurece antes do tempo, no que Ferenczi chamou de “progressão traumática” (1932, p. 119). Talvez por uma completa descrença no mundo externo, esses pacientes parecem não querer comunicar aquilo que têm de mais pessoal – deixam o analista e qualquer outro do lado de fora. É esse estado de coisas que irá desafiar-nos enquanto analistas a abandonarmos a distância e hipocrisia profissional para que não repitamos o desmentido traumático, mas que possamos *sentir com* (*Einführung*) nossos pacientes aquilo que não conseguem sentir sozinhos (FERENCZI, 1927).

Kupermann (2019) enfatiza a importância do testemunho como oportunidade de legitimar a experiência do paciente, especialmente nos casos em que a criança apresenta

⁶ Laplanche (1987), nesse mesmo sentido, diferencia aquilo que *se dá em excesso* do que *se dá na medida exata* durante os cuidados, utilizando os termos *intromissão* e *implantação* da pulsão sexual para descrever tais situações.

⁷ Para uma discussão mais detalhada das opções de tradução de *Verleugnung* para o português, ver Kupermann (2019).

esses efeitos do choque traumático. Como Ferenczi (1932) coloca: "provavelmente a pior maneira de lidar com tais situações é recusar [*Verleugnung*] sua existência" (p. 138), uma vez que essa recusa é o que realmente as tornaria patogênicas. Em outras palavras, o choque traumático poderia não ser patogênico se a criança e sua experiência fossem acolhidas e apoiadas. O testemunho da criança, feito pela linguagem da ternura, é, portanto, “um convite à relação de cuidado” (KUPERMANN, 2019, p. 72) que pode acolhido ou desmentido e, então, levar, por um lado, ao avanço da criança em direção à autenticidade e à construção de relações significativas, ou, por outro lado, à quebra precoce da onipotência infantil, levando à cisão da personalidade e à formação de um falso self.

Jô Gondar (2012), em artigo que associa o pensamento ferencziano com o conceito de reconhecimento, utilizado por autores contemporâneos como Judith Butler e Axel Honneth, demonstra como esta teoria, ao ser transposta para o campo político, pode trazer contribuições significativas. Ela afirma que “o que está em jogo no reconhecimento, segundo ele [Honneth], não é o conflito entre instâncias psíquicas ou entre posições ou lugares, mas sim os modos de relação afetiva – daí a importância das relações primárias de objeto” (p. 200-1). E ainda:

[Ferenczi] sugere que o desmentido, antes mesmo de menosprezar o sofrimento de uma criança, desconsidera a sua vulnerabilidade, que precisaria ser protegida dos atos de violência física e psíquica para que o sofrimento não ocorra. O mais doloroso no trauma é o fato de que ele possa se dar – e para isso é preciso que já haja um descuido com a fragilidade infantil. O reconhecimento estaria sendo negado, antes mesmo de um ato violento, ao que existe de precário na criança. Se seguirmos essa linha, diremos que o reconhecimento é, em primeiro lugar, o reconhecimento da vulnerabilidade de um sujeito. [...] O que implica também o reconhecimento da própria vulnerabilidade. (GONDAR, 2012, p. 202-203)

Reconhecimento e desmentido seriam então como dois polos opostos no infinito matiz em que as relações humanas podem figurar. A proposta ferencziana, chamada de teoria do trauma social (GONDAR, 2012, KUPERMANN, 2017) em oposição ao trauma sexual de Freud, implica ao menos dois sujeitos nesse matiz. Se Freud, em *Além do princípio do prazer* (1920), propõe a gênese de um “trauma fantasiado” (1920, p. 53), que parte de uma complexa reorganização de fantasias, gerando uma excitação sexual inesperada da qual o aparelho psíquico não consegue se defender. Ferenczi reafirma que a traumatogênese não se dá apenas dentro do psiquismo do sujeito, como sugerido pela teoria freudiana, numa condição de intersubjetividade intrapsíquica (COELHO JR. &

FIGUEIREDO, 2004). Sua noção de desmentido traz consigo a premissa da *relação assimétrica* entre os sujeitos, na qual um deles concentra o poder de reconhecer ou desmentir, do qual faz uso de maneira mais ou menos consciente, mais ou menos invasiva, ou seja, mais ou menos traumatizante.

Assim, temos que, para além da questão da materialidade do trauma – ou seja, sendo a sedução do adulto real ou imaginária –, parece-nos que é o momento do desmentido que mostra à criança o cunho sexual e digno de reprimendas da experiência vivida. Este conteúdo conseguiria ser reprimido se não fosse invasivo demais, precoce demais. Em outras palavras, um conteúdo que ainda pertencesse a uma linguagem compreensível para a criança, que tem o cuidado como guia, a linguagem da ternura, pois mesmo sendo sexual, não é regida pela lógica da genitalidade.

Após termos feito essas considerações teóricas a respeito da traumatogênese em Freud e Ferenczi no que diz respeito à clínica, tentaremos aplica-lo em outro campo, não menos complexo: o da historiografia. Para tal, discutiremos mais detalhadamente o terceiro tempo que descrevemos acima, o tempo do desmentido.

1.4 Desmentido como metáfora/chave interpretativa

Diante dessas considerações, assim como da inspiração questionadora característica do psicanalista húngaro, buscaremos nessa seção compreender quais são as possibilidades e os limites que esta teoria do trauma imputa a leituras de fenômenos que estão para além da clínica. Fenômenos que diremos históricos ou historiográficos, na medida em que remetem às narrativas que se propõem a contar a história da psicanálise. Tais narrativas, salientamos, nem sempre são coerentes e demonstram, frequentemente, que também a História deve ser compreendida como construção localizada em um tempo e espaço, portanto, passível a imprecisões e revisões (DOSSE, 1996).

Mesmo as narrativas da historiografia psicanalítica – sejam de Freud (1914a), sejam de Jones (1970[1953]), ou mesmo da IPA –, quando observadas um pouco mais de perto, suscitam uma questão difícil de ser ignorada: por que alguns autores são mais citados, revisitados, estudados do que outros? O que aconteceu com os inúmeros psicanalistas anônimos e nem tão anônimos assim que compuseram essa história? E ainda, seria a persistente ausência das psicanalistas mulheres consequência de uma repetição dentro da historiografia do campo?

O próprio Ferenczi, como sabemos, foi alvo desta exclusão durante bastante tempo, tendo seus textos tardios demorado 20, 30 anos para serem traduzidos e publicados (ZIMMERMANN, 2010). Será ele mesmo, o primeiro esquecido – ou desmentido – que a historiografia da psicanálise produziu? Poderia sua teoria nos auxiliar a compreender o que está em jogo quando se está diante de algo que não pode ser integrado às narrativas oficiais?

A fim de compreender quais os efeitos de tais complexidades no que diz respeito às suas respectivas *epistêmes*, lançaremos mão da noção de confusão de línguas que Sándor Ferenczi (1933) cunhou para descrever determinados equívocos que podem ocorrer na comunicação entre adultos e crianças ou entre analistas e pacientes. De acordo com o autor, há uma diferença essencial entre adultos e crianças no que diz respeito à sexualidade. Ferenczi (1933) nos atenta para o fato de que a sexualidade da criança difere da adulta por não visar a descarga orgástica. A criança usa a linguagem da ternura e, mesmo quando brinca de ocupar o lugar de um dos progenitores, não seria capaz de efetivamente fazê-lo, uma vez que deles ainda necessita e depende.

Autores contemporâneos interessados nas questões das origens da sexualidade e da identidade, como Heinz Lichtenstein (1977) e Jean Laplanche (1991), se beneficiaram enormemente da explicitação dessa assimetria, à qual este último deu o nome de situação antropológica fundamental. De acordo com o autor, é a partir desta situação – em que todos nascemos e em que se depende totalmente do outro para sobrevivermos – que surge a sexualidade humana, o inconsciente, pois:

A linguagem do adulto é enigmática não devido à confusão ou total estranheza, nem devido à polissemia (já que no caso da última todas as mensagens seriam enigmáticas), mas por um excesso unilateral que introduz um desequilíbrio no interior da mensagem. Excesso, desequilíbrio, a necessidade de traduzir, há (para invocar os termos de Ferenczi) uma intrusão dos significantes da “paixão” na linguagem da “ternura” comum a ambos, adulto e infante. (LAPLANCHE, 2011[2002], p. 127) [tradução nossa]

O adulto, ao interpretar a brincadeira infantil através de sua linguagem da paixão, confunde a brincadeira “com os desejos de uma pessoa que atingiu a maturidade sexual” (FERENCZI, 1933, p. 102), respondendo de tal forma a inundar o corpo e o psiquismo da criança com excitações para as quais a mesma não possui forma de descarga. Por consequência, observa-se na criança a identificação com o agressor que resulta na *progressão traumática* (patológica). Por remorso, o agressor age como se nada tivesse acontecido, desmentindo a criança.

A linguagem da paixão, diversa da linguagem da ternura por sua própria história, tem objetivos também diferentes que conduzem o adulto ao sentimento de culpa, típico das sociedades humanas. Para Ferenczi, “os delitos que a criança comete, de brincadeira, só passam a ter um caráter de realidade pelas punições passionais que recebem de adultos furiosos, rugindo de cólera, o que acarreta numa criança, não culpada até então, todas as consequências da depressão” (1933, p. 102). Essa “depressão” mencionada pelo autor estaria mais próxima da desvitalização e da perda da espontaneidade, pois, uma vez que a criança, excitada pela paixão do adulto:

Com seus instintos maravilhosos aceita o desequilibrado e o insano como forçosamente impostos, porém, mantém sua personalidade separada do anormal desde o início. (Aqui, um acesso à bipartição permanente da pessoa) A personalidade, expulsa de seu próprio domínio, representa essa pessoa real, primordial, que protesta persistentemente contra toda anormalidade e sofre sob ela. (FERENCZI, 1932, p. 82) [tradução nossa]⁸

Julgamos que a descrição fenomenológica do trauma de que Ferenczi nos fala diferencia-se qualitativamente daquela proposta por Freud. Nesta última, o trauma seria causado pelo excesso de excitação em um psiquismo incapaz de conter tal excesso, resultando na repressão do conteúdo excitatório. O conteúdo reprimido, no entanto, não cessa de retornar nas repetições atuadas pelo sujeito, na tentativa de aliviar, ao menos parcialmente, a tensão intrapsíquica através dos sintomas. Mas a cisão da personalidade, por mais que também tenha ocorrido como resposta a uma intromissão de energia pulsional, é índice de uma intromissão que paralisa o pensamento do sujeito, tornando-se, deste modo, impossível de simbolizar, tendo como resto, apenas a angústia sem meios de descarga.

Acreditamos que algo semelhante tenha ocorrido em relação ao nosso objeto de análise. Freud, enquanto representante de uma psicanálise convencional ainda em vias de institucionalização, parece ter interpretado as críticas de Horney - críticas que poderiam ter sido feitas por opositores da psicanálise -, como ‘sedução feminista’ ou militante, se preferirem. É possível, como veremos, que tenha rejeitado ativamente a teorização de Horney, não considerando seus questionamentos como legítimos (Freud, 1931), talvez por receio de ver sua jovem ciência associada a discursos de movimentos políticos que,

⁸ No original: “[W]ith his wonderful instinct, accepts the deranged and insane as something that is forcibly imposed, yet keeps his own personality separate from the abnormal right from the beginning. (Here an access to the permanent bipartition of the person.) The personality component expelled from its own framework represents this real, primary person, which protests persistently against every abnormality and suffers terribly under it.”

além de mal vistos pela sociedade em geral, ainda questionavam a centralidade do homem em sua teoria.

A confusão de línguas, no sentido ferencziano, nos ajudará a compreender como a descontextualização do lugar ocupado por Horney pode ter tido consequências nefastas para a psicanálise. Seja por ser tida como uma ciência misógina, seja pelo atraso que o apagamento da autora trouxe às elaborações em relação à feminilidade e à cultura.

2 O PRIMEIRO TEMPO: A CONFUSÃO DE LÍNGUAS

“Um adulto e uma criança amam-se” (p. 116). Essa é a frase com que Ferenczi (2011[1933]) dá início à sua explicação sobre o trauma⁹. Esta pequena premissa carrega uma gama complexa de significados que podem ser entendidos da seguinte maneira: i) há uma disparidade de poder e influência entre os dois sujeitos da relação, devida ii) à situação de dependência e vulnerabilidade que um deles apresenta em relação ao outro e iii) aos cuidados que esse outro é capaz de oferecer, considerando que iv) ambos se encontram afetivamente investidos na relação e, portanto, passíveis à influência de afetos/conteúdos inconscientes.

Essa disparidade inerente às relações entre adultos e crianças Ferenczi (1933) atribuiu às diferenças entre as “línguas” faladas pelos primeiros e pelos últimos. Jean Laplanche (2003), em sua teoria da sedução generalizada, também deixa claro que a situação antropológica fundamental em que os seres humanos nascem – qual seja, a de total dependência de outros seres humanos capazes de garantirem sua sobrevivência – instaura uma determinada forma de desenvolvimento psicossocial que é ditada pela sexualidade inconsciente dos adultos – a linguagem da paixão. As crianças, com seus poucos recursos instintuais, reagem aos cuidados e aos poucos descobrem-se (ou constroem-se) diferentes, mas ainda dependentes dos adultos cuidadores; a esse tipo de linguagem que convoca o cuidado Ferenczi (1933) chamou de linguagem da ternura (KUPERMANN, 2019).

É por serem diferentes e por a criança ainda não ter ainda um inconsciente sexual como o adulto que a confusão existe; e quando ocorre, leva o adulto a interpretar erroneamente o comportamento da criança, respondendo-lhe com a linguagem da paixão. Kupermann (2019) usa o termo *indizível* justamente para revelar a impossibilidade de comunicação que se dá nesses momentos, tanto pela violência quanto pelo conteúdo da mensagem emitida.

Neste capítulo, nos dedicaremos a analisar quais as consequências historiográficas geradas pela organização específica do campo psicanalítico, considerando-o em seu contexto sócio histórico e nas disputas político-teórico-transferenciais entre seus atores. A confusão de línguas de Ferenczi parece apropriada por revelar a assimetria existente

⁹ Primeiro tempo do trauma para o Balint.

neste campo, especialmente em seus primeiros anos, quando a palavra de Freud era a palavra final em termos de legitimidade e reconhecimento.

Aqui, escancara-se o caráter de ‘discursividade’ que Foucault (1969) atribui à psicanálise e que diz respeito a um tipo de discurso no qual a validade teórica de suas proposições é definida em relação à obra de seu fundador. De acordo com Foucault (1969), isso se dá uma vez que “na obra desses fundadores, não se reconhecem certas proposições como falsas; contenta-se, quando se tenta apreender esse ato de instauração, em afastar os enunciados que não seriam pertinentes” (Foucault, 1969, p. 24). Deste modo, apresentaremos uma análise histórica dessa discursividade que conhecemos como psicanálise. Para isso, é preciso que apresentemos os atores que fazem parte dessa narrativa, seu conteúdo e as contingências dessa confusão.

2.1 Quem foi Karen Horney e qual sua relação com o freudismo

Durante essa pesquisa, tive a oportunidade de visitar os Arquivos de Horney na Biblioteca de Yale. Entre manuscritos, anotações de aulas, fotos, muitos dos quais foram reunidos por seu primeiro biógrafo, Jack L. Rubins, encontravam-se também as cartas que este trocou com pessoas próximas e nem tão próximas assim de Horney. O trabalho monumental de Rubins, que durou 7 anos de pesquisa entre Alemanha e Estados Unidos, com mais de 120 entrevistas, além das cartas trocadas, tem o mérito de reconstruir a história da psicanalista e da psicanálise em seus primeiros anos e demonstra as dificuldades que essa reconstrução implica.

Em pelo menos três línguas, li – repetidas vezes – os destinatários de Rubins se desculparem por não poderem ajudá-lo em sua empreitada, seja por não se lembrarem das ocasiões ou por considerarem que não tinham contato suficiente com a autora em questão. Nomes como Anna Freud e Rollo May responderam a Rubins de maneira mais ou menos cortês, dizendo que, apesar do pouco contato, Karen causava uma forte impressão por ser muito respeitada entre seus pares e por ter uma personalidade envolvente. May inclusive termina a carta a Rubins dizendo que “Sempre tive uma pergunta secreta em minha mente de como uma mulher com tão poucos atributos físicos, em termos de beleza e charme, podia ser tão atraente”¹⁰ – comentário que, diga-se de passagem, dificilmente seria feito em relação a um psicanalista homem.

¹⁰ No original: “I Always had the secret question in my mind as to how a woman with as few physical assets, so far as beauty and charm, could be so attractive.”

Bom, talvez seus feitos não tenham sido suficientes para que se tornasse vastamente – ou minimamente – reconhecida. Então, afinal, quem foi Karen Horney? Suas teorizações apresentam, efetivamente, a consistência interna de que uma obra necessita para vencer as barreiras do tempo? Que tipo de mulher e psicanalista era ela? Quem eram seus aliados e adversários em termos teóricos e institucionais? Vejamos um pouco de sua história pessoal e de seu contexto de formação.

Nascida Karen Clementina Theodora Danielsen, a segunda filha de Berndt Wackels Danielsen, capitão da frota mercante alemã, e Clothilde Marie Danielsen, descendente distante de nobres, nasceu em Eilbek, uma pequena cidade a leste de Hamburgo, na Alemanha, em 1885. Karen viveu com seus pais e seu irmão quatro anos mais velho, Berndt, até iniciar o *Gymnasium* em 1901. Suas relações familiares eram um pouco conturbadas, especialmente com seu pai, homem consideravelmente mais velho que sua mãe, bastante religioso e autoritário (RUBINS, 1978). A mãe de Horney, uma mulher progressista, mas refém de um casamento em que não era feliz, tendia com alguma frequência a estados depressivos e demandava cuidado dos filhos.

Quanto ao seu irmão, apesar de terem uma boa relação, Karen sentia que seus pais o tratavam de maneira diferente, não apenas por ele ser um menino e ela uma menina. Jack Rubins (1978), aponta para o fato de que seu irmão havia nascido no início do casamento de seus pais, quando as promessas e esperanças de futuro ainda conseguiam sustentar as idealizações de cada um. A chegada de Karen, no entanto, acontece quando a relação entre eles já está desgastada pelos constantes conflitos devido a questões religiosas, de costumes e também pelas desavenças entre Clothilde e os filhos do primeiro casamento de Wackels.

A escola, para Karen, era uma forma de desvencilhar-se dos problemas familiares que lhe gerava grande prazer e motivação (QUINN, 1987). Desafiando seu pai e o *status quo* da tradição alemã de sua época, aos 13 anos, Karen demonstrava o desejo de cursar medicina, havendo sua mãe escrito para Hannover a fim de saber das perspectivas de educação para a filha lá (Paris, 1994). Com 15 anos, ela passa a frequentar o *Gymnasium* de Hamburgo e a preparar-se para estudar medicina.

As aulas dessa instituição foram ofertadas pela primeira vez em 1900, por iniciativa da Associação para o Avanço da Educação e Estudo das Mulheres, com o objetivo de prover às meninas a instrução necessária para passar no *Abitur*¹¹ ao final de

¹¹ Exame que conclui o ensino secundário na Alemanha e permite o ingresso em universidades alemãs e de vários países da Europa e dos Estados Unidos.

cinco anos, assim como fornecer uma educação equivalente à que os meninos recebiam em um *Realgymnasium*. A iniciativa de inauguração do *Gymnasium* para meninas foi criticada pelo grupo de feministas radicais, *Frauenwohl*, liderado por Lida Gustava Heymann, que acreditava serem os objetivos por demais superficiais e que propunha a reforma na educação da época. O grupo acreditava, inclusive, que uma educação igualitária para meninos e meninas não poderia acontecer em um ambiente seccionado pelo gênero e criaram a primeira escola mista da Alemanha (QUINN, 1987).

Karen, no entanto, parecia não se identificar com esse grupo, como algumas passagens de seu diário demonstram (HORNEY, 1980). Um grupo dissidente, porém, a *Mutterschutz*, com suas preocupações a respeito das questões da moralidade individual e a Nova Ética (*Die Neue Ethik*), afigurava-se como mais consoante às ideias e demandas de Karen Danielsen. A líder desse grupo, Helen Stöcker, por ter estudado na Suíça, onde foi uma das primeiras mulheres a obter o doutorado, foi bastante influenciada pelo pensamento nietzschiano e acreditava que as mulheres deveriam viver a vida ao máximo, por meio do casamento livre, da maternidade, da educação e da profissionalização. Tais valores transparecem também nos diários, cartas e trabalhos de Horney.

De acordo com Richard J. Evans, citado por Quinn (1987), as propostas de Stöcker em relação à equiparação da liberdade de homens e mulheres em suas vidas pessoais - que passava por questões como educação sexual, informações sobre contracepção e a legalização do aborto -, fizeram com que o movimento feminista na Alemanha estivesse mais avançado, pelo caráter emancipatório de suas lutas, do que qualquer outro entre 1905 e 1910.

E é justamente nessa época, em 1906, que Karen entra no curso de medicina, então um dos mais populares entre as mulheres. De acordo com Quinn (1987), em 1900, havia 5 mulheres matriculadas na universidade de Friburgo, todas em medicina; em 1904, das 30 mulheres matriculadas, 20 cursavam medicina; quando Karen Danielsen se matricula, dos 2.350 alunos da universidade, apenas 58 eram mulheres. À época, apesar das legislações, muitos professores e alunos ainda eram contra a presença de mulheres na universidade, sendo um argumento comum que a profissionalização feminina não era natural.

No ano de 1906, Karen muda-se para Friburgo com sua mãe; esta estava em processo de separação de seu pai, motivo pelo qual as duas passaram por algumas dificuldades financeiras nos primeiros anos. Clothilde, no entanto, alugava alguns quartos na casa em que viviam, o que permitiu que Karen continuasse a percorrer seu caminho na

direção da carreira em medicina, assim como conhecer alguns de seus primeiros namorados (RUBINS, 1978).

Acredito que “idealista” seria um bom termo para descrever a jovem Karen desses anos. Entre poemas e declarações, vemos em seus diários a intensidade com que se entregava a qualquer atividade em que se engajava, intelectual, profissional ou afetiva. É interessante notar que durante esse período em que esteve na faculdade – primeiro em Friburgo e depois em Gottingen – Karen não relata os episódios de falta de esperança e paralisação de pensamento que seriam tão frequentes mais tarde (HORNEY, 1980). É também durante essa época feliz que ela conhece Losch, inquilino de sua mãe por quem se apaixona e quem irá apresentar a Karen aquele que seria seu futuro marido, Oskar Horney.

Há um intervalo nos diários de Karen durante essa época, mas a correspondência com Oskar nos dão uma ideia de como ela viveu os primeiros anos da vida adulta (RUBINS, 1978). Mais do que declarações de amor, encontram-se nessas cartas as discussões existenciais que se desenrolavam entre os dois. Oskar era formado em economia e frequentava os mesmos círculos que Karen, e a aproximação entre os dois foi natural. Eles se casaram menos de um ano depois, em outubro de 1909.

Apesar de Horney ser descrita por pessoas que a conheceram como alguém que investia tanto em seu trabalho como em seu lazer e que tinha um dom para divertir-se (Paris, 1994), durante sua vida adulta a autora teve episódios depressivos intensos, durante os quais não conseguia levantar-se da cama ou produzir qualquer trabalho intelectual e era perturbada por pensamentos suicidas frequentemente. Balsam (2013) chega a considerar a possibilidade de a autora ter desenvolvido severa depressão pós-parto, uma vez que as duas primeiras filhas de Horney nasceram enquanto ela ainda cursava medicina, reacendendo conflitos sobre sua capacidade e escolha profissional, assim como sobre sua vida doméstica.

Como aponta Rubins:

A combinação entre seus estudos em medicina e suas tarefas domésticas era, provavelmente, penosa para Karen, como se provou ser para tantas outras médicas-donas de casa desde então. [...]Karen completou seu semestre de estudo clínico no verão de 1910, mas ela ainda tinha que se preparar para seu exame final. Naquele outono, ela descobriu que estava grávida. Berndt a visitava com frequência e ela parecia depender dele novamente, como havia dependido durante a adolescência. Ela se sentia deprimida, cronicamente cansada e letárgica. Talvez isso fosse devido à tensão pelo excesso de trabalho; talvez fosse algum conflito emocional relacionado à sua escolha de carreira, sentindo-se indecisa entre o papel feminino socialmente aceito de dona de casa e o

divergente de profissional; talvez ela também estivesse sentindo alguma desilusão em relação ao seu casamento, sentindo alguma discrepância entre o que era e o que ela havia imaginado que seria. (RUBINS, 1978, p. 37-8)

Nos diários de Karen (1980) e em suas cartas a seu então futuro marido, Oskar, também percebemos algumas ressonâncias desses conflitos internos. Ponderações acerca da compatibilidade entre a feminilidade e conquistas intelectuais surgem durante o período em que cursa medicina. Mesmo quando a autora ressalta em suas cartas fatores importantes como as questões econômicas que induzem à entrada das mulheres no mercado e o benefício cultural e social que adviria da maior educação das mesmas, Karen intimamente apresentava dúvidas típicas de sua época quanto à equiparação intelectual entre homens e mulheres. Dúvidas que, mais tarde, colocaria à prova.

Horney foi analisada por Karl Abraham entre 1910 e 1913 e novamente em 1918. Nos primeiros anos da década de 1920, ela passou pela análise de Hanns Sachs, mas sentia a necessidade de maior autonomia para lidar com suas próprias questões – objetivo que não considerava ter atingido com as análises que realizou, dedicando-se então ao desenvolvimento de técnicas de autoanálise (PARIS, 1994). Tais desenvolvimentos teóricos estão sistematizados no livro *Self-analysis*, publicado em 1942, no qual apresenta majoritariamente produtos da análise da paciente Clare¹².

O ano de 1911 foi especialmente difícil para Karen, com o falecimento de sua mãe e o nascimento de sua primeira filha, Brigitte, vem ao mundo; além do luto, cuidados com a recém-nascida, estudos na faculdade e de psicanálise e conflitos no casamento também perturbavam a analista. Muitos desses conflitos eram mais internos que externos e diziam respeito a desejos ambivalentes de Horney em relação a seu companheiro; desejos sobre os quais Karen se questionava e que também apareciam em seus relacionamentos extraconjugais. Oskar também tinha relacionamentos do tipo e, de acordo com o relato da filha de um casal com quem os Horney se relacionavam “durante os anos em que eram estudantes, [seus pais e os Horney] pertenciam a um grupo de casais que, na terminologia de hoje, provavelmente seriam chamados de ‘swingers’. A troca de namoradas e esposas estava bastante em voga, antecedendo, assim, um fenômeno social similar neste país por cerca de sessenta anos” (HONROTH-WELTE apud PARIS, 1994, p. 49). Apesar de serem uma família aparentemente tradicional, os Horney não eram, definitivamente,

¹² Paris e outros biógrafos da autora acreditam que Clare era uma paciente fictícia criada por Horney a partir de suas próprias experiências e de outros pacientes reais.

conservadores. Seja em seus acordos maritais, na criação das três filhas ou no papel que cada um ocupava em casa.

Na coletânea *Psicologia Feminina*, lançada em 1967 por iniciativa de um dos pupilos de Horney, Harold Kelman, dos quinze textos, quatro¹³ tratam diretamente de questões relacionadas ao casamento e dois¹⁴ sobre maternidade. Os outros nove textos são ensaios ou palestras sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no início do século passado, as quais se viam várias vezes presas em conflitos internos entre as tradições da sociedade vitoriana e seus desejos por maior autonomia; estes conflitos, por sua vez, eram ainda mais reforçados pela teoria e pela prática psicanalítica (HORNEY, 2000)¹⁵. Em um desses ensaios, ela escreve:

É compreensível, portanto – falando apenas do ponto de vista sociológico – que as mulheres hoje em dia que obedecem ao impulso de desenvolvimento independente de suas habilidades são capazes de fazê-lo apenas às custas de uma luta contra a oposição externa e às resistências em si mesmas criadas por uma intensificação do ideal tradicional da função exclusivamente sexual da mulher. [...] O conflito aqui em questão é condicionado pela alteração da posição da mulher e se restringe àquelas que iniciam ou seguem uma vocação, às que perseguem interesses especiais, ou que aspiram em geral a um desenvolvimento independente de sua personalidade. (HORNEY, 2000, p. 183¹⁶) [tradução nossa]

O posicionamento da autora frente a essas questões, que hoje parece apenas razoável, era, à época, bastante vanguardista, inclusive dentro do campo psicanalítico, em que tais aspirações e interesses por parte das mulheres eram considerados desviantes (ABRAHAM, 1920; FREUD, 1925). Além disso, Horney apontava para algo que seria visto com grandes ressalvas por várias alas da sociedade, inclusive entre alguns psicanalistas: as vicissitudes do desejo sexual da mulher.

Karen irá começar a atender pacientes em 1912, dez anos antes da publicação de seu primeiro artigo sobre o tema da feminilidade, “A gênese do complexo de castração nas mulheres” (1991[1922]). O tema, então o “continente negro” da psicanálise, como discutiremos mais adiante, mobilizou diversos analistas e constituiu a maior parte dos trabalhos da autora na década seguinte. Nesses anos antes da guerra, o círculo psicanalítico passava por grande instabilidade devido a ataques de opositores da psicanálise, bem como às dissidências de Adler, Stekel e Jung (JONES, 1979[1961]).

¹³ “The problem of the monogamous ideal” (1928), “Problems of marriage” (1932). “The overvaluation of love: a study of a common present-day feminine type” (1935), “The neurotic need for love” (1937).

¹⁴ “Maternal conflicts” (1933), “Personality changes in female adolescents” (1935).

¹⁵ “The unknown kh”

¹⁶ “The overvaluation of love” (1935)

Assim, a polarização causada pela discussão acerca da feminilidade fez com que Freud temesse por outras rupturas, o que talvez justifique sua omissão durante grande parte do debate. Rosemary Balsam (2013), psicanalista irlandesa com vasta pesquisa sobre o corpo da mulher, é uma das que acredita, no entanto, que a resistência de Freud à questão da feminilidade não se dava apenas por questões políticas do campo psicanalítico. A autora afirma:

Muitos, se não todos, daqueles que brigaram diretamente com Freud tinham, em suas publicações, concedido às mulheres implícita ou manifestamente, *pelo menos* uma posição igual à dos homens como peça central das neuroses humanas. Para ele, acredito que isso tocava em um nervo de incredulidade psicológica, científica e moral. Foi observado com frequência que quem desafiou a centralidade do Complexo de Édipo foi condenado a sair, e que Freud alimentou esse entendimento que ele acreditava ser crucial à formação de "*die Sache*", como ele se referia a ele - "a causa", o próprio movimento psicanalítico (como descrito por tais historiadores da psicanálise como Gay, 1988; Makari, 2008; Roazen, 1975; ou Rudnytsky, 2002). (BALSAM, 2013, p. 697)

Mas a guerra que se sucedeu contribuiu de alguma forma para a consolidação da psicanálise como teoria da neurose e método de tratamento, apesar das discordâncias internas. O grande número de soldados traumatizados pelos acontecimentos nos campos e que desenvolviam sintomas bizarros estimulava as teorizações dos médicos analistas. Com a entrada da Alemanha na guerra, a rotina de Horney também muda, sendo-lhe exigidas várias horas de trabalho no hospital, assim como no Instituto, tendo em vista que os médicos homens eram alocados em hospitais militares: Abraham foi para Allenstein, Ernst Simmel, para Poznan, e Max Eitingon, para a Hungria (RUBINS, 1978). O contato com os pacientes que desenvolviam as neuroses de guerra inspirou tanto a coleção de trabalhos de Ferenczi, Abraham, Simmel e Jones publicada em 1919 como a abertura da Policlínica de Berlim – instituição fundamental para a formação de analistas e para o desenvolvimento de pesquisas e práticas em psicanálise.

A autora foi importante membro do corpo docente do Instituto Psicanalítico de Berlim de 1920 a 1932, demonstrando interesse na formação de analistas desde muito cedo. De acordo com Rubins (1978), em junho de 1919, em um curto ensaio intitulado "A Psicanálise dos Psicanalistas" a autora levanta a questão da análise de treinamento, questionando qual era sua diferença das análises regulares, quem seria responsável por essas análises e qual seria a formação necessária para estes analistas. Em suas *Últimas Conferências sobre Técnicas Psicanalíticas* (1987[1952]), curso ministrado na

Associação para o Avanço da Psicanálise e que foi interrompido pela morte da autora, Horney segue frisando a importância da análise do analista, já que “um dos maiores obstáculos em nosso trabalho analítico são nossas próprias dificuldades neuróticas remanescentes” (HORNEY, 1987, p. 19) e “você [analista] precisa prestar atenção a si mesmo, pois é você o instrumento que presta atenção ao que está acontecendo” (p. 27). A autora, da mesma forma que Ferenczi (1925), dedicava especial atenção à clínica e aos desafios terapêuticos que ela levantava, reforçando a importância das experiências emocionais do par analítico para a eficácia do tratamento. Horney, nessas conferências, inclusive atribuía à Ferenczi e Rank as mudanças na técnica psicanalítica que levaram ao abandono da “supervalorização do intelecto e da razão” em prol da “ênfase nas experiências emocionais” (HORNEY, 1987, p. 98)

É também no ano de 1919 que Horney começa sua prática privada de psicanálise, trocando seu título oficial de Neuropsiquiatra para Especialista em Psicanálise (Rubins, 1978). Abraham, Eitingon e, depois, Groddeck começaram a lhe encaminhar pacientes, o que ajudava na consolidação de sua clínica, mesmo nos tempos difíceis do pós-guerra. Segundo Rubins, “Karen permanecia interessada em alguns problemas físicos de suas pacientes, especialmente as mulheres, que aparentemente constituíram a maior parte de sua prática” (1978, p. 60). Talvez esse tenha sido um ponto que a aproximou de Groddeck, com quem desenvolveu uma forte amizade e troca intelectual.

O tempo na Policlínica e no Instituto foram extremamente marcantes na vida e obra de Horney. Lá ela pôde desenvolver e aperfeiçoar sua prática, questionar alguns pressupostos da teoria freudiana e firmar sua reputação no meio psicanalítico. A partir de 1922, Karen inicia seus escritos sobre a feminilidade, em uma época em que ideias analíticas não ortodoxas podiam ser expressas (RUBINS, 1978). Em 1923, no entanto, o irmão de Horney, Bernt, morre e Oskar declara falência, ficando gravemente doente após o ocorrido. Nos três anos que se seguiram, Karen não publica nenhum novo trabalho.

Entre 1925 e 1932 muitas coisas aconteceram, tanto na vida de Horney, como em seu entorno. Com uma prática já consolidada e mãe de três filhas, com 14, 12 e 9 anos, Horney dedicava a maior parte do seu tempo à psicanálise, mas passava por grandes problemas no casamento e não se fazia muito presente na rotina das meninas, apesar de manter cadernos com observações meticulosas sobre suas interações e desenvolvimento (PARIS, 1994). Karen, defensora de uma educação progressista, que prezava a autonomia e esclarecimento das crianças, também enviou as duas filhas mais novas – já que a mais velha se recusou peremptoriamente – para uma “análise profilática” com Melanie Klein,

que não se mostrou muito útil de acordo com as memórias de sua filha mais nova, Renate (HORNEY, 1999).

Berlim, à época, borbulhava cultural e cientificamente então, e “as novas ideias existencialistas de Heidegger (1926) e depois de Jaspers (1929), a antirracionalista, anti-intelectualista filosofia de Ludwig Klages (1928), o positivismo lógico de Rudolf Carnap e o simbolismo de Ernst Cassirer (1929) – que enfatizava a fonte empírica do conhecimento” (RUBINS, 1978, p. 95) esquentavam as conversas dos círculos intelectuais da cidade.

Por outro lado, o partido Nacional Socialista ganhava força e a violência crescia em algumas partes da cidade. Os problemas econômicos que atingiram os berlinenses no pós-guerra causaram uma grande mudança nos habitantes da cidade e mesmo Oskar Horney teve que declarar falência, processo que o deixou extremamente abalado e que também piorou o casamento que já não ia bem (QUINN, 1987). Ele e Karen separaram-se em 1926, mas mantiveram uma boa relação.

Em 1932, a situação política do país estava se deteriorando rapidamente, e Horney então decide abandonar o Instituto de Berlim - pouco antes, portanto, das negociações com os nazistas começarem e quatro anos antes da vinculação do Instituto ao Instituto Goring (FROSH, 2003). No entanto, apesar de sua posição antifascista, Horney evitava envolver-se diretamente em questões políticas. Provavelmente, seu aceite ao convite de Alexander para mudar-se para os EUA em 1932 deveu-se mais ao sectarismo do círculo psicanalítico alemão e outras decepções pessoais do que aos eventos políticos que se iniciavam no país (GARRISON, 1981). Apesar do círculo berlinense não ser tão fechado quanto o vienense, as influências de analistas que recusavam abertamente suas contribuições, como era o caso de Otto Fenichel, assim como o posicionamento de Freud quanto ao debate, ainda se mostravam obstáculos difíceis de serem superados.

Provocada por seu contato com uma nova cultura, pelas divergências que via entre sua clínica e experiências pessoais e a teoria da feminilidade de Freud, Horney foi gradativamente inserindo fatores culturais em suas interpretações sobre o desenvolvimento psíquico. Se originalmente a maior parte de sua obra dedicava-se à análise das consequências desses fatores no psiquismo das mulheres, a partir de 1935 a autora passa a se dedicar à revisão da teoria psicanalítica em parceria com sociólogos, antropólogos e psicanalistas neo-freudianos, no movimento que ficou conhecido como culturalismo e que teve grande proeminência nos EUA. Em seu livro, *A personalidade neurótica do nosso tempo* (1937), Horney afirma que:

Enquanto em sua teoria Freud localizou nossas peculiaridades nas pulsões determinadas biologicamente, ele defendeu enfaticamente a opinião - na teoria e ainda mais na prática - de que não podemos entender as neuroses sem um conhecimento detalhado da vida e das circunstâncias do indivíduo, particularmente as influências afetivas na primeira infância modeladoras do indivíduo. A aplicação do mesmo princípio ao problema de estruturas normais e neuróticas em uma determinada cultura significa que não podemos entender essas estruturas sem um conhecimento detalhado das influências que a cultura específica exerce sobre o indivíduo. (HORNEY, 1937, p. 19-20)

Horney não estava alheia ou assumia uma postura de *bélle indifference* em relação aos questionamentos que psicanalistas faziam em relação à sua obra. Pelo contrário, percebemos nos escritos da autora a vasta leitura dos trabalhos de colegas, com quem tinha afinidade ou não. Vemos também em seus textos o desejo de troca e, principalmente, a crença de que a psicanálise não é uma obra acabada. Nesse sentido, ela reforça:

Já que muitas das minhas interpretações desviam das de Freud alguns leitores podem se perguntar se o que proponho aqui ainda é psicanálise. A resposta depende do que se considera essencial em psicanálise. Se acredita-se que ela é constituída inteiramente pela soma total das teorias propostas por Freud, então o que é aqui apresentado não é psicanálise. Se, por outro lado, acredita-se que o essencial da psicanálise está em algumas tendências de pensamento que se referem ao papel dos processos inconscientes e os caminhos pelos quais eles encontram expressão, e na forma de tratamento terapêutico que traz esses processos para a consciência¹⁷, então o que eu apresento aqui é psicanálise. (HORNEY, 1991[1937], p. IX)

Esta passagem, claramente destinada aos psicanalistas mais ortodoxos críticos de seu trabalho, demonstra como Karen não considerava irreconciliáveis suas diferenças teóricas em relação a Freud, mas sentia a necessidade de reafirmar sua filiação psicanalítica, provavelmente devido à sua fragilidade vincular com as instituições¹⁸. A autora escreve e publica este livro durante seu tempo no Instituto de Nova York, onde, em 1941, seria rebaixada de seu cargo de supervisora e analista didata por causa de sua opinião não ortodoxa.

Horney desvincula-se da instituição e inaugura junto de Harry Stack Sullivan, Clara Thompson e Erik Fromm a Associação Americana para o Avanço da Psicanálise, a qual existe até hoje – assim como o *American Journal of Psychoanalysis*, fundado no mesmo ano pela autora. Em 1955, seria fundada no mesmo prédio a Karen Horney Clinic, por

¹⁷ No original, a autora opta pelo uso da palavra *awareness*.

¹⁸ Dois anos depois, quando da publicação do próximo livro da autora, *New Ways in Psychoanalysis*, Fenichel em sua crítica publicada no *Psychoanalytic Quarterly* acusa Horney de não ter compreendido a teoria freudiana e de não fazer teoria psicanalítica (RUBINS, 1978).

iniciativa de seus alunos (RUBINS, 1978). No entanto, devido à sectarização de Horney nos meios psicanalíticos, foi apenas em 2016 que a *American Psychoanalytic Association*, responsável pelo reconhecimento legal dos certificados fornecidos pelas instituições de psicanálise do país, aceitou o instituto e a clínica como legítimos formadores de psicanalistas.

Horney deixou três das quatro instituições de psicanálise de que fez parte, em Berlim, Chicago e Nova York, sendo que foi convidada a se retirar dos institutos americanos por sua resistência em conformar-se com os programas que se recusavam a discutir compreensões divergentes do freudismo. Apesar de todos os conflitos institucionais e com vários de seus colegas considerando-a uma dissidente, vemos que a autora nunca deixou de inserir seu trabalho no campo da psicanálise e a balizar seus achados pelas descobertas freudianas. Seu objetivo, do início ao fim, sempre pareceu ser o de contribuir para o corpo teórico psicanalítico e ajudar essa nova ciência a estabelecer-se como legítima diante do restante da comunidade científica. Mas a recíproca parece não ser verdadeira quando observamos o tratamento que as ideias inovadoras de Horney, assim como de tantos outros antes e depois dela, receberam da ala mais conservadora da psicanálise.

2.2 O campo psicanalítico: o que é Psicanálise?

Ora, é justamente aqui que as escolas coincidem: todas abrigam a representação - falsa - de que, cada uma por si e com exclusão de todas as demais, constituem a única derivação adequada da raiz freudiana, o que implica a desqualificação das demais. Incapazes de enfrentar a diversidade, precisam contorná-la traçando uma fronteira.
(MEZAN, 2014, p. 27)

O enrosco histórico, epistêmico e metapsicológico que envolvem o estudo do apagamento de Karen Horney e sua teoria exigem que nos detenhamos em um ponto sempre sensível à psicanálise: seu (não) estatuto de ciência. Este ponto torna-se ainda mais sensível quando este tipo de questionamento é realizado dentro de uma universidade pública com o auxílio de instituições de fomento à pesquisa científica que possuem seus próprios critérios de avaliação e exigências de produtividade. Afinal, como coloca o estudioso da historiografia psicanalítica, Magnus Johansson (2007):

O fato de que o treinamento de psicanalistas se dá fora dos limites da universidade, em sociedades dirigidas por também psicanalistas e, não raro, por líderes com interesse manifesto na instituição, criou um clima de suspeição por parte de pessoas fora dessas sociedades. (JOHANSSON, 2007, p. 106) [tradução nossa]

Para sanar este possível clima de desconfiança, sem deixar de considerar as particularidades e filiações desta pesquisa, lançaremos mão das considerações epistemológicas de Freud e de outros autores. Entre eles, Pierre Bourdieu (1983), que nos ajuda a compreender a teoria psicanalítica em suas fronteiras com as Ciências Humanas.

Poderíamos localizar a psicanálise no ramo das ciências empíricas, dentro do paradigma interpretativo (DOSSE, 1996), na medida em que ela afirma a impossibilidade da totalidade do conhecimento, tanto em sua teoria como em sua aplicação. Essa impossibilidade é analisada por Freud no artigo “A questão de uma *Weltanschauung*” (2006[1932]), em que o autor situa tal noção entre os desejos ideais dos homens e discute qual é a posição da psicanálise, da ciência, da arte, da filosofia e da religião em relação a construções como uma cosmovisão (*Weltanschauung*).

Freud afirma que a psicanálise não necessita de *Weltanschauung*, já que, sendo parte da ciência, pode aderir à *Weltanschauung* científica. Considera ainda que esta terminação é inadequada ao conhecimento científico pois este possui principalmente traços negativos, como a submissão à verdade e a rejeição de métodos que possam levar a ilusões. A ciência é incompleta, ainda que seja indispensável. Tal incompletude é continuamente reafirmada pela prática clínica analítica e “é nela e dela que surgem os conceitos cardeais da psicanálise, os instrumentos com que opera qualquer pesquisa em nossa disciplina” (MEZAN, 2006, p. 233).

Associada a essa veia empírica, a psicanálise também carrega um modelo de transmissão de conhecimento particular, estabelecido a partir das ligações transferenciais que circulam dentro do campo. Apesar de a transferência não se tratar de um fenômeno exclusivo da psicanálise, mas sim de uma experiência humana geral, em que o inconsciente se atualiza sobre novos objetos, existe uma característica da comunidade analítica de fazer da análise pessoal uma das bases para a formação de analistas, o que produziu uma organização político-institucional específica (KUPERMANN, 1996).

Kupermann (1996) demonstra como a criação da IPA, em 1910, no início da institucionalização da psicanálise, tinha como objetivo justamente a organização do que é ou não psicanalítico; uma vez que, com a divulgação e a expansão da disciplina, novas ideias e práticas surgiam, que se afastavam mais ou menos dos preceitos freudianos, era

preciso fazer um contorno claro do que era ou não psicanálise. Com a Internacional, Freud buscava organizar a “economia e a dinâmica transferencial do mundo psicanalítico de então, que girava em torno dele” (KUPERMANN, 1996, p. 21), buscando garantir um futuro próspero para sua criação. Mas, como sabemos, também a IPA desde seu início foi campo de conflitos teórico-institucionais que tanto perturbaram Freud que o levaram a escrever o paradigmático texto “A História do Movimento Psicanalítico” em 1914, em que endereça suas críticas aos dissidentes Adler e Jung e reforça seu lugar de ‘criador’ da disciplina.

Consideramos este texto paradigmático na medida em que ele marca o início de uma tradição de determinada forma de confronto em psicanálise, na qual há uma disputa pelo direito de definir o que é psicanálise – direito “herdado” de Freud; e na forma que este tipo de confronto assume, com acusações mútuas, não necessariamente associadas a diferenças teóricas, mas antes enquanto uma maneira de deslegitimar o oponente usando conhecimentos analíticos para atacá-lo, como numa análise selvagem (KUPERMANN, 1996).

Como afirma Johansson (2007):

Escrever a história da psicanálise é, amiúde, escrever sobre uma teoria representada por pessoas que estão ou estiveram em conflito entre si. Vários desses conflitos são, com frequência, descritos como controvérsias sobre questões teóricas ou técnicas. Alguns desses conflitos têm sua base efetivamente em oposições teóricas, mas não são todos. Os atores individuais – os psicanalistas envolvidos – muitas vezes estão convencidos de que o ponto de discordância tem importância crucial. Eu sustento, no entanto, que é altamente duvidoso se a maioria desses conflitos são deveras de natureza teórica. (JOHANSSON, 2007, p. 106) [tradução nossa]¹⁹

Essa passagem, ao mesmo tempo em que revela a dimensão de contaminação que as relações transferenciais impõem aos estudiosos da psicanálise, também vai ao encontro da proposta bourdieudiana de *campo social*, que o autor introduz na sua análise sociológica; e que utilizaremos para considerar as condições em que a teoria psicanalítica foi e vem sendo produzida. De acordo com o sociólogo francês, “[o] universo ‘puro’ da mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força,

¹⁹ No original: “Writing the history of psychoanalysis is consequently often writing about a theory, represented by persons who are, or have been, in conflict with each other. Several of these conflicts are often described as controversy over theoretical or technical matters. Some of these conflicts have their actual basis in theoretical opposition, although not all of them do. The individual players*the psychoanalysts involved*are often convinced that the point of contention has crucial importance. I maintain, however, that it is highly doubtful whether the majority of these conflicts are indeed of a theoretical nature”

monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas” (BOURDIEU, 1983, p. 122). Dessa forma, o campo científico seria o espaço de luta concorrencial pela autoridade científica, dado por um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores (BOURDIEU, 1983). Esta autoridade científica à qual o autor se refere diz respeito tanto à capacidade técnica de um agente de produzir discursos científicos legítimos – autorizados e com autoridade – como ao poder social que é outorgado a tal agente. Ora, o que Bourdieu busca demonstrar com essas noções é justamente que competência científica e representação social não podem ser analisadas separadamente, uma vez que a percepção social em relação a determinado cientista está “*sempre contaminad[a], [...] pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas*” (BOURDIEU, 1983, p. 123) (grifos do autor).

Contaminação, autorização e autoridade são termos recorrentes que os psicanalistas utilizam quando falando de processos inconscientes, e acreditamos que não sem razão eles se repetem na teoria de Bourdieu. Pensando no campo psicanalítico, Kupermann (1996) descreve, inspirado na expressão de Balint, as *transferências cruzadas* que permearam a institucionalização da psicanálise; tanto as transferências a Freud como as transferências de Freud são investigadas no sentido de desmistificar a origem dessa organização. O termo exprime com primor a complexidade daquilo com o que estamos lidando: a contaminação inconsciente das disputas de poder pela autoridade/legitimidade discursiva dentro de nosso campo de estudo.

Assim sendo, no campo psicanalítico, como em outros, podemos considerar essas relações de poder a partir do capital simbólico que os agentes dominantes detêm e que se reveste em autoridade científica em relação aos agentes dominados (BOURDIEU, 1990); logo, se temos em Freud o centro de onde emana este capital simbólico, podemos compreender como os pilares da formação de analistas – especialmente a análise didática e a supervisão – foram importantes dispositivos constitutivos das formas de disputas que ocorreram e ocorrem na instituição psicanalítica. Afinal de contas, Freud foi realmente o único psicanalista durante considerável tempo, fazendo de todos os interessados em suas ideias seus discípulos e/ou analisandos.

Podemos dizer que Freud foi relativamente bem-sucedido em transferir e centralizar esse capital simbólico, na medida em que a IPA continua existindo e, apesar de não ser um centro hegemônico, possui até hoje considerável autoridade científica dentro do campo, a qual foi garantida por seus seguidores mais próximos. Dessa forma, vemos que

o argumento totalitário que o autor utiliza em “A história do movimento psicanalítico” parece ter se repetido na institucionalização da psicanálise através de seus discípulos.

Segundo o historiador da psicanálise, Paul Roazen:

Uma parte central do impacto de Freud vem de como ele inspirou um tipo especial de discípulos. Como pensador, ele criou um bando de alunos que estavam inclinados a tratar seu trabalho como o equivalente à escritura sagrada e muitos se sentiram forçados a se rebelar contra a liderança desse autoproclamado herege do pensamento ocidental. A resolução dessas mensagens conflituosas através de lealdade ou ‘desvio’ pode ser igualmente insatisfatória; imitação, assim como a rebelião, se provaram mais fáceis que a independência genuína. Uma era secular reproduziu muitos desses mesmos fenômenos que antes haviam aparecido em movimentos estritamente religiosos. Inclinado como Freud estava a criar uma ciência neutra, ele também insistia na aderência pública de seus discípulos a certos axiomas fundamentais, os quais ele considerava que distinguiam sua obra. (ROAZEN, 2001, p. 21)

Roazen (2001), sem querer questionar o gênio de Freud ou sua importância na epistemologia, aponta para o fato de que a forma como a psicanálise é transmitida de geração em geração não mudou radicalmente desde sua origem. Não tendo apenas fundado a discursividade psicanalítica, Freud também arrogou para si o direito de determinar as fronteiras e as disputas que deveriam ser estabelecidas no campo durante sua vida, o que, a nosso ver, põe em risco justamente a amplitude e a abertura à diferença desta discursividade. Por mais necessário que seja compreender Freud e seus seguidores dentro do contexto cultural e político em que se encontravam, a sobrevivência da psicanálise até os dias de hoje leva, inevitavelmente, à aplicação de alguns parâmetros contemporâneos para a avaliação da pertinência, aplicabilidade e continuidade desta disciplina (ROAZEN, 2001).

Com todo o conhecimento que temos até o momento no que diz respeito à história da psicanálise, é seguro dizer que Freud detinha – especialmente durante sua vida – o monopólio da autoridade científica no campo. Por um lado, isso pode ter sido o fator garantidor da integridade da teoria psicanalítica; porém, certamente, por outro lado, também impôs uma rigidez anticientífica na abordagem de determinadas questões que ele considerava ameaçadoras para tal integridade, tais como a universalidade do Édipo e a lógica fálica.

Acreditamos que o debate sobre a feminilidade se insere entre essas “questões-tabu”, pois o que estava sendo contestado era, em última instância, o androcentrismo da teorização. Apesar de Freud ter notadamente mudado e desenvolvido grande parte de sua

teoria desde sua criação, o mesmo não ocorreu com sua teoria sobre a feminilidade, a qual não sofreu grandes modificações durante sua vida.

Ora, a história dos movimentos de mulheres já nos demonstrou o quão difícil pode ser propor alterações, sejam elas teóricas, políticas ou mesmo nos espaços privados, que perturbem a estrutura da hierarquia de gêneros. A psicanálise mostrou não ser nenhuma exceção a essa regra. Foi apenas a partir da década de 60 que psicanalistas feministas, principalmente francesas, recolocaram a questão em debate, na maioria das vezes utilizando a teoria lacaniana como base para desenvolverem seus argumentos.

Somada a essas questões, ainda é importante considerar que, mesmo que Freud desejasse expandir o alcance da psicanálise, em sua aplicação e geograficamente, ele prezava por um purismo teórico que dificilmente sobreviveria como tal diante das mudanças que ocorreram no mundo após a Segunda Guerra. A psicanálise que chega aos países do novo continente, é diferente daquela que deixou o velho mundo. Ao estudar a história dessa disciplina, deve-se considerar como ela foi introduzida no ambiente cultural, intelectual, literário e também terapêutico de determinado país, uma vez que todos esses fatores implicam diferentes consequências para o campo (JOHANSSON, 2007).

Nos Estados Unidos, por exemplo, pressões internas e externas levaram a *American Psychoanalytic Association* a adotar em 1924 o requisito de possuir o diploma em medicina para praticar a psicanálise. Essa decisão foi revogada apenas em 1988, quando psicólogos processaram a instituição, o *New York Psychoanalytic Institute*, a Universidade Columbia e a IPA, por não permitirem que profissionais não médicos praticassem a psicanálise.

O fato de a psicanálise não poder ser praticada nos Estados Unidos por profissionais não médicos por tanto tempo, aliado à abundante imigração de analistas da Europa central, teve vastos efeitos em relação ao desenvolvimento da disciplina no país. Não poderíamos discutir devidamente neste trabalho todos esses efeitos por questões de objetividade, mas nos interessa compreender um pouco mais do ambiente político e intelectual que Horney encontrou ao mudar-se para o país em 1932.

Com essa mudança para os Estados Unidos, Horney foi ainda mais influenciada por colegas de outras áreas, como sociólogos e antropólogos, e mais uma vez entraria em outro debate que se mostrou extremamente importante para a institucionalização da psicanálise neste país. A controvérsia sobre análise leiga tomou dimensões particularmente grandes nos EUA, e Horney, sendo uma analista didata e supervisora,

não poderia se furtar de posicionar-se quanto a isso. O primeiro posicionamento de Horney – que permaneceria inalterado, ao menos publicamente – frente à questão ocorre quando ela ainda está em Berlim, quando todos os analistas são convidados a expor suas considerações sobre o tema. Ela, refletindo sobre a importância da formação dos candidatos a analistas, afirma que:

Em contraposição às escolas teóricas de estudo, a medicina tem a vantagem de que seu objeto de estudo é o mesmo do analista, isto é, o ser humano vivo e, em particular, o ser humano em sofrimento. Seu objetivo expresso é dar um treinamento que permita ao aluno observar com precisão o ser humano e formar uma imagem mental de sua condição e de como ela surgiu. [...] Não me parece importar se o próprio analista pode diagnosticar corretamente; o que importa é que o analista médico suspeite de doenças orgânicas mais rapidamente e por melhores razões do que o analista não médico e, em segundo lugar, ele estará em uma posição melhor para julgar as descobertas do especialista (que obviamente precisará ser consultado), porque as descobertas significam mais para ele. [...] Se o desenvolvimento da psicanálise estiver na direção de trazer as doenças orgânicas cada vez mais para o campo de suas atividades, seria mais uma razão para enfatizar o treinamento médico. Juntando todas essas coisas, parece-me que a medicina é o estudo que oferece mais ao analista do que qualquer outro. (HORNEY, 1927, p. 256-58)

A autora, novamente contradizendo Freud e dando maior importância à dimensão terapêutica da análise do que à investigativa ou metodológica, manterá a mesma postura quinze anos depois, quando a Associação que formou com Fromm, Thompson e Sullivan se vê num impasse diante da possibilidade de se associarem à faculdade de psiquiatria. Mais tarde, a autora irá considerar que psicólogos com experiência clínica também estão aptos a cumprir o trabalho analítico com pacientes (HORNEY, 1952).

Podemos pensar que esta era uma postura estranhamente conservadora para Horney, dando mostras, talvez, de como a autora pensava a formação de analistas e os objetivos da análise. Porém, apesar de ter mantido este posicionamento político-institucional durante toda a sua vida, é interessante notar que Karen envia suas três filhas, quando ainda crianças, para realizarem uma espécie de “tratamento preventivo” que estava na moda entre os pais e mães psicanalistas, com uma psicanalista leiga, Melanie Klein. Da mesma forma, quando sua filha do meio Marianne, decide iniciar sua formação como psicanalista, é Eric Fromm quem Horney indicará para sua filha como analista didata (RUBINS, 1978). Isto mostra quão complexas eram as transferências entre analistas, assim como entre eles e suas respectivas instituições – o que parece não ter mudado radicalmente até os dias de hoje.

Horney era uma mulher dentro de um contexto cultural misógino e um campo científico que, também por influência do contexto em que se inseria, era dominado por uma figura patriarcal, relativamente totalitária em relação à sua jovem criação teórica e que tendia a aglutinar seguidores, mais do que parceiros. Veremos na próxima seção como o desenvolvimento da psicanálise nos EUA fez com que a autora, mais uma vez, ocupasse uma posição problemática do ponto de vista do capital simbólico que lhe cabia nas disputas do campo psicanalítico.

2.3 Revisionismo na América

Após analisar a história e o percurso institucional da autora, podemos perceber sua relevância para o campo, o que torna seu apagamento ainda mais curioso. Acreditamos que mais um aspecto contextual tenha contribuído para essa “confusão de línguas” entre a posição de Horney e as instituições responsáveis pela construção da historiografia psicanalítica, que levaram a tal desfecho. Este aspecto relaciona-se com a associação da autora ao movimento revisionista da teoria psicanalítica que desabrochou nos EUA a partir do final da década de 20.

Primeiramente, é importante apontar para a dimensão plural de tais revisões, pois não poderíamos dizer que havia uma homogenia nas práticas e teorias psicanalíticas após o início da Segunda Guerra. A grande emigração de analistas europeus para outros continentes devido à ameaça nazista constituiu uma verdadeira diáspora psicanalítica no final da década de 30 e, assim como os diferentes contextos culturais, políticos e clínicos em que os psicanalistas foram recebidos, contribuiu para a diversidade de matrizes teóricas que surgiram após a guerra (MEZAN, 2014). Vários destes analistas foram para os Estados Unidos, onde a teoria e a prática psicanalítica – especialmente no tratamento de veteranos de guerra – se popularizaram, fazendo com que, na década de 50, a psicanálise já estivesse em grande ressonância com a cultura norte-americana (ZARETSKY, 2006).

Essa ressonância teve uma de suas raízes na área acadêmica, uma vez que muitos analistas foram acolhidos por Universidades, como a Universidade de Chicago, ou a *New School for Social Research* em NY. O culturalismo, que vinha ganhando força desde o final da década de 1910 nas pesquisas científicas do país, especialmente na antropologia, pode ser compreendido nesse contexto e propunha significativas revisões ao pensamento antropológico da época, simultaneamente ao freudismo.

Aalpoel e van der Heide (2014) sugerem que a corrente de pensamento Cultura e Personalidade se baseou na noção de que cada cultura molda determinado tipo de personalidade. Esta corrente não chegou a configurar uma escola *stricto sensu* porque:

[...] não tinha um ponto de vista ortodoxo, ou uma liderança centralizada nem um programa ou centro de treinamento coerente. [A corrente Cultura e Personalidade] deveria ser pensada não como uma escola, mas como um campo de investigação no qual estudiosos que buscavam associar perspectivas psicológicas e psiquiátricas com perspectivas sociológicas ou culturais experimentavam conceber uma variedade de novos modelos teóricos, métodos de campo e programas de pesquisa. (LEVINE, 2001, p. 806)

Apesar de desde a década de 1910 já existir a concepção de que as esferas sociais e individuais fossem interdependentes, mais estudiosos passam a se dedicar a essa relação a partir do final da década de 20 e início de 30 (AALPOEL & VAN DER HEIDE, 2014). Estando na fronteira entre antropologia e sociologia por um lado, e entre psicologia e psiquiatria por outro, os estudos sobre Cultura e Personalidade reuniram contribuições de pensadores como Franz Boas, William Thomas, Ruth Benedict, Margareth Mead, Harry Stack Sullivan, Karen Horney, Abraham Kardiner e Erik Erikson.

LeVine (2001) afirma que, mesmo sem ser centralizado, havia nesse movimento algumas ideias em comum que diriam respeito à existência de padrões culturais de comportamento, os quais eram retroalimentados por características de personalidade prevalentes nas comunidades, que, por sua vez, influenciavam instituições, padrões de mudança social e formas de psicopatologia. Além disso, a ideia de que as experiências infantis – também padronizadas pela cultura – tinham efeitos de longo prazo na personalidade do adulto era vastamente aceita (LEVINE, 2001).

Vemos nesta última premissa a clara influência da psicanálise nos círculos de estudiosos das ciências humanas nos EUA – um grande sucesso do ponto de vista da disseminação desta nova disciplina. Mas, como Freud já previa, a popularização da psicanálise levou a dissensos, que levaram a rupturas. Afinal, os adeptos dos estudos em Cultura e Personalidade também não tinham todos a mesma opinião sobre a psicanálise. LeVine (2001) afirma que suas posições iam desde a fenomenologia social de William Thomas, explicitamente antifreudiana, até a psiquiatria interpessoal de Harry Stack Sullivan. Este último, por exemplo, possuía grande influência no campo e era amigo do antropólogo Edward Sapir, outra figura relevante entre os estudiosos da área. Abraham Kardiner, por sua vez, havia sido analisado por Freud alguns anos antes, mas, em seu trabalho com o antropólogo Ralph Linton, afastou-se consideravelmente da teoria das

pulsões freudiana (LEVINE, 2001). As antropólogas Ruth Benedict e Margaret Mead, buscando comprovar com suas observações etnográficas que o comportamento sexual das sociedades ocidentais não era, de forma alguma, ditado por questões biológicas, mas sim, culturais, tornaram-se próximas a Horney e influenciavam-se mutuamente (BUHLE, 1998).

Assim, vemos que os psicanalistas revisionistas encontraram entre estes estudiosos grandes possibilidades de diálogo teórico. O grupo de revisionistas – que, além de Horney, incluiu, entre outros, Erich Fromm, Harry Stack Sullivan, Clara Thompson e Wilhelm Reich – propunha uma mudança de foco na teoria da libido freudiana, ressaltando a importância de fatores culturais e interpessoais no desenvolvimento psíquico. Ainda que essas contribuições tivessem tido uma grande importância para os debates que ocorriam entre os diferentes campos, a falta de sistematização e centralização das ideias em uma instituição fez com que, a partir da década de 50, leituras reducionistas tivessem como efeito a desvalorização das pesquisas feitas na área de Cultura e Personalidade e a consolidação de uma imagem negativa, de pouca seriedade, em relação a esses estudos (LEVINE, 2001).

De acordo com LeVine (2001), uma série de equívocos levou a essa má concepção da corrente, entre os quais o não reconhecimento da diversidade e das divisões existentes dentro do campo; a obliteração das publicações e dos esforços realizados pelos pesquisadores da área entre as décadas de 20 e 40; o enrijecimento das fronteiras entre as disciplinas; e a ideia errônea de que esta área de estudos ignorava as diferenças individuais em favor de uma homogeneização da psicologia da cultura. O autor também aponta que, principalmente entre sociólogos e antropólogos, reinava a ideia de que estes estudos acompanhavam as visões mais tradicionais de Freud, o que impôs certa resistência à aceitação dos mesmos devido às explicações baseadas na biologia e às tentativas de universalização da teoria psicanalítica, inaceitáveis para os antropólogos mais conservadores (LEVINE, 2001). No campo psicanalítico, apesar de os revisionistas terem sido amplamente influentes nos Estados Unidos entre as décadas de 30 e 50, com cursos e consultórios lotados, os ataques infligidos pelos psicanalistas ortodoxos no final dos anos 50, representados em grande parte pela *American Psychoanalytic Association* (SLIPP, 1999), assim como as divergências entre seus membros, levaram a um isolamento dos autores e autoras desta corrente que é, até hoje, pouco considerada entre as escolas mais ortodoxas, sendo considerada uma “americanização” da psicanálise (MCLAUGHLIN, 1998).

A visão mais otimista e com pretensões a mudanças sociais por meio de sua terapêutica fez com que o culturalismo fosse visto por críticos como uma deformação da psicanálise para que se tornasse mais palatável ao espírito norte-americano, considerado mais pragmático (JACOBY, 1975; Marcuse, 1955). De acordo com essa crítica, o potencial revolucionário da psicanálise, que se revela através da noção de pulsão inconsciente e da impossibilidade de adequação total do sujeito ao seu meio, teria se extinguido na vertente culturalista devido aos questionamentos que esta impunha à teoria da libido. Nas palavras de Marcuse:

A “orientação cultural” encontra as instituições e relações sociais como produtos acabados, na forma de entidades objetivas – fatos que são mais dados do que feitos. A sua aceitação, nessa forma, exige a transferência da ênfase psicológica da infância para a maturidade, pois que é só no nível da consciência desenvolvida o meio cultural se torna definível como determinante do caráter e da personalidade, acima e além do nível biológico. Inversamente, só com a subalternização dos fatores biológicos, a mutilação da teoria dos instintos, a personalidade é definível em termos de valores sociais objetivos, divorciados da base repressiva que nega a realização dos mesmos. A fim de se apresentarem esses valores como liberdade e plena realização, têm de ser expurgados do material de que são feitos, e a luta para a sua realização tem de converter-se numa luta espiritual e moral. (MARCUSE, 1955, p. 232)

Acreditamos que a crítica do filósofo alemão seja legítima, tanto do ponto de vista epistêmico como do metapsicológico; mas essa crítica deve ser entendida também dentro de seu contexto e considerando o objetivo do autor quando a enuncia. Como dissemos, o auge das pesquisas em Cultura e Personalidade já havia passado quando o autor escreve seu livro, em 1955; e dois dos grandes representantes da corrente que eram fortemente guiados pela terapêutica analítica, Horney e Sullivan, já haviam falecido.

Além disso, no prefácio de “Eros e Civilização” o autor explicita que sua contribuição é de cunho filosófico e “mantém-se fora da disciplina técnica em que a Psicanálise se converteu” (MARCUSE, 1955, p. 30). Percebe-se como Marcuse estava mais interessado em discutir as implicações filosóficas e sociológicas da psicanálise, considerando sua dimensão terapêutica como secundária. Seu objetivo, como filósofo de forte filiação à Escola de Frankfurt, era transcender as limitações ideológicas que disciplinas como psicanálise e marxismo carregavam, tendo como fim um diagnóstico social; para isso, utiliza-se da estratégica retórica de demonstrar como algumas ideias culturalistas, especialmente relativas à terapêutica, não contribuíam para uma visão suficientemente crítica da sociedade (MARCUSE, 1955).

Um fator extremamente importante que esta leitura do culturalismo encobre é que a “orientação cultural” não poderia ser considerada uniforme, o que faz com que, apesar de ser possível identificar em diferentes obras aspectos abordados na crítica, como a ênfase na consciência ou naturalizações de certas instituições, dificilmente vejamos construções teóricas dessa corrente que se organizem da forma colocada por Marcuse – com o entrelaçamento entre concepções rígidas de instituições, levando ao foco na maturidade, enquanto os instintos ocupam apenas uma posição subalterna. Isto fica especialmente evidenciado nos trabalhos de Horney sobre a feminilidade, nos quais a autora discorre sobre a importância psíquica dos processos fisiológicos e da anatomia do ponto de vista clínico²⁰, assim como questiona fortemente instituições que, em sua concepção, carregavam vieses opressores como a monogamia (1928) ou mesmo a psicanálise (1926).

De acordo com o sociólogo Neil McLaughlin (1998), a chave para a compreensão da ascensão e queda do culturalismo do ponto de vista institucional é a dinâmica sociológica colocada pela interação entre um campo intelectual – o freudismo –, uma profissão emergente – psicanalistas norte-americanos e cientistas sociais – e o mercado de massa da produção intelectual, ainda muito novo no século XX. Diferentemente do que ocorreu com outras escolas de pensamento que foram esquecidas, as ideias dos culturalistas apresentam uma importância não apenas histórica na psicanálise (BENTON, 1994; ROUDINESCO & PLON, 1998; HARRIS, 2000), e os questionamentos de Horney a respeito do gênero e a relevância da mãe no desenvolvimento psíquico do sujeito, bem como a introdução de fatores históricos, sociais e culturais na teoria – proposta tanto por ela mesma como Erich Fromm e Harry Stack Sullivan –, são hoje cruciais para o campo.

Outro fator importante a ser considerado é a questão do status profissional dos psicanalistas. A popularização da psicanálise nos Estados Unidos ajudou não apenas na disseminação do conhecimento psicanalítico para a população leiga, mas também gerou um movimento da classe médica pela profissionalização da psicanálise, associada à psiquiatria. Psicanalistas entre 1931 e 1942 lutavam pela aceitação da classe médica nos EUA, por meio do afastamento de analistas leigos e simultaneamente pela pureza teórica da psicanálise e pela lealdade a Freud (MCLAUGHLIN, 1998).

Devido ao empenho da classe médica em fazer da psicanálise uma especialidade da profissão, muitos analistas, inclusive analistas europeus já renomados que emigraram,

²⁰ Inclusive reivindicando o título de pulsão para a energia psíquica que era mobilizada pela vagina, até então negada por Freud (HORNEY, 1932)

encontraram-se em situações difíceis. Fromm, por exemplo, mesmo sendo um renomado representante do culturalismo na psicanálise, era sociólogo e filósofo de formação, o que dificultava sua aceitação pelas instituições psicanalíticas que pleiteavam legitimidade diante dos psiquiatras. Além disso, Fromm também possuía uma visão heterodoxa da psicanálise, tendo pouco reconhecimento entre os psicanalistas ortodoxos em exercício nos EUA (MCLAUGHLIN, 1998). Já por esses motivos, Fromm não se configurava como uma figura ideal para dar prosseguimento a uma escola culturalista, e quando, em 1950, se muda para o México, esse destino é definitivamente selado (MCLAUGHLIN, 1998).

Horney e Sullivan morreram em 1952 e 1949, respectivamente. A morte precoce destes representantes do culturalismo provavelmente teve influência na forma como a história dessa corrente de pensamento se desenrolou. Ambos eram renomados psicanalistas que possuíam forte apoio institucional (mesmo que não dos freudianos ortodoxos) e muitos seguidores, o que nos leva a acreditar que, ao menos em vida, esses autores possuíam capital simbólico significativo – mesmo assim, incomparável ao de Freud, ao menos nas instituições psicanalíticas como a IPA e a APsA. Fromm, de acordo com MacLaughlin (1998), mesmo vivendo até a década de 1980, não pôde, no entanto, contar com este capital, por diferenças políticas e pessoais importantes, como o fato de ser marxista e estar pouco interessado nas disputas das instituições psicanalíticas, preferindo dialogar com grupos internacionais de críticos sociais (MCLAUGHLIN, 1998).

Mesmo ao analisar as obras destes três autores – Horney, Sullivan e Fromm - vemos quão distintas eram suas abordagens. Enquanto Fromm dedicava-se a uma crítica social da psicanálise e do freudismo, Sullivan voltava-se às relações interpessoais que constituíam o *self*, desconsiderando as dimensões intrapsíquicas. Diferente de Horney que, especialmente em sua teoria madura, buscou demonstrar como as interações com o meio levavam à constituição de um complexo sistema de defesas que eram retroalimentadas pelas consequências dos conflitos *inter* e *intrapsíquicos*. A autora, assim como Sullivan e outros, teve suas contribuições teóricas esquecidas durante muito tempo, sendo comum, inclusive, que suas ideias sobre a sexualidade feminina fossem atribuídas a outros autores (BENTON, 1998; QUINN, 1987) e sua teorização madura tida como conformista e rasa²¹ (MARCUSE, 1955).

²¹ Em oposição à psicologia profunda de Freud

Acreditamos que com essa exposição a disparidade de poder que mencionamos no início do capítulo tenha ficado clara. Assim, o fato de o campo psicanalítico ter se constituído em torno da “autoridade científica” (BOURDIEU, 1990, p. 89) de Freud, somado às tendências defensivas que este autor possuía em relação às suas obras (SLIPP, 1999), assim como o apagamento da diversidade das contribuições revisionistas, fizeram com que os dissidentes do pai da psicanálise tivessem como destino a *Todschweigen*, ou morte pelo silêncio (SLIPP, 1999; KUPERMANN, 2019).

No caso particular de Karen Horney, é um agravante ela ter sido uma das primeiras mulheres no campo e iniciar seu percurso autoral em psicanálise com um tema especialmente sensível, tanto para a sociedade da época, como para o próprio Freud: a feminilidade, o que a levou em direção às discussões do papel do meio cultural na constituição psíquica. Veremos no próximo capítulo como a autora buscou testemunhar sua experiência pessoal e clínica através da sistematização de uma teoria da feminilidade e, posteriormente, das neuroses em geral.

3. O SEGUNDO TEMPO: TESTEMUNHAR É PRECISO

*Todas as medidas são masculinas – isto é,
padrão intrinsecamente estranho a ela [mulher],
portanto, não é difícil sentir-se deficiente*
(HORNEY, 1991[1927], p. 71)

Se continuamos a seguir a narrativa ferencziana da traumatogênese, chegamos ao momento do testemunho da criança abusada. Assim, diante de sua vulnerabilidade escancarada pelo indizível potencialmente traumático, o sujeito ferencziano buscará um outro para lhe ajudar a simbolizar aquilo que permanece como excesso não representado em seu psiquismo. Como estabelecemos no primeiro capítulo, Kupermann (2019) localiza esse momento como sendo o segundo tempo do trauma, o tempo do testemunho.

Segundo Antonello (2019), o compartilhar envolvido no testemunho tem suas origens na infância, quando o adulto servia como um aparato psíquico auxiliar ao eu em desenvolvimento. O autor ainda afirma que a literalidade é uma das características das narrativas de testemunho, justamente por sua dimensão paradoxal que implica a necessidade de dizer o indizível. Assim, com as inovações da clínica ferencziana, vemos emergir um sujeito que, vítima de violências terríveis, é compelido a presentificá-las através de seu testemunho, mas que se vê limitado pela linguagem, a qual é incapaz de simbolizá-las.

No entanto, a impossibilidade de simbolização não faz com que o testemunhar seja inútil. Na teorização de Ferenczi, a criança, com sua tendência a simbolizar, pode dar conta dos choques traumáticos caso seja acolhida e reconhecida em seu testemunho. Desta forma, neste tempo, o testemunho coloca a possibilidade de o trauma não se concretizar, uma vez que, para além de seu efeito catártico, a narrativa testemunhal é marcada pela demanda de reconhecimento dirigida ao outro (KUPERMANN, 2019).

Jô Gondar, assinalando a tragicidade do não reconhecimento da vulnerabilidade, atenta para o fato de que:

[Ferenczi] sugere que o desmentido, antes mesmo de menosprezar o sofrimento de uma criança, desconsidera a sua vulnerabilidade, que precisaria ser protegida dos atos de violência física e psíquica para que o sofrimento não ocorra. O mais doloroso no trauma é o fato de que ele possa se dar – e para isso é preciso que já haja um descuido com a fragilidade infantil. O reconhecimento estaria sendo negado, antes mesmo de um ato violento, ao que existe de precário na criança. Se seguirmos essa linha, diremos que o reconhecimento é, em primeiro lugar, o reconhecimento da vulnerabilidade de um sujeito. [...] O que implica também o reconhecimento da própria vulnerabilidade. (GONDAR, 2012, p. 202-203)

Percebe-se então que o trauma não é simplesmente acidental ou irremediável. Pelo contrário, os três tempos do trauma levam-nos a reconhecer justamente o seu aspecto evitável, ali onde a experiência da criança pode ser acolhida e significada, desde que o adulto seja capaz de suportar sua própria vulnerabilidade evocada nesse compartilhar.

Assim, a outra faceta crucial do testemunho para Ferenczi (1933) é que, ao presentificar o acontecimento traumático, esse compartilhar, ou essa demanda por reconhecimento, torna possível o resgate da confiança no ambiente. É, portanto, um mecanismo de cura, de tentativa de reparação do dano causado pelo outro, na medida em que oferece a chance para o sujeito expor sua dor e se ver reconhecido. O momento do testemunho é também quando nós, psicanalistas, podemos atuar clinicamente, nos colocando como destinatários da mensagem do sujeito e legitimando sua experiência (KUPERMANN, 2019).

Tendo exposto estes aspectos do lugar testemunho na traumatogênese ferencziana, resta-nos continuar nosso percurso na transposição deste conceito clínico para a historiografia. Antes, porém, é preciso fazer algumas pontuações: é importante ressaltar que, ao realizar essa transposição, focaremos na teorização de Horney a respeito da feminilidade, entendendo-a como um testemunho de sua experiência pessoal e clínica. Desta forma, cabe reforçar que, apesar de apresentarmos alguns aspectos da história pessoal da autora, não é sua subjetividade que estará em análise, mas, sim, aquilo que buscava expressar por meio de sua teoria: a vulnerabilidade da feminilidade na cultura e na psicanálise.

Nesse sentido, vemos uma aproximação entre as práticas clínicas e teóricas de Ferenczi e Horney, pois, se o primeiro estava interessado em desvelar o caráter iatrogênico e retraumatizante da análise de então, partindo da compreensão da vulnerabilidade dos analisandos – que tudo sabem e nada sentem - diante dos analistas; Horney, percebendo o estado de vulnerabilidade das mulheres em uma sociedade patriarcal e em crise, propõe o desenvolvimento de uma nova psicopatologia, que não estivesse tão submetida à diferença sexual e seus riscos interpretativos.

3.1 A teorização como testemunho

Quando nos aproximamos da biografia de um autor ou autora nos deparamos, na maioria das vezes, com linhas que indicam os caminhos teóricos, filosóficos e estilísticos adotados por ele ou ela. A sua contribuição científica parece emergir mesmo onde não a esperávamos, por meio de suas vivências, histórias cotidianas ou mesmo anedotas contadas por quem o/a conheceu. Em psicanálise, isso parece ser especialmente verdadeiro.

É sabido que a invenção do nosso campo, inclusive com seus complexos conceitos, deu-se, em grande medida, pela autoanálise realizada por Freud numa época em que ele era o único psicanalista existente. Além de expor as profundidades de sua mente, Freud também nos mostrou que, em se tratando da investigação sobre aquilo de mais pessoal e humano nas pessoas, nós devemos ser nossas primeiras cobaias. Assim sendo, ao contrário do que pode acontecer com outros campos científicos, dificilmente a vida de um psicanalista, suas relações íntimas, os lugares onde viveu, suas afinidades e desamores, seriam irrelevantes em suas teorizações.

Como aponta Laplanche (1997), “nosso livro, nosso texto, podem ser o sintoma neurótico” (p. 23), uma vez que o inconsciente estará para sempre presente e para sempre fora de nosso controle absoluto. Com isso, não estamos advogando pelas psicobiografias como últimas ferramentas para compreensão teórica ou pela análise selvagem de figuras que sequer conhecemos pessoalmente. Gostaríamos apenas de sinalizar que, em uma obra psicanalítica, faz-se presente algo substancial da subjetividade dos autores. Jones, em sua biografia de Freud, afirma que:

[...] ao traçarmos, da melhor maneira possível, a gênese das descobertas originais de Freud, temos o direito de considerar legitimamente que a maior delas [...] foi poderosamente facilitada pela sua própria inusitada constelação familiar, pelo estímulo que deu à sua curiosidade e pela oportunidade que proporcionou para uma completa repressão. (JONES, 1961, p. 45)

Peter Gay (1988) também assinala que, dentre o grande volume das obras de Freud, “algumas são abertamente, outras veladamente autobiográficas” (p. 15).

Na história de Karen Horney, isso também certamente ocorreu. Há três biografias da autora, todas escritas em língua inglesa, das quais nenhuma foi traduzida para o português. A primeira, escrita pelo médico e psicanalista Jack L. Rubins e publicada em 1978, é fruto de um imenso trabalho de pesquisa sobre a autora e sua obra que durou 7 anos e reúne informações valiosas não apenas sobre Horney, mas também sobre a organização institucional da psicanálise e dos contextos sociais nos quais a autora viveu²². Rubins foi o único dos biógrafos que conheceu Karen, pois foi seu aluno na *New School for Social Research* em NY, tendo posteriormente ingressado no instituto fundado pela autora. As outras duas biografias, *A mind of her own*, da jornalista e escritora Susan Quinn, e *A psychoanalyst's search for self-understanding*, do também psicanalista Bernard Paris, foram publicadas em 1987 e 1994,

²² O material recolhido por Rubins – entrevistas, fotos, atas, anotações, reportagens – foi entregue pelo autor à Yale, onde é possível acessá-los mediante solicitação prévia.

respectivamente. Apesar de todos os três livros proporcionarem imagens de Horney coerentes entre si, o enfoque de cada um deles é diferente. Enquanto a obra de Rubins é um pouco mais abrangente em termos das disposições político-teóricas dentro das instituições psicanalíticas, o texto de Quinn é marcadamente voltado às dificuldades enfrentadas por uma mulher branca, psicanalista e médica no final do século XIX e início do XX. Já a última biografia, de Paris, tem como objetivo a construção de uma imagem mais subjetiva da autora, vinculando-a à sua produção científica.

Paris (1994) analisa a obra e vida da autora paralelamente através da investigação de seus diários, cartas e de seus trabalhos publicados e não publicados. Ele nota, como sugere no título, que Karen se dedicava muito ao autoconhecimento, interessando-se por saber a origem de seus sentimentos e conflitos, mesmo antes de conhecer a psicanálise. Segundo o biógrafo:

Os problemas pessoais de Horney a levaram a procurar uma auto-compreensão, cujo registro está contido primeiro em seus diários e depois em seus escritos psicanalíticos. Essa busca é evidente em seus ensaios autobiográficos sobre psicologia feminina e pelo menos em parte inspirou seu desenvolvimento de um novo paradigma psicanalítico. (PARIS, 1991, p. 15)

Horney começou a prática de escrever diários quando contava 14 anos de idade, pois seu complexo contexto familiar e os incontáveis questionamentos sobre si mesma, a religião e a moral e sobre os relacionamentos interpessoais a motivavam a buscar respostas por si mesma (HORNEY, 1980). Esses diários foram herdados pelas filhas da autora após sua morte em 1952, mas 20 anos se passaram até que Renate – a filha mais nova – os lesse e decidisse publicá-los. Nos cinco volumes escritos entre 1899 e 1911,²³ vemos uma adolescente com uma impressionante disposição à exploração de si mesma, seus sentimentos, dúvidas e objetivos. Eram reservatórios de sua frustração com a atitude moralista do pai, que claramente lhe tratava de forma diferente de seu irmão; da pena e inveja que sentia por sua mãe, jovem, ambiciosa e deprimida; assim como de sua excitação pela aprendizagem e também pelos homens. O último volume, escrito entre 1910 e 1911, é diferente dos anteriores, pois nessa época Horney já cursava medicina e havia descoberto a psicanálise, iniciando sua análise com Karl Abraham, o único psicanalista de Berlim na época.

O que lemos em seu diário acerca das sessões com Abraham também sugere um caminho penoso para a autora, mas que certamente foi de extrema importância para sua futura produção em psicanálise, que começou com um texto “A técnica da psicanálise” (HORNEY, 1917). Diante das angústias que apresentava ao seu analista, Horney recebia explicações teóricas, em

²³ Com um intervalo de três anos entre 1907 e 1910.

que Abraham associava os episódios depressivos a impulsos de passividade que ela guardaria, ou o choro após seu marido tê-la acusado de flertar com outro homem com desejos de prostituir-se, tão comuns em mulheres da classe média (HORNEY, 1980[1910]). Para além das interpretações claramente falocêntricas e que desconsideram outros aspectos complexos da feminilidade, a postura distante e pouco empática de seu analista e tantos outros colegas, que Ferenczi (1931) posteriormente questionará como iatrogênica ou mesmo retraumatizante, foi provavelmente uma das motivações de Karen para se dedicar a desenvolver uma prática mais focada em experiências emocionais do que em explicações racionais²⁴.

Horney, como Ferenczi (1931), percebe a partir de sua prática clínica e pessoal que a sensibilidade - inclusive no sentido corporal (Horney, 1952) - era uma ferramenta mais fundamental no tratamento de pacientes do que a interpretação; mas essa não era a postura padrão dos analistas nos primeiros anos da psicanálise. Kupermann (2019) assinala que, para Ferenczi, foram os efeitos iatrogênicos da psicanálise dessa época que mostraram o potencial reforço que a prática oferecia à identificação com o agressor.

No mesmo sentido, o autor aponta em outro trabalho que um dos pontos cruciais para a reformulação da teoria analítica da técnica foi o conceito freudiano de perlaboração - datado de 1914 e inspirado na técnica ativa ferencziana -, após a análise paradigmática do Homem dos Lobos (KUPERMANN, apud GONDAR, 2020).²⁵ Mas só depois de 14 anos – com a associação entre neocatarse e perlaboração – que se observaria uma efetiva *virada* no campo psicanalítico com a publicação, em 1928, de três ensaios²⁶ de Ferenczi que apresentavam inovações metapsicológicas/psicopatológicas, na técnica e em considerações ético-político-institucionais que transformaram significativamente a forma dos analistas atuarem; questionando a centralidade da interpretação no tratamento psicanalítico e dando ênfase ao aspecto sensível da relação transferencial (KUPERMANN, 2019).

Nesta mesma época, entre 1927 e 1928, Horney escreve uma série de ensaios referentes às relações entre os sexos, principalmente dentro do casamento. Paris (1994) lê tais ensaios como altamente autobiográficos, uma vez que tratam de questões como a tendência à poligamia, o

²⁴ Como ela diz em suas Últimas Conferências sobre Técnica: “Estamos cada vez mais convencidos de que, na terapia, apenas isso conta: o que é sentido e experimentado. Perceber algo intelectualmente é apenas o primeiro passo e sem muito valor terapêutico, se não provocar alguma resposta emocional.”. (HORNEY, 1952, p. 6)

²⁵ A associação entre neocatarse e perlaboração faz com que compreendamos a importância da repetição no tratamento, uma vez que é através da via sensível da perlaboração que as mudanças ocorrem no encontro analítico. (GONDAR, 2020)

²⁶ Seriam eles *A adaptação da família à criança* (1928a), *A elasticidade da técnica* (1928b) e *O problema do fim da análise* (1928c).

ideal monogâmico e os conflitos na aceitação de um papel feminino, que provavelmente foram revividos pela autora após a separação de Oskar em 1926.

A nosso ver, não há dúvidas de que Horney observava seus próprios conflitos em seu casamento, assim como dos pacientes que acompanhava, e teorizava sobre eles. Mas, para além disso, é interessante notar como a autora consegue elaborar explicações metapsicológicas para experiências cotidianas, principalmente àquelas relacionadas à feminilidade. Quando Horney, em 1927, no ensaio “Feminilidade Inibida: a contribuição psicanalítica para o problema da frigidez”, descreve este distúrbio da função sexual da mulher como fruto de um complexo de masculinidade²⁷ que, apesar da frequência não deve ser considerado fenômeno normal, a autora reafirma sua posição teórica que rejeita a inveja do pênis como estruturante da feminilidade, mas a aceita enquanto fase crucial para a fixação da libido no desenvolvimento de patologias da feminilidade. Seguindo a lógica potente que a psicanálise revelou sobre a relação entre normalidade e anormalidade, Horney relembra seus leitores de que “é preciso satisfazer várias condições para garantir o desenvolvimento normal e que existe o mesmo número de possibilidades de bloqueios e distúrbios” (HORNEY, 1991[1927], p. 74). Seriam, portanto, as primeiras relações de objeto da criança que determinariam o desenvolvimento em um ou outro sentido.

Logo, se a menina vive, por exemplo, em um ambiente no qual um irmão é mais valorizado, ou em que questões sexuais são tratadas com um pudor opressor, ou mesmo em que haja a figura de um pai extremamente dominador e uma mãe doente ou ameaçada; a menina então pode desenvolver a ideia de que “a posição da mulher é precária e perigosa” (p. 75). Apesar das referências gritantes à sua própria vida, Karen desenvolve uma argumentação consistente com as premissas psicanalíticas, preservando suas próprias contribuições e fazendo referência à cultura²⁸. A autora afirma que, identificada com a mãe e fantasiando ser o objeto de escolha do pai, a menina pode sofrer grande decepção com a proibição do incesto e ver emergirem sentimentos de culpa referentes à mãe. Dessa forma, como defesa contra tal ferida narcísica, a menina afasta-se da feminilidade, recusa-a e a desmerece, em favor de uma “masculinidade fictícia” (p. 75).

²⁷ A definição da autora para complexo de masculinidade é “Todo complexo de sentimentos e fantasias, cujo conteúdo é a sensação da mulher estar sendo discriminada, a sua inveja do homem, o seu desejo de ser homem e descartar-se do papel feminino” (HORNEY, 1991[1927] p. 70)

²⁸ A autora cita a personagem de Friedrich Schiller, A Dama de Orleans, ou Joanna D’Arc, como exemplo de feminilidade inibida pela voz de Deus - enquanto equivalente psicológico da voz do pai - e que, ao se ver apaixonada por um inimigo da pátria, sucumbe aos sentimentos de culpa que, de acordo com Horney, adviriam da irrupção da feminilidade devido ao enamoramento. A discrepância entre crime e punição, segundo a autora, indicam as raízes inconscientes de tal culpa, a qual ela refere à relação com a mãe.

Horney dá um passo além em sua teorização quando, além das explicações metapsicológicas, sugere que fatores culturais, ligados ao patriarcado, influenciam nesta dinâmica, contribuindo para a alta frequência do fenômeno da frigidez. Dentre esses fatores, ela ressalta dois:

Primeiro, não importa o quanto a mulher enquanto indivíduo seja estimada como mãe e amante; é sempre o homem que será considerado de mais valor no campo humano e espiritual. A menina cresce sob esta influência. [...] O outro fator desfavorável está em determinada particularidade do erotismo masculino contemporâneo. [...] Assim, por um lado, o homem escolhe como amiga e companheira para sua vida quem lhe está próxima espiritualmente, mas em relação a quem sua sensualidade está inibida e de quem, no fundo, espera retribuição igual. [...] Por outro lado, ele vai procurar uma mulher com quem possa ter relações sexuais apenas. (HORNEY, 1991[1927], p. 79)

Dessa forma, enquanto os homens são estimulados e podem, na realidade, satisfazer suas necessidades subjetivas de maneira mais abrangente devido à sua posição dominante, as mulheres, por outro lado, veem-se inibidas pelos hábitos e a educação, revelando o lugar subalterno que a sociedade lhes reserva. Vemos, deste modo, uma grande afinidade entre a denúncia que autora apresenta em seus textos e as propostas dos movimentos feministas de então.

Percebemos, portanto, que para além das referências autobiográficas a autora é capaz de captar fatos importantes da experiência feminina e descrevê-la em sua teorização. Horney falava de si; dava, portanto, seu testemunho. Porém, falando de si, falava de algo vivido também pelas mulheres que se encontravam em situações semelhantes à sua, falava por suas pacientes, filhas e colegas. Veremos nas próximas seções os desdobramentos que teve esse seu testemunho em forma de teoria.

3.2 Horney, feminismo e feminilidade

Sendo Horney considerada por diversos autores como a responsável pela inserção de pautas feministas na psicanálise (SAYERS, 1991; WESTKOTT, 1989; PARIS, 1994), não poderíamos deixar de analisar a mútua influência que os movimentos de mulheres e as teorizações da autora exerceram entre si.

A relação entre psicanálise e feminismo tem sido, desde suas origens, bastante tensionada. Emma Goldman (1911), feminista anarquista norte-americana, observou, no entanto, que ambos os campos do saber são historicamente emparelhados, nas vésperas da

modernidade, tendo se desenvolvido e contribuído simultaneamente para o estabelecimento de um terreno em comum: o significado moderno de individualidade.

Seguindo esta lógica, Mari Jo Buhle (1998) propõe que feminismo e psicanálise desenvolveram-se dialogicamente, na medida em que os principais teóricos das duas áreas buscaram solucionar problemas em comum; se, de um lado, a psicanálise parte de sua metodologia clínica, de outro, o feminismo propõe uma estratégia política. Em outras palavras, poderíamos dizer que a psicanálise propõe uma terapêutica a partir de sua análise do sujeito e da sociedade, enquanto os feminismos produzem teorias de cunho normativo. Sendo assim, buscaremos expor nessa seção alguns elementos contextuais que nos parecem úteis para que compreendamos qual era a situação de movimentos feministas à época de Horney e quais influências exerciam na teorização psicanalítica.

Poderíamos considerar a história do feminismo como sendo composta por três fases, ou ondas. Apesar do caráter meramente didático desta divisão - uma vez que tal separação seria impossível na realidade -, ela ainda nos ajuda a compreender os debates que aconteciam na sociedade de cada época a partir dos focos das lutas destes movimentos e das consequências das formas de abordá-los. Assim, durante a primeira onda dos movimentos feministas, aproximadamente entre 1850 e 1940, vemos as mulheres estruturando suas demandas em termos de igualdade entre homens e mulheres, o que se revelava nos movimentos de reivindicação pelo direito ao voto das sufragistas.

Nesse momento, a busca pela igualdade deve ser analisada juntamente à concepção vastamente aceita na época de que a fisiologia feminina impedia as mulheres de serem plenamente racionais e lógicas e, portanto, tornava sua participação nas decisões de cunho político indesejável. Exemplo claro disso está no entendimento comum à época, e que Freud e outros psicanalistas ajudaram a desconstruir, de que a histeria – do grego, *hystera*, que significa útero – seria uma doença que acometeria apenas mulheres; sendo atribuída a alterações neste órgão e que gerava alterações somáticas, como as conversões, e na personalidade, como as tendências à hipersensibilidade e dramatização. Dessa forma, o argumento dualista da separação entre mente e corpo ajudou as mulheres a reivindicarem algum espaço na esfera pública, na medida em que afirmava a independência da razão em relação ao corpo.

Já os movimentos que ocorreram a partir da década de 70, tidos como a segunda onda feminista, buscavam o reconhecimento da diversidade, desvelando dispositivos discursivos que colavam o corpo feminino à reprodução, à natureza e ao espaço privado. Finalmente, na terceira onda, que teve início nos anos de 1990, temos a luta contra a opressão e o colonialismo a partir

das teorias *queer*, com uma reaproximação entre mente e corpo a partir da desconstrução de binarismos, como sexo e gênero.

Se entre os séculos XVIII e XIX as ativistas políticas já se questionavam se as mulheres deveriam formular suas demandas a partir de uma igualdade perante os homens ou se deveriam afirmar suas diferenças, foi apenas na primeira onda feminista que estes termos foram colocados não apenas enquanto questões de utilidade social ou deveres femininos, mas como questões de autorrealização. A subjetividade feminina entrava então em jogo, e, apesar de essa dimensão ter permeado a luta das feministas da primeira onda, o movimento não era homogêneo e apresentava diferenças consideráveis nos focos das lutas, inclusive por sua dispersão temporal (BUHLE, 1998).

De acordo com historiadoras como Elaine Showalter (1989), há diferenças significativas entre as sufragistas e o grupo que esta autora denomina como “feministas modernas”, em que podemos localizar temporalmente Horney, apesar de ela mesma nunca ter se considerado uma “feminista”. Showalter (1989) afirma que uma das grandes diferenças entre esses dois grupos era o fato de que este último lutava pelo direito de autorrealização tanto na esfera pública quanto privada. Enquanto as gerações anteriores de feministas haviam renunciado ao casamento ou à maternidade para se dedicarem às suas carreiras, essas mulheres modernas esperavam tanto o sucesso profissional como o pessoal, e a psicologia e a psicanálise foram as ciências eleitas para explicarem o desenvolvimento da mulher e da sociedade.

Outro ponto interessante destacado por Showalter (1989) é a idade ligeiramente mais avançada dessas feministas modernas. Com o colapso da coalizão sufragista, especialmente a partir de 1925, a ausência de um bloco de votação feminino claramente definido e a dificuldade de aplicar os ideais feministas em um mundo ainda organizado pelo sistema patriarcal, o movimento feminista perdeu sua força, especialmente em termos de adesão da juventude. Este dado nos ajuda a entender o status do feminismo após o final da primeira guerra e durante a década de 1920. Como aponta Buhle a respeito do declínio semântico²⁹ do termo “feminismo”:

À medida que sua base política se desintegrou, o feminismo assumiu um novo significado. Nos Estados Unidos, o termo já não expressava um título baseado naquelas qualidades e capacidades que marcavam a diferença entre a mulher e o homem, mas ganhou propriedades genéricas. O feminismo tornou-se um ‘termo guarda-chuva’ que englobava uma variedade irrestrita de ideias e ações direcionadas para melhorar o status das mulheres. Mais importante, o feminismo agora representava o que suas criadoras de antes da guerra tinham tão inflexivelmente rejeitado: um masculinismo. (BUHLE, 1998, p. 56)

²⁹ Optamos por utilizar a terminologia trazida pela autora e que se refere à associação do feminismo com características tidas como pejorativas, como ainda observamos hoje.

Em um ambiente de transição, as mulheres feministas da década de 1920 encontravam-se confusas e vulneráveis. Contando com pouco ou nenhum apoio da sociedade em geral, os modelos de identificação eram parcos, e uma das soluções possíveis para tal condição era a identificação com o papel masculino no mundo do trabalho. No entanto, “as mudanças na casa e no serviço doméstico”, como coloca Showalter, “necessárias para amparar tal estilo de vida não se deram durante os anos de 1920” (1989, p. 18). A mulher, então, encontrava-se em uma situação tal que, mesmo depois de conquistas políticas importantes, sua presença no mercado de trabalho não era nem desejada pelos colegas homens nem considerada relevante, principalmente pela nova geração. Fadada a empregos inferiores, faltavam-lhe o reconhecimento e o apoio da sociedade para que as mudanças necessárias para a consolidação real de suas conquistas fossem efetuadas.

O aumento de mulheres no mercado de trabalho, forçado pelas condições socioeconômicas do pós-guerra, bem como suas conquistas em termos de direitos fazia com que ocupassem cada vez mais a esfera pública, podendo, assim, reivindicar maior autonomia também no campo sexual. Desse modo, as descobertas freudianas encaixaram-se nas demandas feministas por liberação sexual. O conceito de pulsão sexual, uma energia que estaria presente em todos os seres humanos e seria destacável dos imperativos de procriação e dirigidos apenas ao prazer, encantaram as feministas da primeira onda, pois elas viam nele a possibilidade de se libertarem da restrição ao espaço privado imposta pela organização social. De acordo com Buhle:

As feministas não se voltaram para a psicanálise apenas para justificar sua rebelião sexual ou para aliviar a dor da transição. Elas esperavam ganhar com Freud uma teoria abrangente da individualidade, uma que delinearia as diferenças entre os sexos e demarcaria os parâmetros psíquicos especiais da feminilidade. (BUHLE, 1998, p. 29)

Buhle aponta que, sem dúvida, as teorias freudianas forçaram as feministas a refinar suas categorias de análise, da mesma forma que as feministas também compeliram os psicanalistas a revisitar suas concepções acerca da diferença entre os sexos/gêneros; acreditamos que o trabalho de Horney, de maneira exemplar, é uma das consequências de tais embates. Apesar de as origens da psicanálise terem se dado com o estudo de mulheres histéricas e Freud ter desenvolvido a partir destes casos sua teoria da etiologia sexual das neuroses, pode-se dizer que o pai da psicanálise não estabeleceu desde o início uma teoria das diferenças sexuais – é apenas a partir do final da década de 1910 e início da de 1920 que Freud, impulsionado por descobertas e questionamentos de outros analistas e feministas, passa a dedicar-se à teorização

acerca da sexualidade feminina (APPIGNANESI & FORRESTER, 2010). Independentemente do silêncio de Freud a respeito do tema, estudiosas feministas já empregavam alguns princípios psicanalíticos para o estudo da sexualidade feminina, tendo como objetivo a emancipação das mulheres (BUHLE, 1998).

A expansão do conhecimento psicanalítico após a Segunda Guerra fez com que diversos campos do saber se apropriassem das teorias freudianas de maneiras particulares. No caso das feministas, isso não foi diferente. Ao fazer uma amálgama das teorias freudianas e de outros autores da época a fim de darem conta da sexualidade feminina e suas especificidades, as feministas tornaram esses temas centrais para o projeto psicanalítico. Assim como a teoria da sexualidade de Freud fez com que essas estudiosas lançassem um novo olhar para a questão da constituição da subjetividade feminina, os remodelamentos que impuseram às elaborações freudianas também se tornaram difíceis de serem ignorados na história da psicanálise (BUHLE, 1998).

É com o debate sobre a feminilidade que perdurou entre as décadas de 1920 e 1930 que este tema irá entrar em questão nos círculos psicanalíticos. Afinal, com todas as conquistas feministas que balançavam o mundo no final do século XIX e no início do século XX, várias mulheres puderam dar continuidade à sua educação formal e adentrar em diversos campos de trabalho antes restritos a homens. No meio psicanalítico isso também aconteceu, o que, somado às pressões sociais e culturais, possibilitou psicanalistas como Horney, Anna Freud, Melanie Klein e Helene Deutsch a proporem novas teorias sobre o desenvolvimento psicosssexual da mulher, dando especial ênfase à maternidade e à relação estabelecida entre mãe e bebê (SAYERS, 1991). Na verdade, Janet Sayers, entre outros psicanalistas, considera essa mudança de ênfase, da paternidade para a maternidade, uma das mais significativas na teoria psicanalítica desde sua criação, que passou a considerar a fase pré-edípica como fundamental para a constituição psíquica.

Essas analistas foram de extrema importância para que tal transição ocorresse, mas é interessante notar que Horney apresenta uma diferença em relação às suas colegas contemporâneas que também discutiam a maternidade e a importância da maternagem para o bebê. A autora parecia sempre estar atenta à sexualidade da mulher enquanto sujeito, seja durante a meninice, nas descobertas corporais, seja na adolescência ou vida adulta, quando novos conflitos surgem ou quando há a revivescência de antigos traumas agora atualizados.

Parece-nos que Horney, em seus primeiros textos, assim como outras mulheres de seu tempo, tentava demonstrar a positividade na feminilidade a partir da anatomia, afirmando que a vagina não era mera ausência de pênis e que este último tendia a ser supervalorizado como

símbolo de poder, enquanto que a capacidade de gerar bebês não recebia a devida atenção dos psicanalistas (Horney, 1926). Seu posicionamento é justificado se pensarmos o quão comum foi a utilização de argumentos pseudocientíficos para a manutenção da crença na inferioridade das mulheres, atribuindo-a às diferenças anatomofisiológicas e não levando em consideração a opressão cultural.

A questão complexa da reorganização da sociedade para a efetiva participação paritária das mulheres - que implicou inclusive concepções acerca de lutas pela afirmação da diferença ou da igualdade – estendeu-se ainda durante toda a segunda onda do feminismo e continua sendo uma pauta das discussões do que hoje chamamos de terceira onda. Vale notar, portanto, quão importantes continuaram sendo esses questionamentos colocados por estas feministas antes esquecidas. Nancy Fraser, por exemplo, em texto de 1994, expõe de forma clara e sucinta como a questão da diferença X igualdade se estruturou nas teorias feministas, explicitando as consequências da abordagem antitética da mesma:

As feministas têm até agora associado a justiça de gênero com igualdade ou diferença, onde "igualdade" significa tratar mulheres exatamente como homens, e onde "diferença" significa tratar as mulheres diferentemente, na medida em que diferem dos homens. Os teóricos discutiram os méritos relativos dessas duas abordagens, como se representassem dois pólos antitéticos de uma dicotomia absoluta. Esses argumentos geralmente terminaram em impasse. Os defensores da "diferença" demonstraram com sucesso que as estratégias de igualdade tipicamente pressupõem "o homem como norma", prejudicando as mulheres e impondo padrões distorcidos a todos. Os igualitários argumentaram de forma tão convincente quanto, no entanto, que as abordagens da diferença dependem tipicamente de noções essencialistas da feminilidade, reforçando assim os estereótipos existentes e restringindo as mulheres nas divisões de gênero existentes. Nem a igualdade nem a diferença, é uma concepção viável da justiça de gênero. (FRASER, 1994, p. 115)

Com disputas entre feminismos igualitários e defensores da diferença, movimentos como a já citada *Die Neue Ethik* (a Nova Ética) na Alemanha, bem como a Sociedade Britânica para o Estudo da Psicologia do Sexo, vinham ganhando força desde o final do século XIX em suas propostas de liberação sexual. As feministas norte-americanas, por exemplo, estudando além de Freud autores como Havellock Ellis e Edward Carpenter, adequaram as teorias freudianas da sexualidade a enquadres mais otimistas que, apesar de também considerarem a centralidade da sexualidade na vida humana, colocavam a mulher em uma posição privilegiada em relação ao homem por sua capacidade, essencial, de dar à luz a crianças (BUHLE, 1998). Essa capacidade natural da mulher seria, portanto, sua diferença essencial em relação ao homem e, de acordo com a Nova Ética, tornava desejável para o desenvolvimento da sociedade a

libertação sexual das mulheres, bem como suas conquistas civis. Buhle ainda aponta que essa exaltação da maternidade foi um dos elementos vitais nos escritos europeus sobre emancipação feminina sendo bastante disseminados pelos trabalhos de feministas como a educadora sueca Ellen Key.

As iniciativas mais radicais de reformulação do espaço doméstico continuavam reproduzindo a concepção de que a responsabilidade sobre a casa e os filhos era exclusivamente feminina, sendo que apenas as feministas mais radicais, como Suzanne LaFollette e Alice Beal Parsons, nos EUA, sugeriam que os homens também deveriam participar nos afazeres domésticos. De acordo com Showalter (1989), dentre as sugestões de Parsons constavam pautas ainda recentes nas lutas feministas como creches para crianças, profissionalização do serviço doméstico, horários de trabalho flexíveis e pagamento para mães que se dedicavam exclusivamente ao cuidado de crianças.

Estudiosas das subjetividades femininas como Harris (2005) e Balsam (2013) já sinalizaram que, no campo psicanalítico, há uma tendência em fazer a figura da mulher e da mãe equivalerem entre si, o que, apesar de lançar alguma luz sobre a importância do relacionamento mãe-bebê, pode levar à restrição da compreensão sobre a sexualidade da mulher ao seu potencial reprodutivo. A teorização de Horney, diferentemente, traz a marca da influência feminista ao focar no prazer e no desejo feminino, mesmo quando a mulher se torna mãe.

Os primeiros ensaios de Horney tratam, principalmente, das questões referentes à constituição da feminilidade, sendo que seu primeiro artigo sobre o tema, “A gênese do complexo de castração nas mulheres” (1991[1922]), foi uma resposta a um artigo de Karl Abraham³⁰ pronunciado em 1920 no 6º Congresso Internacional de Psicanálise, na Holanda. O trabalho de Abraham – considerado por Freud como um dos mais precisos em termos de sexualidade feminina – trata essencialmente do complexo de castração em mulheres.

Resumidamente, o autor argumenta que o narcisismo da menina faz com que ela atribua a ausência de pênis à castração, através da fantasia de ter possuído um pênis que lhe foi tirado posteriormente. Segundo Abraham, a genitália feminina seria, então, enxergada como uma ferida, simbolizando a perda do pênis. O sentimento de ter sido “roubada” faria com que as mulheres sentissem um desejo de vingança em relação aos homens, privilegiados. O ato de

³⁰ Divergências teóricas com Abraham, assim como sua insatisfação com a análise realizada com ele podem ter contribuído para este posicionamento, o que já a coloca em uma posição frágil se levarmos em conta a importância da filiação dentro do movimento psicanalítico.

vingança estaria relacionado com o ressentimento da filha adulta em relação ao pai, que não lhe concedeu o pênis.

Assim sendo, para as mulheres o desejo de possuir um pênis estaria sempre presente e as possibilidades que se apresentariam seriam, pois, o desenvolvimento normal, com a sublimação deste desejo; a incapacidade de adaptação completa ao papel feminino; ou a homossexualidade (ABRAHAM, 1920). Há ainda os casos que o autor aponta de homossexualidade inconsciente, em que o desejo de ser homem permanece recalcado e é sublimado, por exemplo, em “interesses masculinos” de caráter intelectual e profissional. Abraham identifica nos movimentos de mulheres este tipo de desenvolvimento psíquico, uma vez que, de acordo com o autor, essas mulheres negam que esses interesses estariam inerentemente relacionados a apenas um dos sexos: o masculino. Este é um bom exemplo de como as teorias que afirmavam as diferenças facilmente deslizavam para um essencialismo e hierarquização dessas diferenças, naturalizando a opressão, especialmente por não considerarem as influências culturais na constituição das subjetividades.

Já o artigo de Horney, exposto em mesa presidida pelo próprio Freud e, inclusive ainda bastante vinculado ao pensamento freudiano, parte da pergunta:

Será que as formas do complexo de castração encontradas em mulheres, férteis de consequências não só para a formação de caráter e o destino das mulheres, que para todas as outras finalidades práticas são normais, baseiam-se meramente na insatisfação da ambição de ter pênis? (HORNEY, 1991[1923], p. 36).

Horney então questiona tomar-se como “verdade axiomática” (p. 35) o fato de as mulheres se sentirem em desvantagem durante toda a vida por causa de sua genitália, recusando, portanto, a superioridade natural atribuída ao pênis. A partir deste questionamento, a autora argumenta que o complexo de castração nas mulheres não deve ser compreendido como um resultado automático e natural da diferença anatômica entre os sexos, mas como resultante de outros fatores, especialmente da *relação* entre pai e filha. Ela afirma que:

As inúmeras e inconfundíveis observações deste tipo [sobre a tendência de algumas mulheres a acreditarem na realidade da fantasia incestuosa] mostram a importância de se compreender que nesta fase inicial – como repetição ontogenética de experiência filogenética – a criança constrói, com base numa identificação (hostil ou amorosa) com a mãe, a fantasia de ter sido possuída sexualmente pelo pai; e mais, que na fantasia esta experiência se apresenta como tendo realmente acontecido – tanto mais naquela época distante em que todas as mulheres eram antes de tudo propriedade do pai. (HORNEY, 1991[1923] p. 42)

Vemos que Horney apresenta nessa passagem uma explicação diferente daquela proposta por Freud para o interesse da menina pelo pai. Na perspectiva da autora, que recusa a posição em que as mulheres eram constantemente colocadas na teoria psicanalítica, como *hommes manques*, a genitália feminina não é percebida como uma ferida – ao menos não desde o princípio – pelas crianças. Ao invés da suposição freudiana do abandono de um objeto de amor (mãe) por outro (pai), Horney supõe que identificação e escolha objetal são processos que ocorrem simultaneamente e que implicam também a dimensão inconsciente da transmissão de afetos e fantasias dos cuidadores para a criança. Desta forma, a menina, identificada com a mãe, mas ainda a tendo como objeto de amor preferencial, “herda” dela o desejo pelo pai da mesma forma que também passa a acreditar que este a penetrou.

As fantasias incestuosas da menina em relação ao pai ganham, portanto, outro sentido na teorização horneyana. Se Freud (1925) considera que a menina se volta para o pai a fim de ganhar o precioso pênis que acredita ter perdido, para Horney (1922), esse processo ocorre de maneira mais fluida devido à identificação da menina com a mãe. Assim, Freud pensava que fosse o complexo de castração que levaria a menina ao Édipo e este permaneceria sem solução indeterminadamente, o que a seu ver justificava o pretensão superego mais frágil das mulheres. Horney, por outro lado, afirma que o amor pelo pai é justamente o que provoca o medo da “castração”³¹ o que levaria a menina, da mesma forma que os meninos, à repressão dos desejos incestuosos e ao fechamento do Édipo. É válido assinalar que autores como Fliegel (1973) acreditam que Horney foi a primeira a propor que as fantasias de castração da menina estão relacionadas ao medo de ser lesada internamente, devido à desproporcionalidade entre o membro do pai e a ainda pequena genitália da mesma.

Nessa ordem de coisas, a menina apenas se sentiria em desvantagem e desenvolveria uma inveja do pênis que pudesse ser considerada patológica caso houvesse cultivado uma relação especialmente próxima com o pai e sofresse, posteriormente, uma grande decepção (HORNEY, 1922). A exacerbação do complexo de castração, motivada por perturbações, ruídos, nas relações é o que leva ao complexo de masculinidade, que se traduz, efetivamente, na negação da feminilidade, no desejo de ser homem e possuir um pênis. Desta forma, compreende-se que o complexo de masculinidade é diferente do complexo de castração, mas é alimentado pela primeira inveja do pênis – a qual está associada para Horney (1922) não apenas à atividade masturbatória, mas também à pulsão escopofílica e ao erotismo uretral.

³¹ Coloco aqui a expressão entre aspas pois, diferentemente de Abraham (1921), Horney acredita que a angústia da menina não é ter perdido o pênis, mas sim, de ser lesada pela união sexual com o pai.

Nos textos que se seguiram, ela foi capaz de também considerar as influências da cultura no desenvolvimento psíquico, analisando transversalmente aspectos da sociedade e do indivíduo, o que foi de extrema importância em seu percurso teórico. Em “A fuga da feminilidade” (1926), por exemplo, a autora, utilizando-se das reflexões do sociólogo Georg Simmel, questiona a perspectiva masculina utilizada pela psicanálise e lança o desafio de reavaliar-se “até onde a evolução das mulheres, como retratada hoje na análise, foi medida por padrões masculinos e até onde, portanto, esse quadro falha em apresentar com nitidez suficiente a verdadeira natureza feminina” (HORNEY, 1926, p. 54).

Como já visto, entre 1927 e 1932, Horney dedicou-se com especial ardor à problemática do casamento como instituição reguladora da sexualidade humana, especialmente no caso das mulheres; neste percurso, sua crítica aos aspectos biologizantes da teoria psicanalítica tornou-se ainda mais sólida, com a análise de fatores culturais em suas explicações. No artigo “Problemas no casamento” de 1932, Horney busca explicar o fenômeno da opressão feminina e da necessidade da afirmação constante da superioridade masculina em seus componentes psíquicos constitutivos. O papel inferior que as mulheres ocupavam na sociedade justificar-se-ia, do ponto de vista subjetivo, por uma ação compensatória dos homens, que, não possuindo a capacidade de gerar uma vida e temendo a rejeição das mulheres, assim como sua anatomia, subjugavam-nas e depreciavam suas habilidades específicas.

Horney então passava a questionar a naturalização da ordem social vigente, revelando a hierarquia entre gêneros, a qual era comumente tida, inclusive por Freud, como natural. Em sua busca por espaços onde pudesse desenvolver melhores explicações para os fenômenos que via em sua clínica e para os quais considerava a teoria psicanalítica da época insuficiente, Horney se muda para os EUA. Nesse período extremamente conturbado e ao mesmo tempo produtivo, é fundado o Instituto Psicanalítico de Chicago, do qual Franz Alexander e Karen Horney foram nomeados, respectivamente, Diretor e Diretora-Associada (IPA Reports). No boletim da IPA de 1933 consta a criação do novo instituto, que teria como atividades principais a “pesquisa e treinamento” em psicanálise. Entre os temas pesquisados estavam as chamadas “neuroses de órgão (casos gastrointestinais e ginecológicos)” assim como a “criminalidade neuroticamente condicionada” (IPA, 1933, p. 460).

Karen foi responsável pelo primeiro seminário técnico do Instituto, ainda em 1932, e em 1933 assumiu a disciplina sobre técnica psicanalítica, assim como dois seminários voltados para educadores e assistentes sociais, um deles junto com Alexander, o qual teve nada menos que 613 alunos. Desta forma, as pesquisas que desenvolvia e o contato com profissionais de outros campos provavelmente levaram Horney a afastar-se ainda mais da teoria freudiana.

A autora recusava a concepção de que a vagina só passava a exercer alguma importância na economia psíquica das mulheres a partir da puberdade. Utilizando estudos de ginecologistas, Horney (1991[1933]) afirma que desde muito cedo as meninas possuem a consciência da cavidade vaginal e conclui que o desconhecimento da vagina é, na verdade sua negação. Assim sendo, não só as pacientes permaneciam ignorando este órgão, mas também os próprios psicanalistas que não se atentavam a este mecanismo de defesa neurótico. Segundo a autora:

Creio também que tanto as fantasias edípicas como o temor logicamente decorrente de ferimento interno – isto é, vaginal – demonstram que a vagina, tanto quanto o clitóris, tem papel na organização genital infantil inicial das mulheres. Pode-se até concluir do fenômeno, posterior, da frigidez que a zona vaginal determina investimento mais forte (originado de angústia e tentativas de defesa) do que o clitóris, e isto porque os desejos incestuosos são dirigidos à vagina com a exatidão infalível do inconsciente. (HORNEY, 1991[1926], p. 62)

Horney ampliou a visão psicanalítica em relação aos distúrbios psíquicos e somáticos que acometiam as mulheres pelo simples (mas aparentemente até então não óbvio) fato de não atribuir todos à mesma origem, qual seja, a ausência do pênis. Em “Fatores psicogênicos nos distúrbios funcionais femininos” (1933a), para explicar uma variedade de problemas que vão desde a frigidez e dificuldades na gravidez até as dismenorreias, ela lança mão das fantasias inconscientes das mulheres de terem sido “arruinadas por dentro” advindas dos desejos incestuosos e culpa masturbatória. Em “Conflitos maternos” (1933b), a autora discute a relação da mãe com sua família de origem e como esta influencia seu comportamento com seus próprios filhos, considerando, portanto, a mãe como um sujeito também dotado de desejos e inconsciente, capaz de transmiti-los através de seus cuidados à prole.

No entanto, o afastamento e as discordâncias em relação à teoria freudiana foram tornando-se um problema para a autora no Instituto de Chicago; em 1934, a relação de Horney e Alexander já se encontrava desgastada, culminando com a proibição de ela realizar comunicações orais sobre o tema (GARRISON, 1981). Esses conflitos levaram a autora a deixar o Instituto e mudar-se de cidade, vinculando-se ao novo Instituto de Nova York.

Neste mesmo ano, ela irá escrever sobre “A supervalorização do amor” na cultura ocidental, especialmente entre algumas mulheres. Já assumindo um tom de forte crítica social, a autora demonstra, por meio da discussão de alguns casos, como o ceticismo corrente diante do desejo das mulheres de serem independentes e ampliarem seus interesses e atividades nada mais representava além “[d]o ideal patriarcal da feminilidade, da mulher como alguém cujo único anseio é amar um homem e ser amada por ele, é admirá-lo e servir-lhe, e até imitá-lo” (HORNEY, 1934, p. 181).

Questionando essa premissa, Horney aponta para a restrição determinada pela cultura das possibilidades de satisfação pulsional das mulheres em sua época. Essa restrição – mais um dos aspectos do “ideal patriarcal da feminilidade” – levaria a um superinvestimento, também determinado pela cultura, das relações amorosas e sexuais; mesmo as pacientes com longo histórico de sofrimento vinculado a essas relações, pareciam busca-las compulsivamente, atribuindo-lhes importância vital em sua economia psíquica, o que se apresentava fenomenologicamente em uma concomitante inibição para o trabalho e outras atividades (HORNEY, 1934).

Ao analisar estes casos, Horney se deparou com certas dificuldades que lhe fizeram questionar a centralidade do amor na vida dessas mulheres e quais eram as especificidades deste afeto nelas. Investigando a infância dessas pacientes, descobriu que

Na maioria desses casos, o desenvolvimento sexual recebeu impulso mais precipitado e reforçado do que o normal devido à experiência precoce exagerada da excitação sexual que outras pessoas e ocorrências provocaram. Esta experiência prematura de excitação genital muito maior e mais intensa do que o prazer físico oriundo de outras fontes (oral, anal ou erotismo muscular) não só coloca em maior evidência a esfera genital como lança as bases para a valorização instintiva mais precoce e completa da importância da luta pela posse de um homem. (HORNEY, 1934, p. 193-4)

Além dessa iniciação prematura, Horney notou outro aspecto em comum entre elas: a presença de maneira frequente de rivalidade com outra mulher ou menina pela atenção de um homem, pai ou irmão, e a sensação de ter sido preterida. Sobre um desses casos, ela aponta

Ainda em outro caso, o pai fizera tentativas de aproximação sexual desde os quatro anos, que se foram tornando de caráter mais declarado conforme ela se aproximava da puberdade. Ao mesmo tempo, o pai não só continuava extremamente dependente da esposa, que recebia louvores de todos os lados, como era bastante sensível aos encantos de outras mulheres, de modo que a menina tinha a impressão de ser apenas um brinquedo do pai a ser descartado quando lhe conviesse ou quando surgissem em cena mulheres adultas. [HORNEY, 1934, p. 193-4]

De acordo com a autora, a atitude transferencial dessas pacientes em relação a uma analista mulher variava entre a rivalidade e uma postura ativa de conquista. Horney, dando ênfase aos aspectos destrutivos da pulsão, refere-se ao trabalho de Melanie Klein, sugerindo que esta rivalidade é formação secundária, agravada durante o Édipo, da agressividade inicialmente dirigida à mãe (HORNEY, 1934). Nesse sentido, ela reforçava sua tese de que um posterior complexo de masculinidade não estaria vinculado primariamente à inveja do pênis, mas à fuga dos conflitos femininos que, devido a determinações culturais e relacionais, adquiria determinada forma específica.

Uma paciente no início do tratamento enviava-me flores, no princípio de forma anônima e depois declaradamente. Minha primeira interpretação, no sentido de que ela se comportava como um homem que corteja uma mulher, não lhe alterou o comportamento, embora ela o admitisse, achando graça. A segunda interpretação, de que os presentes tencionavam compensar a agressão exageradamente demonstrada, da mesma forma, não fez efeito. Por outro lado, o quadro mudou como por um passe de mágica quando a paciente trouxe associações que afirmavam inconfundivelmente que, por meio dos presentes, pode-se tornar uma pessoa dependente da outra [HORNEY, 1934, p. 189]

Percebem-se já neste texto alguns pontos de divergência incipientes que seriam posteriormente desenvolvidos pela autora e incorporados em sua teoria madura; acreditamos que o mais significativo seja a crítica à teoria da libido de Freud, a qual a autora acreditava mascarar os aspectos relacionais e culturais do desenvolvimento psíquico, seja através da priorização da sexualidade, seja através da ideia de uma pulsão de morte inata no psiquismo. Discutiremos na próxima seção a importância dessas ideias na formação de sua teoria.

No artigo de 1935, “Masoquismo Feminino”, ela questionará as posições de Rado e Deutsch em relação à atribuição do masoquismo à natureza essencial feminina. Este texto é especialmente tocante pois nele Horney irá desvelar o caráter político que as teorizações têm, frisando a possibilidade de o discurso científico funcionar como reforçador de ideologias opressoras, neste caso, dirigidas às mulheres. Assim, se enquanto psicanalistas justificamos a emotividade, a fraqueza moral, a dependência, só para citar algumas características tidas como ‘femininas’, por sua “tendência masoquista”, deveríamos também considerar o que isso produz na cultura. Horney aponta que:

É bastante óbvio que estas ideologias funcionam não apenas para reconciliar as mulheres com seu papel subordinado, apresentando-o como inalterável, mas para implantar também a crença de que isto representa realização pela qual elas anseiam ou ideal pelo qual é louvável e desejável que se esforcem. A influência exercida nas mulheres por estas ideologias é materialmente reforçada pelo fato de que aquelas que apresentam estes traços são as que os homens escolhem com mais frequência. Isto implica que as possibilidades eróticas das mulheres dependam de sua conformidade à imagem daquilo que constitui sua “verdadeira natureza” (HORNEY, 1935, p. 227-8)

Ao incluir a zona vaginal e a dimensão relacional em suas análises, Horney propunha uma reformulação geral nas explicações acerca da sexualidade de feminina. Se antes o desenvolvimento psíquico da menina era tido ou em paralelo em relação ao do menino ou como seu negativo, Horney irá tentar compreendê-lo em seus próprios termos. Ela propõe novas formas de entender-se tanto o Complexo de Édipo feminino na infância até suas reverberações

na vida adulta, dando outro sentido aos sintomas apresentados por mulheres a partir dessa nova perspectiva de análise, somada à observação dos efeitos do androcentrismo nas mulheres.

Mas, apesar de todos os esforços de Horney e seus aliados para a revisão da teoria da sexualidade feminina, Freud, fez apenas algumas reformulações em suas teorias – como, por exemplo, sobre a importância das relações pré-edípicas entre mãe e filha – e permaneceu inabalável em relação à sua percepção de que a mulher se constituía apenas em relação ao homem. Historicamente, poderíamos dizer que o debate sobre a feminilidade terminou com a “vitória” das ideias de Freud expressas já em 1931, no texto “A sexualidade feminina”. A inveja do pênis foi a resposta final de Freud à questão da constituição da feminilidade, apesar de Horney ter seguido com suas publicações sobre a constituição feminina até 1935. A partir de então, a autora gradativamente desenvolveu uma nova perspectiva em relação à neurose, não se atendo apenas às questões de gênero, mas buscando considerar os efeitos culturais no desenvolvimento dos mais diversos tipos de adoecimento.

Na realidade, poder-se-ia dizer que a autora transforma a neurose no protótipo de adoecimento mental da sociedade em que vivia, revelando uma concepção de psicopatologia mais próxima a um continuísmo do que à abordagem estruturalista. Em seu primeiro livro, no qual apresenta sua teoria inicialmente esquematizada, Horney afirma que:

Quando dirigimos nossa atenção para as dificuldades neuróticas reais, percebemos que as neuroses são geradas não apenas por experiências individuais incidentais, mas também pelas condições culturais específicas em que vivemos. Na verdade, as condições culturais não só dão peso e cor às experiências individuais, mas, no final das contas, determinam sua forma particular. É sina do indivíduo, por exemplo, que sua mãe seja dominadora ou abnegada, porém só em dadas condições culturais é que encontramos mães dominadoras ou desprendidas, e é só também por causa dessas condições existentes que uma experiência dessas influirá mais tarde na vida. (HORNEY, 1937, p. 9)

Aparentemente, a experiência de Horney no atendimento de mulheres, assim como sua própria experiência pessoal consigo mesma e suas filhas, levaram-na ao reconhecimento da importância de fatores culturais e relacionais no adoecimento psíquico. Em *A personalidade neurótica de nosso tempo* (HORNEY, 1937) a autora reafirma sua filiação freudiana, mas assume explicitamente as discordâncias que tem de sua teoria, não apenas aquelas relacionadas à questão da feminilidade, mudando, portanto, seu foco para uma teoria geral da neurose.

Dee Garrison (1981), historiadora norte-americana especializada em estudos sobre mulheres, e Bernard Paris (1994), psicanalista e um dos biógrafos de Horney, apresentam interpretações diferentes acerca da mudança de foco na teorização da autora. De acordo com Garrison, o mais provável é que as barreiras culturais impediram que Horney seguisse

teorizando sobre a personalidade feminina; já Paris considera, baseando-se em um texto de Horney publicado postumamente³², que a autora optou por escrever sobre questões que diziam respeito a todos os gêneros, pois só se esquecendo das diferenças entre eles, que seria possível, paradoxalmente, que elas se revelassem nas investigações.

No texto mencionado por Paris (1994) – a transcrição de uma palestra proferida em julho de 1935 para a Federação Nacional de Clubes de Mulheres Profissionais e de Negócios –, Horney, após vários anos estudando subjetividades de mulheres, começa a questionar o “real significado” (p. 118) daquele interesse científico tão vigoroso em relação à feminilidade, que percebia em sua época; a autora constata então que esse interesse nas diferenças entre os sexos e, especialmente, as tentativas de explicitar “a natureza feminina”, parecem sempre ganhar nova força em momentos políticos reacionários e de crise econômica (HORNEY, 1935). A autora assume então que este interesse parece estar mais relacionado a necessidades do mercado de constituição ou revalidação de uma ideologia que justifique a posição subalterna de determinada parcela da população, no caso as mulheres, deslegitimando seu desejo e capacidade para competir/exercer as mesmas atividades da camada privilegiada no patriarcado.

Novamente, a autora apontava para a dimensão política da teoria e da ciência, inserindo-as na seara de instituições modificadoras da cultura e, enquanto tais, constituidoras de subjetividades. Assim, percebe-se como o percurso de Horney com suas pacientes mulheres levou-a a observar alguns aspectos da teoria psicanalítica que não apenas não se encaixavam em suas observações clínicas, mas também reforçavam a ideologia patriarcal da feminilidade. Com isso, a autora pôde contribuir com críticas que até hoje são procedentes, além de propor novas formas de enxergar o desenvolvimento e o adoecimento psíquico, tendo em conta não apenas sua dimensão intrapsíquica, como também a interrelacional. Veremos agora quais foram os desdobramentos dessas observações.

3.2 A teoria madura de Horney

Observando a obra de Horney, percebemos que seus trabalhos sobre a sexualidade feminina a levaram a percorrer pioneiramente caminhos que depois foram retomados, se provando frutíferos do ponto de vista metapsicológico e terapêutico. Da negação da vagina na psicanálise à opressão sexista na cultura, do questionamento da universalidade do Complexo

³² Durante a confecção da biografia de Horney, Paris encontrou artigos e comunicações da autora que doou à Divisão de Arquivos e Manuscritos da Sterling Library, na Universidade de Yale. Ver: Horney, K. (2000).

de Édipo à transmissão transgeracional dos conflitos inconscientes, Horney amadureceu suas concepções a respeito da dinâmica do aparelho psíquico em sua interface com o ambiente, transcendendo a psicologia feminina. Assim, acreditamos ser válida a suposição de que foram justamente os questionamentos em relação à teoria da feminilidade de Freud que levaram Horney, gradativamente, a afastar-se de outras premissas freudianas, o que culminou na elaboração de sua teoria da neurose.

É em seu livro *A personalidade neurótica do nosso tempo*, de 1937, que estudiosos de sua obra localizam o início de sua teorização madura, a qual é desenvolvida como uma alternativa à teoria freudiana que atribui a origem das neuroses aos complexos edípicos (INGRAM, 2001). Nesse livro, Horney buscará expor suas críticas a Freud, assim como seus pensamentos sobre o papel da cultura na formação das neuroses, mas sem se desvincular do movimento psicanalítico. A autora segue considerando os conflitos inconscientes como o núcleo das neuroses, utilizando a atenção flutuante e a associação livre, analisando a transferência e contratransferência; mas irá colocar o foco de sua análise na ligação e retroalimentação entre ansiedade e hostilidade como mantenedoras do estado patológico (HORNEY, 1937).

A autora, no entanto, não pretendia desvincular-se da obra freudiana, mas propunha, abertamente, que sua teorização era um desenvolvimento possível da psicanálise que levava em consideração as novas descobertas científicas de outros campos, como a genética e a antropologia. Como coloca em *New ways in Psychoanalysis*:

Percebi que quanto mais eu tomava uma posição crítica em relação a uma série de teorias psicanalíticas, mais eu percebia o valor construtivo das descobertas fundamentais de Freud e mais caminhos se abriam para a compreensão dos problemas psicológicos [...]. Minha convicção expressa concisamente é que a psicanálise deveria superar as limitações colocadas por sua natureza de psicologia instintiva e genética. (HORNEY, 1939, p. 8)

Propomos, então, que a teoria madura da autora apresenta três grandes pontos de divergência em relação à teoria freudiana, os quais emergiram durante suas investigações sobre a feminilidade e a cultura e que tiveram desdobramentos significativos, os quais fizeram com que sua teoria fosse vastamente criticada no meio psicanalítico.

O primeiro ponto, e talvez o mais significativo e polêmico, seja sua crítica à teoria da libido de Freud, a qual ela pensava naturalizar determinados aspectos do psiquismo que possuíam múltiplas condicionantes. Acreditamos que, para compreender a crítica da autora seja necessário considerar sua matriz clínica, composta majoritariamente por mulheres que muitas vezes viam suas possibilidades de satisfação reduzidas à esfera privada, especialmente ao casamento e à constituição de uma família. Ao tratar essas pacientes que apresentavam graves

sintomas psicossomáticos, como frigidez, dores abdominais, hipocondrias, etc., Horney notou em seus discursos algo em comum: a supervalorização da esfera sexual e amorosa, em detrimento de outros aspectos da vida dessas mulheres que também se encontravam prejudicados por suas doenças (HORNEY, 1991[1934]). O fato desses discursos coincidirem com a expectativa de grande parte dos analistas em relação ao que se devia tratar em uma análise – a sexualidade e seus distúrbios –, de acordo com Horney (1991[1934]), tornava-os cegos para a dimensão social envolvida no adoecimento dessas pacientes, assim como para a supercompensação na esfera amorosa de tendências destrutivas, muitas das vezes dirigidas a outras mulheres.

Foi a partir dessas considerações que a autora começou a afastar-se da teoria sexual de Freud, julgando-a demasiadamente focada na biologia e comprometida por ideologias patriarcais. Essa crítica já havia aparecido em outros textos da autora, como no comentário à *O mal-estar na civilização* que escreveu em 1931, quando ainda vivia na Europa, no qual a autora questiona veementemente a noção de pulsão de morte freudiana, demonstrando sua insuficiência explicativa em relação à violência e à destruição humanas. Se Freud falava de um “mal-estar” ou “desconforto” (*Únbehagen*) inerente à cultura pelo fato de ela implicar em uma renúncia pulsional, Horney por outro lado, buscava expor o conflito essencial, a “luta” (*Kampf*) que a própria cultura impõe entre impulsos agressivos e sexuais por ela mobilizados.

A psicanalista acreditava que é justamente pelo fato de a cultura restringir e ao mesmo tempo incitar impulsos sexuais e agressivos que ela faz com que ansiedade e hostilidade surjam nos sujeitos, levando-os, muitas vezes à destruição. Logo, a ênfase recai não sobre a repressão psíquica à qual os sujeitos são levados pela cultura, mas sobre os aspectos contraditórios e ambivalentes presentes no âmago da cultura e que, não sendo naturais, podem ser modificados (HORNEY, 2000[1931]).

Pois, de acordo com a autora, apesar de não ser possível deduzir uma “pulsão de morte” inata no indivíduo, a agressividade parece estar presente na mais tenra idade, em impulsos para tocar, segurar, apossar-se, etc., mas ela é, na verdade, uma afirmação da vida, no sentido em que visa apoderar-se de tudo ao seu redor, expandir-se indefinidamente num impulso vital, que, por sua vez, pode tornar-se destrutivo quando se depara com um obstáculo à sua realização (HORNEY, 2000[1931]). Neste texto ela ainda afirma:

Freud supõe que o inconsciente não possui o conceito de morte ou não-ser, e por isso ele tende a negar o medo da morte como uma poderosa força em nossa vida mental. Essa tese sempre foi inaceitável para mim, assim como para muitos outros. Eu arriscaria a conjectura de que a negação³³ da ansiedade

³³ Traduzido do inglês, “denial”.

em relação à morte é responsável pela pulsão de morte na seguinte forma: Nós não tememos a morte – pelo contrário, algo no âmago do nosso ser nos leva em direção à morte. (HORNEY, 2000[1931], p. 189)

Com isso, Horney propunha uma visão menos idealizada da cultura e também mais otimista do ser humano, já que não acreditava numa tendência inata à morte e à destruição, mas via esses fenômenos em suas determinações culturais e enquanto expressões de um impulso vital, que evita a morte, mesmo que em seu percurso acabe provocando-a.

O segundo ponto, desdobramento quase imediato do primeiro, é a priorização dos aspectos culturais e inter-relacionais na constituição psíquica e na psicopatologia. Suas investigações acerca da inveja do pênis e do complexo de masculinidade parecem ter sido a porta de entrada para essa divergência, pois, ao notar que vários de seus colegas sobrevalorizavam a inveja do pênis nas mulheres, atribuindo-lhe a responsabilidade por diversas moléstias que acometiam as mesmas; e que a cultura ditava determinadas formas – bem limitadas – de ser para esses sujeitos, Horney foi impelida a se perguntar sobre a influência dos fatores culturais no desenvolvimento psíquico (HORNEY, 1922, 1926, 1933).

Horney considerava que a explicação de determinados comportamentos ou tendências nos seres humanos por uma via mecanicista-evolucionista, como classificava o pensamento freudiano, obscurecia a análise da origem cultural e naturalizava efeitos do ambiente em determinados componentes da constituição psíquica. Sobre as limitações desta psicologia genética de Freud, ela afirma:

[...] as tendências de Freud para considerar particularidades tardias como repetições quase diretas dos impulsos ou reações infantis; [fazem com que] conseqüentemente ele esper[e] que distúrbios tardios desapareçam se as experiências infantis em que se baseiam sejam elucidadas. Se abolirmos essa ênfase unilateral na gênese, reconheceremos que a conexão entre particularidades tardias e experiências infantis é mais complicada do que Freud assume: não há repetição isolada de experiências isoladas; mas a totalidade das experiências infantis se combinam para formar uma certa estrutura de caráter e é dessa estrutura que futuros problemas irão emanar. Assim, a análise da estrutura atual vem para o primeiro plano de atenção. Quanto à orientação instintiva da psicanálise: quando as tendências de caráter não são mais explicadas como a expressão última de pulsões instintuais, modificadas apenas pelo ambiente, toda a ênfase cai sobre as condições de vida que moldam o caráter e temos que procurar de nova maneira os fatores ambientais responsáveis pela origem dos conflitos neuróticos; logo perturbações nas relações humanas tornam-se um fator crucial na gênese da neurose. Uma orientação predominantemente sociológica toma o lugar de uma orientação anatomofisiológicas. (HORNEY, 1991[1939], p. 8-9)

Deste modo, ao perceber nas mulheres as consequências psíquicas de padrões culturais opressivos, a autora compreende a transgeracionalidade da neurose, a qual era transmitida por essas mulheres quando se tornavam mães através da relação que eram capazes de oferecer aos seus filhos (HORNEY, 1931/2000). Questionar a universalidade do Édipo foi, então, um caminho quase natural, especialmente depois de sua mudança para os Estados Unidos, onde o contato com outros modos de vida, bem como a colaboração com profissionais de outras áreas (antropologia, sociologia e filosofia), fez com que elaborasse uma teoria que considerava a dinâmica intra e interpessoal, simultaneamente, no estabelecimento e manutenção de uma neurose (HORNEY, 1937).

Finalmente, o terceiro ponto diz respeito à terapêutica que propunha a partir de suas considerações metapsicológicas e éticas. Diferentemente de Freud, Horney não considerava que todos estivessem necessariamente fadados a desenvolver a condição neurótica – até porque também achava que o que chamamos de neurose mudava ao longo do tempo e de lugar para lugar; apesar disso, dadas as contingências culturais e à transmissão transgeracional, ela ainda considerava ser um desafio para os sujeitos desvencilharem-se de determinados padrões neuróticos de comportamento (HORNEY, 1931/2000).

De acordo com a autora, o terreno para o florescimento de uma neurose estaria na experiência infantil de “falta de um autêntico calor humano e afeição” devido à “incapacidade dos pais para lhe darem isso, devido às suas próprias neuroses” (HORNEY, 1984[1937], p. 60). Questionando, portanto, a universalidade do Complexo de Édipo como cerne das neuroses, Horney propõe que, diante de um ambiente relacional hostil e povoado de incoerências, a criança pode sentir-se forçada a reprimir sua hostilidade em relação ao seu círculo familiar, uma vez que não é capaz de integrar tais experiências e se encontra em uma posição de dependência em relação aos seus cuidadores (HORNEY, 1984[1937]). Consequentemente, ela desenvolveria um sentimento que a autora chamou de ansiedade básica, que descreve a sensação de desamparo frente a este ambiente.

Logo, quanto mais a criança se sente demasiadamente indefesa, amedrontada ou culpada, mais impelida ela será a recalcar seus sentimentos de antagonismo, gerando, assim, um estado de ansiedade que, pela força do recalque, seria projetada para o mundo exterior ou racionalizada (HORNEY, 1952a). Surgiriam, portanto, três formas de defesa ou atitudes do sujeito em relação ao mundo, às pessoas e aos seus correspondentes intrapsíquicos: ir em direção às pessoas; contra elas ou isolar-se (HORNEY, 1984[1937]). Por diversas vezes essas atitudes entram em conflito entre si e/ou com a imagem idealizada que o sujeito tem de si mesmo, gerando mais ansiedade ao invés de apaziguá-la; sendo que, com o tempo essas atitudes

defensivas se enrijecem e privam cada vez mais o sujeito de uma existência autônoma em que se sinta auto realizado (Horney, 1945). Isso ocorre porque o enrijecimento das defesas leva o sujeito a uma condição de *escassez de sentimentos internos* que a autora diferencia da alienação do self real por acreditar que envolveria a totalidade do self, ou seja, a capacidade de desejar, pensar, fazer e mesmo sentir quaisquer sentimentos como próprios (HORNEY, 1952a).

É interessante observar que a noção de *self* real³⁴, ou verdadeiro, do qual emanam a espontaneidade, o sentimento de integridade, dentre outras forças construtivas, na obra de Horney relaciona-se com sua crença no potencial curativo da psicanálise e no caráter contingencial da neurose (HORNEY, 1950). Acreditamos que este seja um dos pontos de principal divergência entre a autora e a psicanálise tradicional, e que a levou a ser criticada por ter uma visão demasiadamente otimista em relação ao ser humano (MARCUSE, 1955; JACOBY, 1986). Nas palavras de Ingram:

A patogênese do distúrbio mental neurótico surge quando o indivíduo é incapaz de resolver eficazmente os encontros com o ambiente. A internalização de certas tendências culturais, exageradas e rígidas, torna-se o princípio organizador dos padrões de desenvolvimento neurótico individual. Essa visão da patogênese do transtorno mental é distintamente diferente da de Freud e, mais notavelmente, de Klein, para quem um enorme conflito interno é inerente à infância, com relativamente pouca referência ao meio ambiente. É porque ela via a neurose como culturalmente induzida e, portanto, sujeita a modificações que Horney é frequentemente considerada otimista. (INGRAM, 2001, p. 115)

Na visão de Horney, o trabalho de análise consistiria em, através das regras básicas de livre associação e atenção flutuante, ajudar o paciente a perceber a dinâmica e a origem dessas defesas, a qual o sujeito pode ou não remontar à infância, possibilitando-o experienciar uma diversidade de sentimentos e ideias que antes lhe eram inacessíveis por serem incompatíveis com seus ideais. Ao liberar catexias que antes mantinham essas defesas e ideais, o sujeito, então, pode dedicar-se de maneira mais autônoma à realização de suas potencialidades, respeitando seus próprios limites (HORNEY, 1950).

De acordo com Paris (1994), a característica mais significativa do pensamento de Horney durante a década de 30 foi o foco na *estrutura atual da psique*. Segundo o biógrafo:

Em seus dois primeiros livros, Horney propõe um modelo para a origem e estrutura da neurose no qual condições adversas no ambiente – especialmente na família – criam uma ansiedade básica contra a qual a criança desenvolve estratégias de defesa que são autodestrutivas e conflitantes entre si. O desenvolvimento sexual da criança é apenas uma pequena parte deste quadro;

³⁴ Sabemos que este conceito seria posteriormente desenvolvido e adotado em vasta medida nos círculos psicanalíticos, especialmente na Escola Inglesa, com as contribuições de Winnicott.

dificuldades sexuais são o resultado de problemas constitutivos ao invés de sua causa. (PARIS, 1994, p. 19)

Apesar de partir das ideias freudianas, Horney procurou explicar os comportamentos neuróticos em termos de sua função dentro da estrutura de defesas existente no presente. Mesmo reconhecendo que tal estrutura foi constituída no passado, ela acreditava que os sintomas neuróticos possuíam uma lógica própria que os tornavam inteligíveis a partir de seu interior, quaisquer que fossem suas origens, fazendo com que a rememoração ou construção de experiências infantis se tornasse prescindível do ponto de vista terapêutico (HORNEY, 1952b).

Ao discutir a terapêutica da análise em suas *Últimas conferências sobre técnicas psicanalíticas* (HORNEY, 1952b), a autora reafirma a importância da atividade do analisando em seu processo e também a prioridade das experiências emocionais em análise em relação às compreensões meramente intelectuais que o par analítico pode alcançar. Citando Ferenczi, Rank e Reik, além do psiquiatra norte-americano John Lynne que trabalhava com casos de personalidades divididas, Horney considera que a antiga ênfase na interpretação já havia sido superada de maneira geral no movimento psicanalítico, localizando o início dessa mudança nos textos de Ferenczi e Rank sobre os desenvolvimentos da psicanálise (HORNEY, 1952b).

Assim sendo, interessava à autora tratar das atitudes do analista que poderiam contribuir para a emergência de tais estados afetivos para que pudessem ser experimentados pelo paciente “sem censura, sem justificativa, sem embelezamento e sem qualquer interesse nas razões para o sentimento – apenas a experiência da emoção por si mesma” (HORNEY, 1952b, p. 107). Essas experiências, de acordo com a autora, são, efetivamente o verdadeiro self, pois implicam em aceitar o eu real, da forma que ele se apresenta naquele momento.

Ao descrever para seus alunos o que o analista deveria fazer, a autora utiliza expressões como “tornar-se mais sensível ao que é realmente sentido” (p. 109) e “analisa[r] os fatores que impedem uma pessoa de vivenciar seus insights” (p. 111) e ainda “encorajar a expressão ou levar a sério os sentimentos fugazes ou abortivos” (p. 112); assim, apesar de discordar da importância terapêutica de reviver experiências infantis, Horney parece acompanhar o entendimento ferencziano em relação à sensibilidade do analista, a um modelo mais horizontalizado de fazer análise e à importância do sentir em análise (HORNEY, 1952b). Ela utiliza a palavra em alemão *Erlebnis* para se referir às experiências sentimentais totais, “porque significa que algo está emocionalmente vivo e inclui o todo de nós. Pode ser comparada, por exemplo, com o orgasmo [...] algo que compreende todo o nosso ser” (HORNEY, 1952, p. 99).

É curioso pensar que Horney era uma das analistas que concordava com os desenvolvimentos propostos por Ferenczi e outros autores à psicanálise, revelando sua forte convicção de que a psicanálise era campo em desenvolvimento e movimento. Mas é também interessante observar que tanto ela, quanto Ferenczi e Rank – apenas para citar alguns nomes – foram esquecidos, marginalizados na história da psicanálise. No próximo capítulo, buscaremos demonstrar como esse processo se deu no caso de Karen Horney, expondo o que consideramos ser “desmentidos” em seu percurso teórico e institucional.

4 O TERCEIRO TEMPO: O DESMENTIDO

Retomando nosso fio condutor, chegamos, então, ao terceiro tempo do trauma, o desmentido – que, de acordo com Ferenczi, é o tempo em que o trauma se concretiza. O terceiro e último tempo do trauma ferencziano representa o abuso perverso da vulnerabilidade infantil; nele, a criança violada, ao buscar um adulto em quem confia para que este lhe ajude a simbolizar a violência que lhe sucedeu, depara-se com algo ainda mais confuso: a recusa de seu testemunho, a desautorização de sua experiência. O adulto, ao desmentir a criança, acaba por negar-lhe a possibilidade de simbolização, e é assim que efetivamente o trauma se instaura.

Os termos “desmentido”, “negação” e “recusa” são algumas das traduções possíveis para a palavra alemã *Verleugnung*, utilizado em diversos momentos por Freud, mas que desde o ensaio sobre o *Fetichismo* (1927) esteve associado ao mecanismo de defesa egoico que elege **o objeto fetiche** como substituto do pênis na mulher, admitindo e recusando a castração ao mesmo tempo. Em outros momentos, Freud utilizou-o como contraponto ao mecanismo da repressão na neurose, atribuindo-o à recusa da realidade presente na psicose (1924), ou mesmo anos antes, refletindo sobre os efeitos da banalização da morte, quando se revelava desiludido com a moralidade europeia diante da Primeira Guerra, e afirma que “a origem da negação (*Verleugnung*) da morte, que descrevemos como atitude convencional ou cultural, remonta aos mais antigos tempos” (FREUD, 1915, p. 334, ESB 14).

Como Luiz Alberto Hanns (1996) aponta, o termo alemão em si já carrega uma ambiguidade entre a verdade e a mentira, uma contestação que não se encerra por não poder rejeitar definitivamente a presença/existência do que contesta; e que no texto freudiano ganha mais uma camada de ambiguidade. Isto ocorre, por exemplo, em 1915, quando Freud, buscando justificar o sentimento de desesperança e confusão daqueles que, mesmo não lutando no campo de batalha, sofriam ao ver seus entes queridos e ideais perecendo massivamente, afirma que tal estado se devia à impossibilidade de seguir com a atitude em relação à morte que mantinham anteriormente.

Ora, mas a atitude a que Freud se refere é justamente a de *renegação* da morte, o que parece contrariar a posição que o autor expressa páginas antes, de que em nosso inconsciente “cada um de nós está convencido de sua própria imortalidade” (FREUD, 1915, p. 330, ESB 14), assumindo que o medo da morte seria apenas formação secundária, advinda da culpa. Como apontado no capítulo anterior, essa é mais uma das ideias freudianas que Karen Horney

questionava (HORNEY, 1931), atribuindo-lhe um sentido defensivo dentro da teoria freudiana – método que futuramente Laplanche (1997) chamaria de “interpretar Freud com Freud”, da mesma forma que em 1933 a autora se aventurou “a colocar Freud contra Freud” (p. 155) para contestar a tese de que a vagina permaneceria desconhecida até a puberdade.

Ao retomar o ensaio sobre o “Fetichismo” (1927), nessa mesma disposição metodológica, percebemos que novamente a ambiguidade do termo *Verleugnung* se faz presente. Nesse texto, lê-se:

Para expressá-lo de modo mais simples: o fetiche é um substituto do pênis da mulher (da mãe) em que o menininho outrora acreditou e que - por razões que nos são familiares - não deseja abandonar. O que sucedeu, portanto, foi que o menino se *recusou* a tomar conhecimento do fato de ter percebido que a mulher não tem pênis. Não, isso não podia ser verdade, pois, se uma mulher tinha sido castrada, então sua própria posse de um pênis estava em perigo, e contra isso ergueu-se em revolta a parte de seu narcisismo que a Natureza, como precaução, vinculou a esse órgão específico. (FREUD, 1927, p. 95) [grifos nossos]

Nesta passagem, percebemos que a *Verleugnung* à qual Freud se refere na perversão se dá *no* menino; num mecanismo intrapsíquico fruto do conflito entre a percepção da realidade e as imagens ideais que o sujeito tem de si e da mãe. Nesse sentido, Luís Cláudio Figueiredo (2008) sugere que a tradução “desautorização” seria mais adequada para este processo que ocorre dentro do psiquismo do sujeito e que implica uma não integração da percepção ao fluxo associativo. Diferenciando-o de “desmentido”, que o autor considera ser uma tradução mais fiel do ponto de vista etimológico, mas que, especialmente na obra de Ferenczi, ganhou um aspecto interrelacional em comparação ao intrapsíquico do primeiro termo.

Diferentemente da proposta freudiana para a explicação da cena traumática e seus efeitos, que se refere ao movimento de desprendimento da pulsão a partir da repressão da ideia,

[A]o propor uma leitura *relacional* do conceito freudiano de *Verleugnung* – a recusa da castração encontrada nas perversões -, Ferenczi abre caminhos para a concepção de *trauma social*, indicando que o não reconhecimento da narrativa de sofrimento de um sujeito em condição de vulnerabilidade implica no desmentido da experiência e do seu testemunho pelo outro a quem se recorreu no campo social e político. (KUPERMANN, 2019, p. 77)

Dadas essas considerações, justificamos nossa opção pela leitura ferencziana do trauma em nossa empreitada através da história da psicanálise. Mas, curiosamente, também não nos parece fruto do acaso que o termo *Verleugnung* tenha sido utilizado por Freud para descrever a experiência do menino que vendo a genitália da mãe, sente-se confuso, desiludido, ou mesmo enganado por aquela figura todo-poderosa que o fez acreditar em sua onipotência. Ao

considerar a dimensão relacional/social da *Verleugnung*, também vemos emergir outro lado do texto freudiano que acreditamos revelar algumas das origens do desmentido que tratamos na historiografia.

Vejamos que Freud, nesse texto e em outros, assim como o menino, parece mesmo acreditar que a mulher foi de fato castrada, e acredita que foi punida por algo com a ausência do pênis; um ser que, diante de uma falta, gera e cuida, e nutre em outro ser sua imagem onipotente, na busca de se sentir inteira novamente. A *Verleugnung* aparece, então, na cena do fetiche não como intrapsíquica, mas como a mentira da mãe que leva o menino a acreditar em sua completude, em sua capacidade absoluta de protegê-lo e amá-lo.

De maneira semelhante, a contradição aparente no texto de 1915 poderia ser interpretada como a tentativa de Freud em sustentar sua crença na onipotência e perfeição, dessa vez não da mãe, mas de sua cultura civilizada, que com toda sua evolução teria efetivamente conseguido o grande feito transcender a morte. Em suas palavras:

Esperávamos que as grandes nações de raça branca, dominadoras do mundo, às quais cabe a liderança da espécie humana, que sabíamos possuírem como preocupação interesses de âmbito mundial, a cujos poderes criadores se deviam não só nossos progressos técnicos no sentido do controle da natureza, como também os padrões artísticos e científicos da civilização - esperávamos que esses povos conseguissem descobrir outra maneira de solucionar incompreensões e conflitos de interesse. (FREUD, 1915, p. 164)

Vemos aqui novamente o menino Freud que, desiludido com a brutalidade das nações europeias colonizadoras, mas incapacitado de reconhecer totalmente suas limitações e aspectos sádicos, atribui-os não à cultura em si, mas aos instintos inatos não erotizados. Como coloca Horney (1931) em seu comentário sobre o *Mal-estar na civilização*, percebe-se no texto freudiano uma dificuldade em reconhecer no âmago da cultura disposições destrutivas, atribuindo-as à natureza humana. Com isso, talvez pudéssemos considerar que nesse texto encontram-se ideias germinais que serão retomadas por Freud na construção do conceito polêmico de pulsão de morte.

Gostaríamos ainda de ressaltar outra consequência da *Verleugnung*: a clivagem que opera no sentido de manter a parte que carrega o sentimento de si apartada, enquanto a parte inteligível e anestesiada se coloca como adaptação autoplástica ao ambiente (KUPERMANN, 2019). A vítima do desmentido, sem recursos internos que possam simbolizar a violência sofrida, assume para si a versão do outro; desautoriza, portanto, suas próprias percepções e experiências que foram desmentidas. Com isso, cliva seu psiquismo: de um lado, a parte que se identifica com seus agressores e com isso amadurece antes da hora, introjetando a culpa, e,

de outro, a parte sensível, que é apartada da consciência e não possui poder de agência sobre o sujeito (FERENCZI, 1933a).

Tal separação, de acordo com Ferenczi (1933a), dá origem a psiquismos compostos apenas de id e superego, uma vez que as funções egoicas estão profundamente comprometidas. Por este motivo, a emergência de formações do inconsciente – para as quais a técnica clássica de associação livre, abstinência e interpretação foram desenvolvidas – não ocorre como nos casos de recalque, demandando do analista uma postura empática e que possibilite a regressão do paciente à ludicidade, à “irresponsabilidade da infância” no *setting*. As experimentações com a técnica ativa, que eram, em última instância, a exacerbação do princípio de abstinência, levaram Ferenczi a perceber que, ao invés do esperado aumento da tensão e o retorno do recalado, o que se apresenta na clínica dos pacientes clivados é *uma tendência à obediência*.

O desmentido é um fenômeno complexo, também cruel. Ao mesmo tempo em que visa encobrir, apagar um acontecimento, também instaura um pacto falacioso entre o sujeito que testemunha e o que desmente a partir da “incompreensão aparente” acerca do ocorrido (Ferenczi, 1934, p. 111). Assim, faz com que a vítima seja responsabilizada como o agressor, pois ignora a diferença básica de que quem sofreu a violência sofreu mais do que quem a cometeu ou quem a testemunhou em terceira pessoa – a parte mais vulnerável é impelida a “falar a mesma língua” de quem a agrediu. Por isso, estabelece-se um pacto, no qual, entretanto, não há verdadeira possibilidade de escolha entre aceitar ou não os termos impostos, já que uma das vozes do discurso é silenciada.

Kupermann (2019), pensando o fenômeno em sua complexidade, afirma que esse mecanismo funciona em dois sentidos: naquele em quem realiza o ato e em quem dele é a vítima. Desta forma, na cena ferencziana, aquele que desmente o testemunho da criança violada acaba por se convencer de que nada aconteceu – por remorso e/ou por não suportar a vulnerabilidade que lhe é apresentada -, clivando também seu próprio psiquismo.

Acreditamos que esta leitura relacional, que aponta para a exclusão, ou seja, o não reconhecimento dos mais vulneráveis, é de fundamental importância quando investigamos modos de opressão que operam em nossa sociedade, inclusive na história dela; ele nos dá instrumentos para localizar esse “trauma social” e tratar de suas nefastas consequências no sentido de reparar o desmentido realizado outrora. Mas para que isso aconteça é preciso, inicialmente, que haja o reconhecimento da vulnerabilidade apresentada por essas narrativas, o que nem sempre ocorre no campo político.

Nesse capítulo, apresentaremos a resposta teórica e institucional da comunidade psicanalítica às teorizações de Karen Horney, a qual acreditamos ter levado suas ideias

revolucionárias a parecerem conformistas, simplistas e mesmo não psicanalíticas, assemelhando-se ao processo do desmentido que Ferenczi descreve. Em outros momentos e campos, essa situação histórica - qual seja, o esquecimento de uma psicanalista e sua teoria – e processos semelhantes já foram referidos, tanto por psicanalistas como por não-psicanalistas, como movimentos de recalque ou repressão (LAPLANCHE, 1997, JACOBY, 1986). Tais denominações levam-nos a supor que estes movimentos possuem características que podem ser consideradas traumáticas, mas as consequências do recalque são diferentes daquelas da cisão.

Como dito anteriormente, optamos por utilizar a terminologia ferencziana por esta priorizar a intersubjetividade, possibilitando uma análise mais ampla do contexto em que o desmentido se dá, assim como a clivagem que ocorre em cada um dos lados. Além disso, esse termo revela a dimensão enganosa, a mentira, que usurpa o lugar da experiência real, algo que também identificamos em nossas investigações.

A fim de descrever o fenômeno que analisamos na historiografia psicanalítica, com a transposição desses conceitos para este campo, devemos manter em mente suas características epistemológicas. Se consideramos a clivagem, especialmente nos três tempos que a antecedem, poderíamos desenhar um quadro mais compatível com a forma como a historiografia psicanalítica se constituiu até o momento.

Fazendo um retrospecto, sugerimos que Horney em suas tentativas iniciais de comunicar suas observações acerca da feminilidade, busca oferecer um testemunho de sua experiência como mulher e analista, mas é vítima de uma série de desmentidos que a levaram ao esquecimento. Horney em suas tentativas, chega a retomar a noção de desmentido, ou de negação, para alertar sobre o processo que percebia não apenas em seus pacientes, mas também na teoria freudiana acerca da mulher e da sociedade; em seu texto de 1933, *Die Verleugnung der Vagina*, por exemplo, explicita que, se as mulheres que chegam ao consultório não se lembram ou sugerem que ignoravam a existência da vagina na infância era justamente devido à quantidade de energia libidinal que este órgão era capaz de mobilizar, sendo que em casos de angústia extrema, por abusos ou experiências genitais precoces demais, as meninas (e os psicanalistas) negavam não a castração, mas sim a vagina. Logo, para Horney, a representação da genitália feminina como ferida resultante da castração seria formação secundária, que objetiva encobrir a angústia genital feminina (HORNEY, 1933).

Vale ressaltar que as experiências apontadas por Horney possuem efetivamente algo de indizível e confuso, uma vez que vivemos em uma sociedade em que o patriarcalismo se naturalizou, levando mulheres a ocuparem um lugar social subalterno. Tal condição torna

especialmente difícil o testemunho das pequenas e grandes violências sofridas, nas esferas pública e privada, tanto para as mulheres que a sofrem – que muitas vezes não possuem recursos para nomear tais violências por conta própria –, como para quem recebe seus testemunhos, já que o reconhecimento da situação de vulnerabilidade de metade da raça humana também implica o reconhecimento do fracasso de nossos ideais de moralidade enquanto espécie social.

Superando essas dificuldades, Horney cria toda uma teoria da feminilidade alternativa àquela que Freud havia postulado. No entanto, em diálogo aberto e endereçado à comunidade psicanalítica³⁵, Horney acaba por tocar em pontos historicamente sensíveis a Freud, quais sejam, a universalidade do Édipo, o sentido do complexo de castração e a inveja do pênis, e as bases biológicas da psicanálise, que, por consequência (ou transferência), foram ferozmente defendidos pelos psicanalistas que estamos chamando de conservadores.

Veremos nas próximas seções como suas críticas foram recebidas e quais os desdobramentos deste recebimento dentro da comunidade analítica, com o objetivo de demonstrar o que consideramos ser um desmentido teórico e institucional da autora. Para isso, utilizaremos textos publicados e informações biográficas de psicanalistas, assim como dados contidos em relatórios das instituições psicanalíticas das quais ela fez parte.

4.1 Denúncia e desmentido na teoria

Com o intuito de demonstrar o que acreditamos ser o desmentido da teoria horneyana da feminilidade, focaremos nossa análise, nesta seção, nos dois textos em que Freud efetivamente cita Horney – “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”, de 1925 e “Sexualidade Feminina”, de 1931 – assim como em seu último escrito sobre o tema, a “Conferência XXXIII Feminilidade”, de 1933; e nos textos de Horney, “A gênese do complexo de castração nas mulheres” de 1922, no qual inaugura sua participação no debate; “A fuga da feminilidade” de 1926 e “A negação da vagina” de 1933. Pedimos paciência aos leitores, antecipadamente, pelas longas citações. Mas acreditamos serem necessárias a fim de evitar novos desmentidos.

Para relembrarmos, em linhas gerais a teoria freudiana baseia-se na premissa de que “A principal característica dessa organização genital infantil [...] [c]onsiste no fato de que, para

³⁵ Em seu primeiro ensaio, por exemplo, ela cita Freud, Abraham e Rank (Horney, 1923)

ambos os sexos, apenas um genital, o masculino, entra em consideração. Não há, portanto, uma primazia genital, mas uma primazia do falo” (FREUD, 1923, p. 152). Assim sendo, a partir da percepção da diferença anatômica, a menina “[...] *reconhece o fato* de sua castração, e, com ele, também a superioridade do homem e sua própria inferioridade, mas se rebela contra esse estado de coisas indesejável” (FREUD, 1931, p. 141)³⁶. Só então, a partir do “reconhecimento” de sua castração, a menina entraria no Édipo, pois

Seu amor-próprio é modificado pela comparação com o equipamento muito superior do menino e, em consequência, renuncia à satisfação masturbatória derivada do clitóris, repudia seu amor pela mãe e, ao mesmo tempo, não raro reprime uma boa parte de suas inclinações sexuais em geral. (FREUD, 1933, p. 85)

O restante dessas inclinações, então, se dirigiria para o pai, possuidor do pênis e quem poderia dá-lo à menina na forma de um bebê. A história pré-edípica da menina com a mãe foi reconhecida por Freud como de fundamental importância para seu desenvolvimento futuro apenas em um segundo momento; e, de alguma forma, representa uma reaproximação do autor com sua teoria da sedução, na medida em que ele assume que é a mãe, através dos cuidados primários, que desperta/implanta a sexualidade no bebê (FREUD, 1933). Esta, poderíamos dizer, foi a única grande mudança que Freud fez em sua teoria da feminilidade desde que ele se debruçou sobre o tema mais detidamente, em 1923, com o ensaio “A organização genital infantil”.

Na verdade, é possível considerar que, após 1925, em “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”, ele tornou a teoria mais opressiva em relação à mulher, sobretudo com a concepção do clitóris como um pênis inadequado e as consequências disso na relação da menina com a mãe (BALSAM, 2013). Balsam (2013) considera esse texto como uma resposta ao artigo de Horney de 1922, pois, apesar do intervalo de tempo, Freud parece endereçar e contradizer as concepções horneyanas expostas no 7º Congresso, além de ser uma das duas únicas vezes em que ele a cita em sua obra (FLIEGEL, 1973). Mas, como ele escreve a Abraham, “eles não foram feitos muito a sério” (FREUD, 1925, p. 553), referindo-se a “Negação”, “Inibição, Sintoma e Angústia”, e “Algumas consequências psicológicas da distinção anatômica entre os sexos”.

Acreditamos que a forma como Freud endereça os temas levantados nesse texto, especialmente os complexos de castração e de masculinidade, desmentem contribuições fundamentais que Horney trouxe em sua apresentação de 1922. Sabemos que Freud havia

36 Nossos itálicos

presidido a mesa em que a autora realizou tal exposição, logo, teve contato com o trabalho e provavelmente participou das discussões que ele provocou. Assim, podemos dizer que ele sabia da existência das ideias inovadoras de Horney, mas, além de não as mencionar ou discuti-las diretamente, encerra seu artigo numa citação elogiosa, mas superficial dos trabalhos dela (HORNEY, 1922), de Abraham (1920) e de Deutsch (1925) como se não houvesse entre eles disputas e proposições contraditórias. Como apontado no segundo capítulo, o apagamento das diferenças teóricas entre autores parece ser um mecanismo importante na constituição de “mal-entendidos” e na propagação de ideias errôneas sobre as teorias, capazes de durar muitos anos (LEVINE, 2001).

Retomando esse texto inaugural da autora, percebemos que, desde então, a preocupa atribuir-se tantos problemas no desenvolvimento da menina à inveja do pênis e ao complexo de castração (HORNEY, 1922). Já no segundo parágrafo de “A gênese do complexo de castração nas mulheres” a autora questiona assumir-se que as mulheres se considerem em desvantagem por causa de seus órgãos genitais e ainda acrescenta que “possivelmente devido ao narcisismo masculino isto tenha sido por demais evidente para precisar de explicações” (HORNEY, 1922, p. 35).

Sem negar a existência da inveja do pênis, nem do complexo de castração, Horney buscava descolá-los da forte associação que tinham com o complexo de masculinidade, através da decomposição dos erotismos envolvidos na primeira; que seriam, o erotismo uretral, demonstrado pelo desejo típico de meninas de urinarem como os meninos; o erotismo escopofílico, que compõe o exibicionismo e o voyeurismo permitidos aos meninos no momento de urinarem; assim como a satisfação de desejos onanistas (HORNEY, 1922). Diferentemente do que Freud afirmava, Horney encontrou em suas pacientes “uma dificuldade muito especial em superar a masturbação, porque percebem que lhes proibem injustamente algo que permitem aos meninos por conta das diferenças de conformação física” (HORNEY, 1922, p. 39).

A autora afirma que, apesar de os meninos obterem algumas vantagens do ponto de vista de satisfação de pulsões importantes, como as citadas, isso não necessariamente leva a menina ao sentimento de inferioridade, o qual, por sua vez, era o que estava na origem do que chamavam de “complexo de masculinidade”. Nos casos em que tal sentimento de inferioridade não estivesse presente, as meninas seguiriam seu desenvolvimento, passando do desejo do pênis para o desejo de um homem ou de um filho (HORNEY, 1922). Podemos pensar que essa passagem está mais diretamente associada ao desejo de ter um pênis e, conseqüentemente, poder, pela identificação com seu portador, desfrutar dos erotismos acima descritos; e não com

o desejo de ser um homem, que seria, por sua vez, o desejo subjacente ao complexo de masculinidade.

Acreditamos que essa diferenciação seja importante, inclusive para corrigir a concepção heteronormativa que a autora ainda carrega, pois possibilita a efetiva *análise*, no sentido químico, dos componentes pulsionais que, como sabemos, tendem a naturalizar-se através dos caminhos facilitados pela cultura. Assim, a compreensão de Horney de que o pênis é *apenas mais um* dos objetos aos quais a pulsão se vincula e, principalmente, que essa vinculação se dá majoritariamente por uma influência social; esta compreensão abre caminhos importantes para o questionamento da lógica fálica, como veremos adiante.

Ainda neste mesmo texto, a autora defende, de maneira pioneira (FLIEGEL, 1973), a existência nas meninas de fantasias de terem sido penetradas pelo pai. Tais fantasias, associadas à inveja do pênis, marcam a passagem da menina para o Édipo, uma vez que, altamente identificadas com a mãe, tomam o pai como objeto e exigem dele a exclusividade de seu amor, como antes faziam com a figura materna. Essa descrição tem alguns desdobramentos que são diferentes daquela proposta por Freud, já que a menina não se vira para o pai por causa de um desapontamento com a mãe, mas antes por estar identificada com ela – da mesma forma que os meninos. No entanto, com a “descoberta”³⁷ de seus próprios genitais – a vagina inclusive – e os dos meninos, a fantasia de ter sido penetrada pelo pai, a qual ela herda da mãe³⁸, encontra nas sensações corporais solo fértil para a expressão do sadomasoquismo infantil. Aqui é interessante notar a aproximação entre fantasia e corporeidade, que acreditamos ser uma das marcas de Horney³⁹. Similarmente aos esforços freudo-ferenczianos, a autora considera uma “repetição ontogenética de experiência filogenética [...] que na fantasia essa experiência [de ter sido possuída pelo pai] se apresenta como tendo realmente acontecido – tanto mais naquela época distante em que todas as mulheres eram antes de tudo propriedade do pai” (Horney, 1922, p. 42).

Considerando, como Balsam (2013), “algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos” (Freud, 1925) responde aos questionamentos que Horney apresentou em 1922-3, em texto do qual é importante frisarmos alguns aspectos. Primeiramente, é relevante que Freud o inicie com a observação de que a análise da primeira infância, época do florescimento sexual, é imprescindível à psicanálise, tanto teoricamente quanto para sua prática

³⁷ A escolha pelas aspas na palavra se dá pelo reconhecimento de que atividades onanistas já estão presentes desde a primeira infância, como o próprio Freud (1925) chegou a admitir.

³⁸ Aqui nos referimos à transmissão inconsciente transgeracional.

³⁹ Assim como de Ferenczi.

(FREUD, 1925). Relembremos que é durante a década de 20 que também as análises com crianças, desenvolvidas por psicanalistas mulheres em sua grande maioria, começavam a apresentar resultados significativos que também contribuíram para o debate sobre a feminilidade; sendo que várias dessas analistas concordavam com a teoria da inveja do pênis de Freud para suas explicações acerca do feminino. Horney, no entanto, não estava entre essas analistas de crianças, e sua prática se dava, majoritariamente, com a análise de mulheres adultas – é pertinente lembrar que, futuramente, a autora irá mesmo questionar a importância terapêutica atribuída à rememoração de experiências infantis (HORNEY, 1952b).

Ainda no início do artigo, Freud justifica sua publicação, que apresenta, segundo ele, resultados parciais ainda não universalizáveis, com o fato de à época haver vários outros psicanalistas que, fazendo parte da discussão, poderiam se beneficiar de suas observações. Ademais, tendo recentemente descoberto o câncer de mandíbula, Freud já não podia aguardar o tempo necessário às confirmações de tais observações.

Dando continuidade às suas explicações acerca do que se sucede com as crianças quando descobrem a diferença entre os sexos, Freud afirma que “quando o garoto avista pela primeira vez a região genital da menina, ele se mostra inicialmente indeciso, pouco interessado; ele nada vê, ou recusa⁴⁰ sua percepção, enfraquece-a, busca expedientes para harmonizá-la com sua expectativa” (FREUD, 1925, p. 262).⁴¹ Já a menina, ao ver o pênis, imediatamente reconheceria sua falta em si e o desejaria. De acordo com Freud (1925), neste ponto do desenvolvimento da menina é que poderia ter origem o complexo de masculinidade, a partir da fixação da menina ao desejo de ter um pênis:

A esperança de ainda ter um pênis, tornando-se igual ao homem, pode se manter por um período improvavelmente longo e se tornar motivo de atos peculiares, de outra forma incompreensíveis. Ou surge o processo que eu designaria como “recusa”, que na vida psíquica da criança parece não ser raro nem muito perigoso, mas que no adulto daria início a uma psicose. A menina se recusa⁴² a admitir o fato de sua castração, aferra-se à convicção de que possui um pênis, e se vê compelida, subsequentemente, a agir como se fosse um homem. (FREUD, 1925, p. 262)

⁴⁰ *Verleugnet*, que é a conjugação verbal de *Verleugnen*.

⁴¹ Freud continua o texto com a afirmação que consideramos bastante restritiva em relação às consequências dessa descoberta para o menino: “Essa conjunção [da descoberta da diferença com o medo da castração] leva a duas reações, que podem se tornar fixas e então, separadamente ou juntas, ou em conjunção com outros fatores, determinarão permanentemente sua relação com as mulheres: aversão à criatura mutilada ou triunfante menosprezo dela.” (p. 262)

⁴² De acordo com a tradução da CDL, “*Se recusa”: *Verweigert* O verbo aqui usado por Freud tem sentido igual àquele que traduzimos por “recusar” (*Verleugnen*).

Nota-se aqui como Freud assume que o desejo pelo pênis e a recusa de não o possuir levam a menina a “agir como se fosse um homem”. Acreditamos que seja importante observar aqui dois pontos: primeiramente, Freud considera que a recusa, ou a *Verleugnung*, incide sobre “o fato de sua castração”. Ao assumir que as meninas são, *de fato*, castradas, o autor perde de vista as catexias mobilizadas pela vagina e pelo clitóris, as quais, invariavelmente, irão interferir no desenvolvimento psicosssexual das meninas, assim como a inveja do pênis. E em segundo lugar, ele associa a posse do pênis a atitudes masculinas de maneira abrangente, o que faz com que incorra no erro de atribuir características que não necessariamente dizem respeito às influências dos erotismos mobilizados pelo pênis na personalidade total do sujeito.

A inveja do pênis, de acordo com Freud (1925), não é jamais totalmente superada e leva as mulheres ao sentimento de inferioridade em relação aos homens, além afastá-las de práticas onanistas, considerando que a masturbação do clitóris é “uma prática masculina, e que uma condição para o desenvolvimento da feminilidade seria a eliminação da sexualidade clitoridiana” (p. 264). Assim, o autor conclui que enquanto o complexo de Édipo do menino é destruído pelo complexo de castração, dando origem ao Superego; na menina, ele é introduzido por esse complexo, não havendo um marco para seu fim. Este seria o motivo, segundo o autor (FREUD, 1925, 1933) para que “o nível do que é eticamente normal [venha] a ser outro para a mulher” (FREUD, 1925, p. 268,). O autor ainda e afirma:

Em tais juízos não nos deixaremos influenciar pela contestação dos partidários do feminismo, que desejam nos impor uma total equiparação e equivalência dos sexos, mas admitiremos de bom grado que também a maioria dos homens fica muito atrás do ideal masculino e que todos os indivíduos, graças à disposição bissexual e à herança genética cruzada, reúnem em si caracteres masculinos e femininos, de modo que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem construções teóricas de conteúdo incerto. (FREUD, 1925, p. 268-9)

Parece-nos uma postura recorrente de Freud, ao lidar com mulheres que apresentavam características que estavam em desacordo com sua concepção de feminilidade, referir-se a tais mulheres como a exceção à regra; lançando mão, de forma abusiva diremos, da noção já problemática de bissexualidade inata. Noção, inclusive, criticada por autores como Judith Butler e que leva à problematização da diferença sexual na psicanálise já que

Considera-se que as teorias psicanalíticas sobre a sexualidade feminina e masculina, concebidas por meio dos conceitos de complexo de Édipo e de castração, repetem um modelo binário e hierárquico tradicional, cuja matriz de sustentação é a heterossexualidade normativa e as normas de gênero típicas da modernidade. Em último plano, tais conceitos submeteriam a constituição do outro enquanto figura de alteridade ao encontro com diferença sexual binária e hierárquica, o que fundamentaria uma perspectiva patológica acerca das novas formas de subjetivação. (SODRÉ & ARÁN, 2012, p. 298)

Como dito anteriormente, no último parágrafo do texto Freud irá elogiar rapidamente os trabalhos de Abraham (1920), Horney (1922) e Helene Deutsch (1925), afirmando que se aproximam do que escreveu ali, mas não coincidem totalmente, justificando assim, sua publicação. No entanto, Abraham e Deutsch possuem de fato aproximações com a teoria freudiana da feminilidade, enquanto Horney claramente apresenta uma crítica e proposta de reformulação das proposições clássicas, as quais não são abordadas pelo autor.

Ora, o apagamento das diferenças desses trabalhos parece funcionar no sentido de tornar o conflito que se apresentava entre os mesmos como desimportantes ou não dignos de serem discutidos. Lembramos que o desmentido carrega em si essa dimensão de ‘mentira’ que possibilita a manutenção de certa continuidade entre fantasia e realidade, conservando o *status quo* às custas de uma homogeneização dos discursos. No entanto, a *Verleugnung*, como já visto, atua em duas vias: naquele que sofre o desmentido, e naquele que desmente, o que nos leva a pensar que Freud talvez não reconhecesse – ao menos não conscientemente – a profundidade da diferença que Horney tentava sinalizar.

No ano seguinte à publicação de “Algumas Consequências Psíquicas”, Horney publica o polêmico texto “A fuga da feminilidade: o complexo de masculinidade nas mulheres segundo as óticas masculina e feminina” (1926). Neste trabalho nota-se que a crítica de Horney à perspectiva masculinista da psicanálise torna-se mais ferrenha. A autora afirma ser necessário observar os fenômenos em questão sob uma nova perspectiva, a fim de não “continuarmos involuntariamente a classificar nos mesmos grupos de ideias nitidamente definidos todas as novas observações que fizemos.” (HORNEY, 1926, p. 52).

A partir das observações do sociólogo alemão Georg Simmel acerca do caráter masculino dos fundamentos da sociedade – noção que, aliás, será utilizada por teóricas feministas do desconstrucionismo derridiano para questionar os padrões patriarcais –, Horney irá questionar a validade do conhecimento psicanalítico, especialmente aquele construído acerca da mulher, uma vez que estaria por demasiado enviesado por tais padrões masculinos. De forma bastante provocativa, Horney expõe através de uma tabela a coincidência suspeita entre as fantasias de meninos em relação à sexualidade das meninas e as suposições psicanalíticas tradicionais sobre o desenvolvimento feminino.

A partir daí, a autora desenvolverá uma longa argumentação em que busca demonstrar alguns desdobramentos que a mudança de perspectiva poderia provocar nas interpretações analíticas da vida psíquica das mulheres. Sabendo que enfrentaria resistências, ela escreve:

Tal sugestão depara-se imediatamente com um protesto interior, pois nos lembramos do terreno firme das experiências em que sempre se fundamentou a experiência analítica. Ao mesmo tempo, porém, nosso conhecimento científico nos diz que este terreno não é totalmente confiável, mas que toda a experiência, por sua própria natureza, contém algum fator subjetivo. [...] Assim, mesmo quando a técnica é corretamente aplicada, há na teoria a possibilidade de variações nessa experiência” (HORNEY, 1926, p. 55)

Vemos aqui o apelo de Horney à epistemologia como forma de justificar a legitimidade de suas interpretações não convencionais, buscando convencer seus leitores da necessidade de revisão da teoria vigente acerca da feminilidade. Assim, ela pontua a absoluta centralidade dada à diferença genital entre os sexos, enquanto outras “grandes diferenças biológicas” (1926, p. 56), como a reprodução, são relegadas a segundo plano. A autora irá lançar mão da “teoria genital extremamente brilhante de Ferenczi” (1926, p. 56) para demonstrar como no imaginário psicanalítico de então o desejo e a satisfação advindos do coito para a mulher seriam não só menores que o do homem, mas também apenas caminhos compensatórios através do masoquismo e/ou da identificação com a criança que poderia conceber (HORNEY, 1926).

Ela questiona a assunção de Ferenczi que foi devido às mulheres terem pretensamente perdido a “guerra entre os sexos” que teria lhes sido imposta a maternidade. Discordando veementemente de que a maternidade seja uma desvantagem para as mulheres – a não ser, talvez, do ponto de vista da luta social, ela considera –, a autora relembra as fantasias e desejos relatados por homens em análise de possuírem tal capacidade. Ela ainda considera a possibilidade de a desvalorização social da maternidade ser uma formação reativa que a psicanálise reproduziria em seu discurso ao afirmar que a mulher deseja *apenas* o pênis; e que a gravidez seria considerada, de maneira geral, um peso que os homens não precisariam carregar (HORNEY, 1926).

A fim de demonstrar que a organização psíquica de meninos e meninas não se dá a partir exclusivamente à inveja do pênis, Horney propõe fazer uma separação entre o que se observa na infância das garotinhas quando descobrem o pênis e o que as mulheres adultas relatam em análise sobre fantasias de possuir ou ter possuído esse órgão (HORNEY, 1926). Ela propõe, portanto, que utilizemos o termo *inveja do pênis primária* para tratar do fenômeno infantil, ao qual ela associa as desvantagens da menina no que diz respeito a seus impulsos escopofílicos, onanistas e de erotismo uretral em comparação com os meninos. Por outro lado, o desejo de ser homem relatado por mulheres adultas, que implica num “afastamento da feminilidade”, seria uma formação *secundária*, que não depende exclusivamente da inveja primária do pênis, mas também de uma “ansiedade genital feminina” (p. 62). A autora observa que os desdobramentos do complexo de Édipo são tais que:

Nos meninos, a mãe é renunciada como objeto sexual devido ao medo da castração, porém o papel masculino não somente se afirma no desenvolvimento, mas é, na realidade, superenfaticado em reação a esse medo. [...] As meninas, por outro lado, não só renunciam ao pai como objeto sexual, mas também se retraem na aceitação do papel feminino (HORNEY, 1926, p. 61.)

Assim, a “fuga da feminilidade” que a autora se refere no título do artigo seria uma reação defensiva a essa ansiedade genital presente nas meninas, que se revela, por exemplo, por meio de fantasias de serem lesadas pela penetração; no Édipo, essa fantasia aproxima-se da realidade na medida em que a penetração da pequena vagina da menina por um pênis de um adulto, no caso, o pai, tenderia efetivamente a causar danos. A culpa e o medo pelos desejos incestuosos levam, portanto, à repressão de tais desejos e simultaneamente ao desinvestimento na zona genital como um todo, mas especialmente da vagina; soma-se a isso o fato de as meninas não conseguirem, diferentemente dos meninos, observarem e verificarem a integridade de seu aparelho genital. Logo, a ansiedade genital feminina seria, de acordo com a autora, mais determinante para o refúgio da menina em um papel masculino do que a inveja do pênis (HORNEY, 1926). Poderíamos dizer que a inveja do pênis determina apenas o objetivo da pulsão que foi desvinculada do corpo da própria menina devido a esta ansiedade, uma vez que, em uma sociedade organizada em esquemas binários e patriarcais de gênero, o papel atribuído aos homens, possuidores do pênis, mostra-se claramente mais vantajoso que aquele destinado às mulheres.

Horney concorda em supor, junto com Abraham, que o amor parcial de objeto que a menina tem pelo pênis, precede o verdadeiro amor objetual dela pelo pai; mas atenta para a questão assinalada por Freud em *O tabu da virgindade* (1918) de que o “desejo narcísico de possuir pênis e o anseio libidinal de objeto por ele são com frequência tão interligados que hesitamos quanto ao sentido dado à expressão desejo por” (HORNEY, 1926, p. 65). Aproximando, portanto, identificação e amor objetual, assim como a condição social em que os gêneros se inserem, a autora oferece um matiz mais suave para o início do interesse da menina pelo sexo oposto, reafirmando que a inveja primária do pênis é em princípio um desejo narcísico. Por isso, assume que, quando entra em ação o processo de fuga da feminilidade, a adoção do papel representado pelo pai pode ser considerada uma manifestação da regressão da libido a uma fase anterior do desenvolvimento (HORNEY, 1926).

De acordo com a teoria do desenvolvimento feminino proposta por Horney, a menina está inicialmente vinculada à mãe e possui sua própria forma de onanismo, a qual inclui não apenas o clitóris, mas também a vagina. Ao descobrir o pênis, sente inveja devido aos erotismos

escopofílico, uretral e onanista permitidos aos meninos devido à sua conformação física. Nesse momento, a menina não identifica a diferença como resultante da castração, o que só ocorrerá a partir de seus desejos incestuosos em relação ao pai. Tais desejos têm início, provavelmente, a partir da identificação inicial da menina com a mãe, que, somada à descoberta do pênis, dão origem às fantasias de ser penetrada pelo pai e, conseqüentemente, de ser ferida internamente. Esta fantasia, de acordo com a autora, corresponde à fantasia de castração nos meninos, tendo em vista que, da mesma forma que esta, advém da culpa pelos desejos incestuosos. No entanto, diferentemente do que ocorre com os meninos que, movidos pelo terror da castração, recalcam seus desejos incestuosos dando um fim ao Édipo, as meninas são levadas pelo terror do ferimento interno a renunciarem não apenas ao pai, “mas também se retra[írem] na aceitação do papel feminino”⁴³ (1926, p. 61). Se formos um pouco mais cuidadosos do que a autora quanto à utilização dos termos “feminino” e “masculino”, podemos dizer que ocorre na menina um desinvestimento de sua identificação com a mãe, ou então que tal identificação passa a ser encarada como ameaçadora, o que gera sofrimento ao ego em desenvolvimento.

Ponderando, a título de provocação, que o superego, de acordo com Freud, origina-se neste momento do desenvolvimento através da incorporação das normas e valores sociais, assim como enquanto uma formação reativa aos desejos do id, não haveria por que atribuir-se às mulheres um menor senso de justiça ou moral como o autor costumava fazer. Aliás, pelo contrário, considerando que a ansiedade genital da menina se origina de uma fantasia baseada na *realidade* da desproporção entre o pênis do pai e a vagina da criança; e que a menina não é capaz, da mesma forma que o menino, de verificar a integridade de seus genitais após a masturbação, poderíamos considerar que o medo e a culpa pela realização de seus desejos são maiores nela, o que levaria à formação de uma estrutura superegoica mais rígida.

De qualquer forma, o que Horney observou em suas pacientes foi que, a partir dessa ansiedade genital gerada pelos desejos incestuosos, muitas passaram a negar⁴⁴ a existência da vagina, regredindo, desta forma à inveja do pênis. Tal regressão *facilitaria* a identificação com o pai que, daí sim, poderia levar a menina a traduzir sua ansiedade genital em termos masculinos, ou seja, por meio da fantasia de castração (HORNEY, 1926). A autora reforça, no entanto, que é apenas regressivamente que a inveja do pênis pode gerar o desejo de ser homem e/ou produzir essas fantasias de ter sido castrada, por isso propõe que esses desenvolvimentos posteriores são formações *secundárias* da inveja do pênis que, em adição a outros fatores

⁴³ Acreditamos que a retração seja a identificação com a mãe.

⁴⁴ *Verleugnung* (termo só passará a ser utilizado para descrever o processo de apagamento que ocorre no fetiche a partir de 1927) Freud, S. (1999).)

interpessoais levam a menina a repudiar o papel feminino (HORNEY, 1926). É nesse texto que a autora considera, pela primeira vez, “pensar numa interação entre psiquismo e fatores sociais” (p. 66) para a explicação do desenvolvimento sexual de mulheres e homens. No final do texto, ela ainda afirma que:

É possível e até mesmo provável que o quadro que retratei seja unilateral, partindo do ponto de vista oposto. Mas minha intenção primeira neste ensaio foi indicar possível fonte de erro advinda do sexo do observador e, assim fazendo, dar um passo em direção à meta que todos lutamos para alcançar; (HORNEY, 1926, p. 66).

No ano seguinte à publicação deste texto, Horney escreve “A feminilidade inibida: a contribuição psicanalítica para o problema da frigidez” (1927), demonstrando seu interesse e sua prática no assunto. Nesse artigo, como o título sugere, a autora investiga as origens psíquicas da frigidez e outros distúrbios do aparelho sexual feminino, reafirmando sua teoria. Novamente as fantasias de penetração são aqui fundamentais para as interpretações da autora.

Entre os anos de 1927 e 1932, Horney irá dedicar-se a escrever principalmente sobre os conflitos e problemas que a monogamia e a instituição do casamento geram entre os parceiros e como questões infantis são atualizadas nesse tipo de relação. Horney havia se separado pouco tempo antes, em 1926, de seu único marido e pai de suas filhas, Oskar Horney, com quem viveu por 17 anos. Já havia três anos que Oskar declarara falência e, logo depois, adoecera, fazendo de Karen a única provedora da família; ela também teria que cuidar sozinha de suas três filhas adolescentes (17, 15 e 12 anos), pois havia perdido mãe e irmão no mesmo ano de 1923 (QUINN, 1987).

Apenas em 1931 Horney voltaria a escrever sobre questões relativas à feminilidade com o texto “A Tensão Pré-menstrual” (HORNEY, 1931) em que a autora advoga pelo reconhecimento dos processos fisiológicos específicos do aparelho genital feminino como decisivos na economia libidinal desses sujeitos. Tal retomada não foi fruto do acaso, já que no mesmo ano Freud havia publicado “Sexualidade Feminina” (FREUD, 1931), no qual reafirma categoricamente sua teoria do desenvolvimento feminino, mas agora considerando a fase pré-edípica da menina como de fundamental importância no seu desenvolvimento não apenas devido à inveja do pênis. Freud justifica sua demora em perceber tal importância por não ter tido acesso a lembranças tão primitivas devido à forte repressão das pacientes e acrescenta:

Mas talvez tenha ficado com essa impressão porque as mulheres que estavam em análise comigo podiam aferrar-se à própria ligação com o pai em que se tinham refugiado da fase primitiva em questão. Na verdade, parece que as analistas femininas - tais como, por exemplo, Jeanne Lampl-de Groot e Helene Deutsch - foram capazes de perceber esses fatos mais fácil e

claramente por terem sido auxiliadas, ao lidarem com as que se achavam em tratamento com elas, pela transferência a uma substituta materna adequada. [...] Entre estas [novas ideias] acha-se a suspeita de que essa fase de ligação com a mãe está especialmente relacionada à etiologia da histeria, o que não é de surpreender quando refletimos que tanto a fase quanto a neurose são caracteristicamente femininas, e, ademais, que nessa dependência da mãe encontramos o germe da paranoia posterior nas mulheres, pois esse germe parece ser o surpreendente, embora regular, **temor de ser morta (devorada?) pela mãe.** (FREUD 1931 p. 139)

O texto de Freud de 1931 apresenta sua teoria do desenvolvimento feminino final; apesar de ter retornado ao tema novamente – e pela última vez - em 1933, como veremos, nada essencialmente novo foi acrescentado ou modificado na teoria entre os dois anos que separam os textos. James Strachey observa no prefácio deste texto que ele é consideravelmente mais técnico que o de 1933 e que também apresenta um movimento não muito típico nos escritos de Freud, que é a revisão de alguns artigos escritos por outros analistas, dentre os quais está o texto de 1926 de Horney (STRACHEY, 2016)⁴⁵.

O psicanalista inglês também acha curioso que Freud trate os textos revisados “como se esses trabalhos tivessem surgido espontaneamente e não, como era claramente o caso, como reação a seu próprio artigo um tanto revolucionário de 1925 – ao qual, na verdade, não faz aqui qualquer referência” (STRACHEY, 2016, p. 123). Novamente, Freud parece querer reafirmar sua autoridade nas discussões psicanalíticas pela repetição de sua teoria e, para isso, aferra-se ao binarismo fálico/castrado, masculino/feminino, atividade/passividade. Acreditamos que tal postura de Freud neste texto dá mostras de como o pai da psicanálise lidava com o debate entre seus seguidores, permitindo que lhe questionassem apenas até certo ponto. O autor segue afirmando que a “vagina é virtualmente inexistente” (p. 140) e com o reconhecimento do “fato de sua castração” as mulheres veriam “também a superioridade do homem e sua própria inferioridade” (p. 140). Freud insiste ainda que a fase pré-edípica é mais importante para o desenvolvimento ulterior da menina do que do menino, uma vez que é ainda nesta fase em que a atitude hostil em relação à mãe apareceria pelo fato de a mesma ter “falh[ado] em fornecer à menina o único órgão genital correto” (p. 144).

Fazendo, provavelmente, um aceno à teoria de Horney, Freud considera que “uma menina pode posteriormente interpretar o fato da castração como sendo uma punição por sua atividade masturbatória, e atribuirá a efetivação dessa punição ao pai” (p. 143), mas afirma que

⁴⁵ The last section of the present paper contains— and this was a very unusual thing in Freud's writings—some criticisms of a number of other papers. And it is a curious thing that he seems to treat them as though these papers had arisen spontaneously and not, as was clearly the case, as a reaction to his own somewhat revolutionary paper of 1925—to which, indeed, he here makes no reference whatever.

esta ideia não poderia ser primária, como a autora alemã propunha, nem decorrente de fantasias de penetração. Para o autor, “[a] transição [das meninas] para o objeto paterno é realizada com o auxílio das tendências passivas, na medida em que escaparam à catástrofe” (p. 147), dessa forma a masturbação clitoridiana seria abandonada, uma vez que é tida como ‘masculina’; algo que Horney também questiona.

Mas a crítica direta à autora é realizada ao final do artigo. Durante sua revisão da literatura, Freud exalta os trabalhos de Abraham, Deutsch, Fenichel e Lampl de Groot, mas critica a proposição desta última autora em relação ao “afastamento da mãe como sendo simplesmente uma mudança de objeto e não examina[r] o fato de ele ser acompanhado pelas manifestações mais diretas de hostilidade” (p. 148), ponto que Horney já havia assinalado. Freud ainda descarta “o ‘deslocamento para trás’ do complexo de Édipo, proposto por Melanie Klein (1928), que situa seus primórdios já no começo do segundo ano de vida” (p. 149), mas suaviza a contradição afirmando que ainda não seria possível saber quais processos eram determinados biologicamente e quais não.

A rejeição mais contundente, entretanto, é em relação à tentativa de Horney de discutir o papel da inveja do pênis no desenvolvimento da menina. Freud afirma que Horney, ao propor que o “complexo de masculinidade” não era determinado unicamente pela inveja primária do pênis, estava reduzindo a importância dos primeiros impulsos libidinais, atribuindo-lhes um papel apenas de direcionamento da libido.

Alguns autores inclinam-se a reduzir a importância dos primeiros e mais originais impulsos libidinais da criança em favor de processos desenvolvimentais posteriores, de maneira que – para colocar esse ponto de vista sob sua forma mais extrema – o único papel deixado aos primeiros é simplesmente o de indicar certos caminhos, ao passo que as intensidades [psíquicas] que fluem ao longo dessas vias são abastecidas por regressões e formações reativas posteriores. Assim, por exemplo, Karen Horney (1926) é de opinião que superestimamos grandemente a inveja do pênis primária da menina e que a intensidade da tendência masculina que mais tarde ela desenvolve deve ser atribuída a uma inveja do pênis secundária, utilizada para desviar seus impulsos femininos e, em particular, sua ligação feminina com o pai. (FREUD, 1931, p. 251)

Mas Horney não estava minimizando a importância das primeiras experiências infantis. Na verdade, o que a autora sugere é que tais experiências, longe de serem concebidas como um todo organizado e dotado de sentido estabelecido – como a inveja do pênis levando ao complexo de masculinidade –, eram muito mais parciais do que os psicanalistas acreditavam e que se misturavam a aspectos culturais muito mais cedo do que Freud estava disposto a admitir.

Em seu último texto sobre o tema, a “Conferência XXXVIII: Feminilidade”, Freud (1933) não trará nenhuma nova contribuição ao tema. Ele mais uma vez retoma sua teoria

original, adicionando as vivências pré-edípicas das meninas e, como também parece ser recorrente em seus textos sobre o tema, afirmando que a feminilidade permanecia um enigma. Ele dá início à conferência, que possui como característica geral um estilo mais livre de escrita, em tom humorístico, dizendo que

E nem *os senhores* escaparam de se preocupar com esse problema - aqueles dentre os senhores que são homens; a quem, dentre os senhores, é mulher, isto não se aplica – as senhoras mesmas constituem o problema. Quando encontram um ser humano, a primeira distinção que fazem é ‘homem ou mulher?’ e os senhores estão habituados a fazer essa distinção com certeza total. (FREUD, 1933, p. 77)

Para além do mau gosto da piada, percebemos ainda que – mesmo em tom de brincadeira – Freud está afirmando que a questão da feminilidade é assunto para os homens, as mulheres não precisam se preocupar com isso, sendo tomadas apenas como o objeto de estudo. Além disso, o foco exclusivo na discussão sobre o dimorfismo sexual na psicanálise também encobriu durante muito tempo a influência de outras características anátomo-fisiológicas nas relações humanas, como Franz Fanon (1952) denuncia brilhantemente em sua obra a respeito da diferença de cor e os processos coloniais de opressão.

A apresentação que se segue no texto freudiano em relação às diferenças entre masculino e feminino é insuficiente para a defesa de sua tese sobre a bissexualidade e descambam na afirmação de que “o masoquismo, como dizem as pessoas, é verdadeiramente feminino” (FREUD, 1933, p. 77). Ele ainda acrescenta:

Em épocas recentes, começamos a aprender um pouco acerca dessas coisas [como a mulher se forma], graças à circunstância de várias de nossas excelentes colegas de análise terem começado a trabalhar a questão. A discussão desse aspecto adquiriu atração especial, a partir da distinção entre os sexos. Pois essas senhoras, sempre que alguma comparação parecia mostrar-se desfavorável ao seu sexo, conseguiram expressar a suspeita de que nós, analistas homens, não tínhamos conseguido superar determinados preconceitos profundamente arraigados contra aquilo que era feminino, e que esse fato estava sendo responsável pela parcialidade de nossas pesquisas. Nós, por nossa vez, com base na bissexualidade, não tínhamos dificuldade em evitar a indelicadeza. Apenas tínhamos de dizer: “Isto não se aplica às *senhoras*. As senhoras são a exceção; neste ponto, são mais masculinas do que femininas.” (FREUD, 1933, p. 78)

Consideramos esse trecho de fundamental importância, pois nele Freud, mais uma vez, revela sua “ignorância” em relação à diversidade de trabalhos e posições das analistas, além de supor evitar o que chamou de “indelicadeza” por meio de um elogio misógino às suas colegas. Entre idas e vindas, vemos nesse texto o pai da psicanálise alternar entre considerar as meninas mais dependentes, menos agressivas e desafiadoras que os meninos e afirmar que muitas vezes

se comportam “como um homenzinho” (p. 79). Ele apenas não admite essa semelhança na relação que meninas e meninos estabelecem com seus próprios genitais. Nesse aspecto, as meninas, por terem um órgão “inferior”, estariam mais propensas a abandonar atividades onanistas, considerando ainda “que há também alguns relatos isolados de sensações vaginais precoces, mas não poderia ser fácil distingui-las de sensações no ânus ou no vestíbulo; de qualquer maneira, não podem ter muita importância” (FREUD, 1933, p. 79).

Não reconhecendo a importância na economia psíquica da libido mobilizada pela vagina, Freud chega então à conclusão de que o que afasta a menina da mãe é o complexo de castração, na medida em que a menina se voltaria contra a mãe por responsabilizá-la pela falta do pênis em si mesma. Na verdade, Freud considera a falta do pênis tão importante na vida psíquica das meninas e mulheres que a toma como fator causal: 1) da busca das mulheres por análise, racionalizada no desejo de “exercer uma profissão intelectual” (FREUD, 1933, p. 84); 2) de “a inveja e o ciúme desempenha[re]m, mesmo, um papel de relevo maior na vida mental das mulheres”; 3) da suposta inferiorização das mulheres “pela menina, assim como depois o são pelos meninos, e posteriormente, talvez, pelos homens” (p. 85); 4) do “que leva a menina a voltar-se para seu pai [que] é, sem dúvida, originalmente o desejo de possuir o pênis” (p. 86); 5) de “a situação feminina só se estabelece[r] se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê” (p. 86); 6) de as mulheres “permane[rem no édipo] por um tempo indeterminado; destroem-no tardiamente e, ainda assim, de modo incompleto” levando a um prejuízo na formação do superego que “não consegue atingir a intensidade e a independência, as quais lhe conferem sua importância cultural” (p. 87); 7) da preponderância da “vergonha, considerada uma característica feminina *par excellence*” na vida mental das mulheres que tem “como finalidade a ocultação da deficiência genital” (p. 89); 8) das “poucas contribuições para as descobertas e invenções na história da civilização” realizadas por mulheres (p. 89); 9) “de que as mulheres devem ser consideradas possuidoras de pouco senso de justiça” (p. 90); 10) de as mulheres serem “mais débeis em seus interesses sociais e possuidoras de menor capacidade de sublimar os instintos, do que os homens” (p. 90).

Estamos acostumadas a ouvir após essas pontuações acerca do texto freudiano que não podemos desconsiderar que Freud era “um homem de seu tempo”. Essa argumentação, porém, encobre o que queremos mostrar: que, mesmo não citando Horney, Freud aborda questões cruciais para a autora, revelando seu conhecimento acerca de seu trabalho e das discussões que suscitavam, com colocações do tipo “alguns analistas mostraram uma tendência a minimizar a importância dessa primeira instalação da inveja do pênis na fase fálica” (p. 84) ou mesmo “as

feministas não gostam quando lhes assinalamos os efeitos desse fator sobre o caráter feminino” (p. 87).

No entanto, ele o faz sob uma perspectiva que desmente os achados e observações dela, fazendo considerações admitidamente teleológicas, como o viés masculino na cultura e na teoria psicanalítica, o interesse pelo pai ser contíguo à identificação com a mãe, a presença de sensações vaginais precoces, entre tantas outras. O desmentido aqui apresenta-se de uma forma estranhamente familiar; tão familiar a ponto de não o reconhecermos como tal, justificando-o temporalmente, sem perceber que ele ainda está presente no âmago de nossa teoria; e que muitas vezes ainda é transmitida sem a preocupação de criticarem-se seus aspectos problemáticos e as consequências que deles advêm.

Horney parece percebê-lo; no entanto, ela ainda não estava disposta a abandonar o debate e muito menos a aceitar aquela linguagem estranha. Assim, ela publica no mesmo ano *Die Verleugnung der Vagina* (1933/1991), claramente confrontando a colocação freudiana de que “a menina se *recusa*, digamos, a reconhecer o fato indesejado [de não ter um pênis], e, desafiantemente rebelde, até exagera sua masculinidade prévia [e] apega-se à sua atividade clitoridiana” (HORNEY, 1991, p. 87). Contra essa afirmação, Horney irá propor que é o medo, e não a rebeldia, que faz com que a menina se recuse a reconhecer, negue ou desautorize psiquicamente, não a ausência de um pênis, mas a *presença* da vagina; que, segundo a autora e outros médicos e psicanalistas, como Josine Müller, já era percebida e, inclusive, utilizada pelas meninas em práticas onanistas desde muito cedo (HORNEY, 1933/1991).

A autora inicia o texto elencando as concepções freudianas acerca do desenvolvimento feminino e reafirmando a importância das experiências infantis na vida subsequente do sujeito, o que ela considera ser “uma das mais importantes descobertas de Freud, uma dessas conquistas que, podemos supor, permanecerão” (p. 146). No entanto, ela questiona a premissa de que as diferenças entre caráter masculino e feminino apareçam apenas após a puberdade, sendo possível observá-las ainda na infância, ainda que isso não indique uma disposição constitucional dos sujeitos, como Freud (1933) havia contraditoriamente sugerido em seu último trabalho. Com isso, queremos pontuar que Horney parece se mostrar mais interessada em soluções para alguns impasses teóricos do que em abandonar as proposições freudianas.

Talvez este seja um dos pontos mais relevantes assinalados por Horney que nos ajudam a perceber como o dualismo masculino/feminino, o qual a autora também acompanha - assim como a noção problemática de bissexualidade na psicanálise -, dificulta a análise dos fenômenos, normatizando a heterossexualidade cis e fazendo-nos cair em falsas equivalências. Podemos supor, como um dos efeitos da utilização desses termos, a autora não conseguir atingir

outros níveis de questionamento, sendo provavelmente este um dos motivos que a levou a abandonar a teoria da libido de Freud, já que não pôde perceber a limitação desses conceitos transcendentais para sua teorização. Ao atribuir ao “feminino” ou à “feminilidade” tanto um “coquetismo [...] ou traços característicos de solicitude maternal” (HORNEY, 1933/1991, p. 148); quanto as sensações vaginais resultantes da excitação sexual e as fantasias de ter sido ferida/ferir-se por dentro; a autora “cola” imaginário, real e simbólico, para usar os termos lacanianos. Em outras palavras, a autora, apesar de questionar a hierarquia entre os sexos, não dá o passo além no sentido de desconstruir ou questionar o dualismo excludente que os termos carregam em si; desta forma, e ressaltamos, seguindo provavelmente a tradição feminista da segunda onda, a autora buscará afirmar a positividade do feminino, a partir do estabelecimento de suas diferenças, como a gravidez e os processos específicos do aparelho sexual. No entanto, como vimos, essa abordagem pode ser tida como essencialista, já que, muitas vezes, baseia sua ideia de feminilidade no corpo hétero e cis, não abrangendo outras formas de subjetivação.

Assinalemos, porém, que é significativo que Freud tenha atribuído a dificuldade da menina em aceitar a ausência de um pênis em si mesma a fatores constitucionais, justificando a frequência da frigidez sexual das mulheres a um “descaso” da Natureza em relação às funções femininas, já que a “realização do objetivo da biologia foi confiada à agressividade dos homens e se tornou, em certa medida, independente do consentimento das mulheres” (FREUD, 1931, p. 88). Nesse sentido, poderíamos pensar que Horney respondia à tese que pregava a “inferioridade orgânica” (p. 142) da mulher, mas, quando percebeu que seus esforços nesse sentido não eram bem recebidos pela comunidade psicanalítica, decide mudar de estratégia, dedicando-se à elaboração de uma teoria “neutra” do ponto de vista do gênero (Horney, 1937).

Aqui é importante que frisemos que, no caso de Horney, a autora não só teve algumas de suas mais importantes contribuições atribuídas a outros autores, como no ensaio de Fenichel em que ele dá a Jones o mérito de ter diferenciado a inveja do pênis primária da secundária; ou mesmo em LeVine (2001) que credita a Kardiner (1939) a noção de um “tipo de personalidade básica” moldada pela cultura, quando na verdade Horney já havia publicado dois anos antes um livro que tratava do assunto. Também acreditamos que o caráter revolucionário das inovações teóricas da autora foi diminuído pelo próprio Freud (1925, 1931), quando ele as colocou no mesmo esteio em que as de Abraham e Deutsch, os quais possuíam compreensões claramente divergentes da autora, ou quando debateu a diferenciação entre as invejas do pênis primária e secundária sob o ponto de vista limitado da temporalidade. Cabe ressaltar também que na Edição Standard Brasileira das obras completas de Freud, traduzidas do inglês, parece

ter havido um “lapso” no índice remissivo, já que nele sequer se encontra o nome de Karen Horney.

Somado a isso, junta-se o fato de Horney ser muitas vezes associada ao culturalismo, quando as contribuições da autora podem ser vistas também nas correntes interpessoal e relacional da psicanálise dos EUA e, mesmo que não reconhecidas, nas psicanálises feministas que surgiram a partir da década de 70 – pois, mesmo que esses estudos não tenham se constituído plenamente como uma matriz teórica independente, eles inspiraram o desenvolvimento de linhas de pensamento extremamente significativas para a psicanálise contemporânea (HARRIS, 2000), sem que a autora ou seus trabalhos sejam referidos na história dessas teorias. Na próxima seção, discutiremos outro fator que certamente também contribuiu para este apagamento que é a história institucional de Karen Horney.

4.2 O desmentido nas instituições

Abordaremos agora alguns dos problemas que a autora enfrentou institucionalmente, uma vez que, dada a forma de transmissão da psicanálise, suas escolas e institutos colocam-se como responsáveis pela continuidade, ou não, de linhas de pensamento psicanalítico. Os vínculos institucionais dos autores, portanto, mostram-se como verdadeiros fiadores da divulgação e aceitação de suas obras dentro da comunidade psicanalítica. Logo, devemos considerar as disputas dentro do campo e suas consequências no reconhecimento institucional de seus integrantes fatores determinantes no lugar que suas teorias ocuparão no edifício psicanalítico.

De acordo com Kupermann (1996), tanto a criação da IPA, em 1910, como o polêmico texto *A História do Movimento Psicanalítico* (Freud, 1914), são importantes marcos para analisarmos a tradição do confronto em psicanálise. Nesse texto, em que arroga para si o direito de estabelecer os limites da associação de desenvolvimentos teóricos ao corpo de sua criação, Freud irá colocar Adler e Jung como seus adversários, realizando o que em outro momento havia chamado de “análise selvagem” – aquela que se dá fora do vínculo transferencial – das resistências de seus oponentes. Kupermann afirma que as marcas deixadas por esse texto em relação às disputas no campo, dizem respeito

[...] ao tom beligerante e passional desse confronto, com o uso de ‘conhecimentos psicanalíticos’ entre as armas de acusação mútua, caracterizando um abuso da psicanálise, uma análise ‘selvagem’ praticada no interior do próprio meio psicanalítico; [...] ao próprio objetivo do confronto, a redefinição do que é e do que não é psicanálise, que, com a morte de Freud

– aquele que *sabia* a psicanálise – passará a ser a luta pelo status de herdeiro legítimo de seu legado. (KUPERMANN, 1996, p. 25)

Vemos assim que, diferentemente de outras áreas do conhecimento, os desenvolvimentos em psicanálise, historicamente, devem passar pelo crivo de filiação ao pensamento freudiano para poderem ser considerados internos ao próprio campo. Nesse sentido, a Associação, segundo Kupermann, seria a concretização do desejo de Freud de organizar “a *economia* e a *dinâmica transferencial* do mundo psicanalítico de então, que girava em torno dele” (1996, p. 21), possuindo a autoridade para dizer o que é e o que não é psicanálise a partir de seus critérios.

Após as dissidências de Adler e Jung, assim como de Rank e outros, este papel foi ganhando cada vez mais importância dentro do meio psicanalítico internacional, de maneira um tanto hegemônica até as críticas de Lacan na década de 60. Acrescentamos ainda que, sendo a psicanálise relativamente autônoma em relação a outras práticas clínicas, o processo de titulação ou obtenção de um status profissional de psicanalista varia de país para país, ficando muitas vezes a cargo de outros conselhos, como de psicólogos ou médicos, a legitimação de seu exercício frente ao Estado.

Como discutido no Capítulo II, essa organização específica do campo psicanalítico teve consequências significativas para a forma que sua historiografia assumiu e carrega traços de suas origens, como os mencionados acima. Dadas essas considerações, se pensarmos a trajetória institucional de Horney, veremos que também nesse aspecto a psicanalista ocupava um lugar vulnerável diante da comunidade.

Supomos que isso se deu não apenas pelo conteúdo de seus questionamentos, mas também devido à forma como fazia referência à comunidade analítica neles. Karen Horney apresentava um estilo de escrita bastante independente – nos seus textos a autora fez referência não apenas a Freud, mas também a Ferenczi, Abraham, Rank, Groddeck, Deutsch, Klein, Josine Müller e posteriormente a Fromm, Sullivan, Blitzzen e Thompson, entre outros. E estes são apenas alguns colegas psicanalistas, mas estes não eram exclusivas em sua teorização, já que ela também lançava mão de achados de profissionais de outros campos como a sociologia, antropologia, filosofia e outras especialidades médicas. A autora, ao longo de sua obra tece tanto elogios como críticas a todos esses autores, demonstrando sua liberdade de pensamento – ao que Quinn (1987) se refere no título de uma das biografias da autora⁴⁶ - e uma disposição antidogmática.

⁴⁶ O título da biografia é *A mind of her own: the life of Karen Horney*.

Mas essa disposição provavelmente não a ajudou a construir uma rede sólida de aliados dentro do mundo psicanalítico, com seus jogos transferenciais de filiações e rupturas. Karen interessou-se pela psicanálise enquanto ainda estudava medicina, sendo provavelmente esse contato que a fez especializar-se em psiquiatria (QUINN, 1987). Em 1910, ela iniciou sua análise pessoal com Abraham, então o único analista alemão, que havia chegado a Berlim em 1907, sem pacientes ou emprego, em uma Alemanha altamente resistente à psicanálise, contando apenas com as indicações de Freud e de Hermann Oppenheim – psiquiatra judeu, que era seu parente por matrimônio – para iniciar sua prática. Pouco menos de três anos depois, Karen chega à sua clínica. Sobre esse momento, lemos numa carta de Abraham a Freud:

Comecei quatro novos tratamentos em rápida sucessão, três deles de uma forma muito estranha. Um de seus ex-pacientes - acho que o nome dele é Rudolf Foerster - introduziu a análise aqui para um pequeno círculo de neuróticos. Desse círculo chegou primeiro uma jovem muito inteligente [esta seria Karen], que está se recuperando muito bem no tratamento, e logo mandou sua melhor amiga [Idchen]; então, há alguns dias, ela enviou outro amigo que certa vez conversou sobre tratamento com você em Viena. Seu nome é Müller[-Braunschweig], e ele é notável por seu cabelo loiro germânico. (ABRAHAM, 1910, p. 109)

Horney não apenas levou seus amigos até a análise, mas se dedicou intensamente ao processo, como era de seu feitio, havendo várias entradas em seu diário sobre as sessões ou insights que tinha fora delas (Horney, 1980). Mas seu primeiro texto psicanalítico foi escrito apenas sete anos depois e teve como tema a técnica; apesar de claramente freudiano, e de nele Horney tomar o lado de Freud diante das teorias de Adler e Jung, não demoraria muito no decorrer de sua obra para que a autora começasse a questionar alguns preceitos freudianos mais convencionais (QUINN, 1987). Diferentemente de seu primeiro analista, ortodoxo e cauteloso, Karen não parecia muito interessada em estabelecer com Freud ou com qualquer de seus discípulos uma relação livre de conflitos.

Mas, se podemos dizer que Abraham era um “conformista”, no sentido de não questionar as proposições do mestre e se mostrar altamente sensível a desenvolvimentos teóricos que ameaçavam a “integridade” da psicanálise, também podemos dizer que ele foi responsável pela iniciação de grandes nomes na psicanálise, inclusive dissidentes, como Horney e Klein (Mezan, 1999). Foi, por exemplo, Abraham que deu início – talvez inadvertidamente – ao debate sobre a feminilidade, com seu texto de 1920, e foi também um dos pioneiros a se atentar para a psicose e a melancolia, considerando as fases pré-genitais do desenvolvimento psicosssexual na constituição dessas patologias (Jones, 1926). Tanto Horney como Klein apresentam em suas teorias heranças do pensamento abrahaminiano, como a priorização da parcialidade das pulsões

e o desenvolvimento das relações com os objetos, além da ideia de um conflito interno à própria libido (MEZAN, 1999), que, podemos pensar, foi a base da crítica horneyana à noção de pulsão de morte.

Sua análise com Abraham certamente a influenciou não apenas em termos pessoais, mas também teóricos e institucionais; no entanto, Karen incomodava-se com o método ortodoxo que muitas vezes deixava o paciente sozinho com os problemas que havia descoberto sobre si, o que pode ter sido o motivo de seu abandono do primeiro tratamento (Horney, 1980). Como sugere Schoonheten (2016) na biografia de Abraham, nesse início da prática psicanalítica, quando ainda havia poucos desenvolvimentos sobre a técnica, ele parecia acreditar que o tratamento não devesse demorar mais do que alguns meses, e se resumia a primeiro descobrir o que estava errado e depois lidar com a resistência do paciente; a ideia de perlaboração ainda demoraria quatro anos para ser assumida como fundamental na terapêutica (FREUD, 1914). Curiosamente – ou não – a técnica seria um dos grandes temas que Horney abordaria ao longo de sua carreira, inclusive em seu primeiro artigo psicanalítico (HORNEY, 1917).

Entre os anos de 1910 e 1920, Horney dedicou-se ao estudo e à prática da psicanálise em sua clínica particular, sendo também um membro assíduo e ativo nos seminários de Abraham (QUINN, 1987). Ao que tudo indica, ela era bastante admirada entre amigos e colegas; sendo que durante esses anos, ela recebeu Hug-Hellmuth em casa quando esta foi a Berlim para oferecer um curso sobre psicanálise de crianças (Abraham, 1920a); participou da criação do famoso Instituto de Berlim, ao lado de Max Eitingon e Karl Abraham em 1920 – foi a primeira secretária e tesoureira do grupo e uma das responsáveis pela estruturação da formação dos novos analistas (QUINN, 1987).

Em 1920, retomou a análise, mas agora com Hanns Sachs, que era apenas três anos mais velho que ela e provavelmente menos experiente; não há relatos sobre essa análise, e ela tampouco parece ter sido de grande importância para a autora (QUINN, 1987). Uma carta de Abraham para Freud sugere que talvez Karen tenha sido uma das médicas analisadas enviadas a Sachs por questões políticas – já que ele havia mudado para Berlim no mesmo ano e precisava de pacientes para manter-se lá (ABRAHAM, 1920b).

Nessas correspondências, vemos Abraham referir-se sempre elogiosamente a Karen, apesar de mencioná-la poucas vezes em comparação a Eitingon e Sachs, que faziam parte do mesmo grupo (ABRAHAM, 1920a, 1920b). Em uma dessas cartas (ABRAHAM, 1925), por exemplo, o psicanalista alemão menciona que, após dezessete anos de trabalho em Berlim, havia sido chamado pela primeira vez a falar em uma sociedade médica, o que, segundo ele,

poderia facilitar a aceitação da psicanálise entre os colegas da classe⁴⁷; porém, não se lembra ou deixa de comentar que o primeiro texto de Horney, publicado oito anos antes, havia sido apresentado justamente em uma dessas sociedades, de Sexologia, e talvez tivesse sido esse um dos primeiros passos para esse movimento de reconhecimento, e não o seu convite realizado apenas em 1925. Freud tampouco faz qualquer menção à autora ou ao seu trabalho lido no Congresso de 1922, em mesa presidida por ele, mesmo tendo sido ele próprio a encorajar Abraham a publicar o texto sobre o complexo de castração nas mulheres, que deu início ao debate sobre a feminilidade, alguns anos antes (FREUD, 1920).

Nos anos que se seguiram, Horney continuou bastante envolvida com o instituto, dando aulas e realizando análises didáticas, mas levaria mais alguns anos para publicar seu próximo trabalho polêmico, “A fuga da feminilidade” (1926/1991). É significativo, no entanto, que esse texto tenha sido publicado no ano seguinte à publicação de “Algumas consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos” (Freud, 1925) e logo após a morte precoce de Abraham.

A morte de seu mentor, que à época era presidente da IPA, significou a perda de um vínculo institucional importante para Karen, mas ela parece ter se sentido mais livre para expor suas críticas abertamente. Em uma carta a Groddeck, chega a comentar que “originalmente havia escrito de modo mais agressivo [no artigo ‘A fuga da feminilidade’], mas já que não sou um Groddeck – e meu trabalho é para a *Festschrift* para Freud – eu segui o conselho de Eitingon e ‘medi minhas palavras’” (HORNEY, apud RUBINS, 1978, p. 112). Aparentemente, no entanto, apenas “medir suas palavras” não seria suficiente para evitar conflitos ou mal entendidos.

Nos próximos anos, seria o cauteloso Eitingon a presidir a Internacional, enquanto Berlim continuava sendo o centro mais importante do movimento psicanalítico, atraindo analistas de todo o mundo, o que possibilitava a Karen expandir seu círculo de contatos. Mas Quinn (1987) afirma que nessa época a autora já começava a ser associada a questões polêmicas, uma vez que, como comentado, seus escritos questionavam algumas premissas freudianas e já passavam a considerar fatores culturais na subjetivação.

⁴⁷“In all my 17 years of work in Berlin, no medical society has ever asked me to speak on $\Psi\alpha$. I have now been invited, and have accepted the invitation, to speak to the Berlin Society for Gynaecology and Obstetrics on 13 March. Subject: “ $\Psi\alpha$ and Gynaecology”. If the paper meets with a favourable reception, this will have a very positive effect, since other specialist medical societies will follow suit, and then a first official recognition of $\Psi\alpha$ in Germany will have been achieved”.

Apesar de não estar isolada da comunidade analítica, Horney também não parecia estar absolutamente integrada a ela; no Congresso Internacional de 1927, por exemplo, ocorrido em Innsbruck, Ernst Jones irá apresentar seu texto “O desenvolvimento inicial da sexualidade feminina”, no qual cita a autora diversas vezes, acompanhando sua diferenciação entre a inveja do pênis primária e secundária, que ele chamou de pré e pós-edípica, e também aceitando a proposição de que a psicanálise teria um viés masculino (Jones, 1927). No entanto, o autor em sua elaboração não parece dar a devida importância para as sensações vaginais no desenvolvimento psíquico e, assume que a identificação defensiva com o pênis/castração é “fenômeno universal” (p. 469), erroneamente atribuindo essa observação a Horney, que apenas um ano antes havia escrito que

Segundo minha teoria do desenvolvimento feminino, sou obrigada a considerar estas fantasias [de castração nas meninas] também como formação secundária. Descrevo da seguinte maneira sua origem: quando a mulher se refugia num papel masculino fictício, sua ansiedade genital feminina é de alguma forma traduzida em termos masculinos – o medo do ferimento vaginal torna-se fantasia de castração (Horney, 1926, p. 65)

Fenichel (1930) de maneira semelhante, não irá rebater os achados de Karen, mas dirá que eles não contradizem a assunção freudiana de que a menina atribui à mãe a ausência do pênis em si mesma, voltando, por isso, seu desejo ao pai. Além disso, atribui a Jones o mérito de distinguir a inveja do pênis mais primordial e a que se desenvolve mais tarde enquanto defesa (FENICHEL, 1930). Em suas *rundbriefs*, que começam em 1934, percebemos que o autor adota um tom agressivo sempre que se refere a Horney, inclusive ironizando o comportamento sexual da autora, ou como ele coloca, sua *Fortpflanzungstrieb* (pulsão de reprodução), e seu posicionamento feminista (FENICHEL, 1998[1934], p. 60).⁴⁸

Assim, após um período conturbado em sua vida pessoal, não tendo sua teoria devidamente reconhecida e, provavelmente, sem grande apoio em seu círculo, Horney irá aceitar o convite de Franz Alexander para ser diretora-associada do recém-criado Instituto de Chicago (RUBINS, 1978). Os dois já haviam lecionado cursos juntos, enquanto membros da Comissão de Formação de Berlim (1930)⁴⁹, e Alexander parece ter tido uma excelente impressão de Karen (ALEXANDER, 2015).

Mas a situação em Chicago não seria exatamente pacífica e colaborativa, tendo em vista que já ao fim de seu primeiro ano de existência, discordâncias entre Franz Alexander e Lionel Blitzsten, então Presidente do Instituto, levaram a uma intervenção institucional da *American*

⁴⁸ “Und Frau Horney ist in Chicago von ihrem ›Fortpflanzungstrieb‹ und ihrer frauenrechtlerischen Art nicht abgekommen”. (p. 60, 1998[1934])

⁴⁹ Report of the International Training Commission.

Psychoanalytic Association na organização (Rubins, 1978). Até a chegada de Alexander, Blitzsten era o único psicanalista na região Oeste do país, tendo exercido um importante papel na institucionalização da psicanálise; os desentendimentos entre os dois começaram devido às tentativas de Alexander em encurtar o tratamento psicanalítico, bem como às mudanças que ele vinha propondo na estrutura do Instituto, para conceder mais responsabilidades clínicas aos analistas ainda em formação, como realizar supervisões ou atender casos com foco na pesquisa em psicanálise (RUBINS, 1978).

Apesar de tentar não se envolver nessas questões político-institucionais, Karen simpatizava mais com as ideias de Blitzsten, o que os levou a uma aproximação natural; ele inclusive foi o responsável por apresentá-la ao psiquiatra norte-americano, Harry Stack Sullivan, que teria grande influência em seu futuro trabalho (Quinn, 1987). Mas estas não eram as únicas questões que tumultuavam as Sociedades estadunidenses. Como abordado no Capítulo II, a questão da análise leiga teve importantes consequências na forma que a psicanálise assumiu nos Estados Unidos e já perturbava a relação entre a IPA e a Sociedade de Nova York – a primeira do país - muito antes da criação da Comissão Internacional de Formação (*International Training Commission* – ITC) no Congresso de 1925, em Homburg (SCHRÖTER, 2008).

Com a expansão da psicanálise pelo mundo e especialmente de sua aplicação terapêutica, debates sobre a formação dos analistas foram ganhando cada vez mais espaço na comunidade. Em 1927, Freud convocou os analistas de todo o mundo a se posicionarem em relação à análise leiga, ditando, em certa medida, o foco da problemática sobre o treinamento de analistas; Eitingon, criador e chefe da ITC, estava mais interessado em difundir o modelo criado no Instituto de Berlim, certificando-se que em toda a comunidade internacional vigorasse o padrão da formação tripartite: análise pessoal, estudo teórico e supervisão (SCHRÖTER, 2008).

Mas tendo sido a psicanálise introduzida nos EUA por médicos psiquiatras como A. A. Brill, William A. White, Smith Ely Jelliffe, a psiquiatria naquele país⁵⁰ aderiu mais rapidamente à teoria psicanalítica do que no continente europeu; assim, a associação entre psicanálise e psiquiatria parece não ter sido tão questionada e muito menos indesejada. Na verdade, a *American Psychoanalytic Association* (ApsaA), criada apenas um ano depois da IPA e com Jones como seu primeiro secretário⁵¹, em seus primeiros anos, era de tal forma próxima

⁵⁰ Ao menos nos grandes centros como Nova York, Chicago, Boston e Washington, pois dada a extensão e diversidade presente nas práticas médicas nos EUA, dificilmente poderíamos fazer uma afirmação generalista nesses termos.

⁵¹ Jones viveu entre os anos de 1908 e 1913 em Toronto, no Canadá, e foi extremamente importante na constituição da ApsaA.

a outros campos da medicina que chegou a considerar-se sua fusão com a *American Psychopathology Association* (ApsaA Bulletin, 1938).

Em solo americano, a questão da análise leiga só passou a ser realmente um problema após a imigração massiva de analistas do velho mundo a partir da década de 30, já que muitos não possuíam formação em medicina. Em 1932, com Jones na presidência da IPA, a ApsaA ganhou o estatuto de federação, reunindo os Institutos de Nova York, Chicago e Washington-Baltimore (FREUD, A., 1933) e, com isso, ainda mais autonomia para lidar com a política de reconhecimento de analistas leigos.

Em 1933, Horney foi eleita para compor os comitês de regulamentação de filiação e de certificação da ApsaA, junto com Blitzsten, Sullivan, Rado, Abraham Kardiner e Silverberg e aceitou o convite para lecionar na Sociedade de Washington-Baltimore, o que a afastou ainda mais de Alexander (Rubins, 1978). Para além das diferenças teóricas, aparentemente o que abalou a relação de Horney e Alexander foi da ordem da afetividade, seguindo a tradição psicanalítica. Como Quinn aponta, os papéis que ocupavam no Instituto de Chicago, diferentes daqueles que exerciam em Berlim, provavelmente tiveram alguma influência, já que agora “Alexander não era mais um iniciante e Horney não era mais uma excluída. Eles representavam o sistema, a voz da psicanálise. E talvez mais importante, Alexander era agora o chefe de Horney” (QUINN, 1987, p. 252). Na biografia do psicanalista húngaro, sua neta⁵² afirma que “Alexander futuramente escreveria a Freud dizendo que este último estava certo, que ela [Horney] era impraticável⁵³ e que havia sido um erro convidá-la para Chicago” (ALEXANDER, I., 2015, p. 74).

Ao mesmo tempo, no entanto, Horney começava a criar inimizades com alguns integrantes do grupo de Nova York, como Sándor Radó. No seu artigo apresentado na reunião da ApsaA em 1933, “O masoquismo feminino”, a autora critica os últimos estudos dele e Deutsch sobre o assunto, focando nos aspectos “epidemiológicos” das suposições dos autores (Horney, 1991[1935]). A crítica ao trabalho de Deutsch direciona-se mais aos saltos especulativos que a autora dá em sua teorização, enquanto que no trabalho de Radó ela observa a patologização da sexualidade feminina promovida pelo autor ao considerar, de maneira semelhante a Freud, que a descoberta do pênis anula o prazer na masturbação clitoridiana. Apesar de considerar as diferenças entre as proposições de ambos, o que a autora parece querer explicitar nesse trabalho é como as teorias psicanalíticas, ao não se atentarem para as

⁵² baseada em uma entrevista não publicada do avô com K. Eissler mantida na Biblioteca do Congresso em Washington,

⁵³ No original, *unworkable*

disposições culturais e se recusarem a pensar o desenvolvimento da menina em seus próprios termos, não como complementar ao do menino, estavam contribuindo para a reprodução de ideologias patriarcais (HORNEY, 1991[1935]).

No entanto, estando Radó presente na reunião, a apresentação de Karen parece ter gerado uma grande turbulência, e o confronto de ideias entre os dois virou um “espetáculo desagradável” (BRILL apud QUINN, 1987, p. 271) com graves consequências. De acordo com Quinn, em 1934:

Como A. A. Brill reportou a Ernest Jones em Londres, Rado estava determinado a impedir o reconhecimento oficial do grupo de Baltimore-Washington, enquanto que “os americanos’ de Baltimore-Washington e alguns de nosso próprio grupo estão falando seriamente sobre tomar medidas para que Rado seja deportado. Eu não os estou levando muito a sério, mas o sentimento contra ele é muito forte”. (QUINN, 1987, p. 272)

Acreditamos que esse momento na vida institucional da autora seja absolutamente relevante para compreendermos como, a partir de então, seu lugar na comunidade analítica foi cada vez mais marginalizado. Nessa época, Blitzsten já havia abdicado de sua posição no Instituto, e, se, de um lado, Alexander considerava que era o ressentimento que Horney nutria contra Freud que a fazia desmerecer suas contribuições fundamentais (ALEXANDER, 1961/2012), por outro, o grupo de analistas marxistas de que Radó fazia parte também parece ter ficado extremamente incomodado com as tendências feministas da autora (FENICHEL, 1934). Como agravante de toda essa situação, havia rumores de que Horney havia seduzido um candidato do Instituto de Chicago, o que tornava sua permanência lá ainda mais problemática (Quinn, 1987).

A escolha para ir para Nova York, apesar dos desentendimentos com Radó – que tentava convencer Brill de não a aceitar na Sociedade –, provavelmente se devia à presença de Clara Thompson, Erich Fromm e Sullivan na cidade (QUINN, 1987). Horney e Fromm haviam se conhecido em Berlim, mas em Chicago tornaram-se mais próximos, desenvolvendo uma relação amorosa além de intelectual; Thompson, assim como ela mesma, demonstrava interesse em compreender os efeitos culturais no desenvolvimento das meninas e das teorias psicanalíticas sobre elas; e Sullivan já se mostrava um excelente parceiro para discussões sobre antropologia e sociologia (RUBINS, 1978).

Mas o Instituto de Nova York também estava dividido, pois, se antes haviam convidado Radó para cuidar das análises didáticas e estruturar a formação na entidade, considerando sua posição contra a análise leiga, agora havia um incômodo crescente com a presença de analistas europeus que se colocavam como herdeiros diretos do pensamento freudiano, acreditando que

os americanos iriam distorcer a psicanálise (QUINN, 1987). Apesar de o desejo de independência da APsaA em relação à IPA ser antigo e girar em torno, essencialmente, da questão da aceitação de candidatos não-médicos, a Associação Americana tinha tido relativo sucesso em impedir a prática de analistas leigos (SCHRÖTER, 2008). Com o enrijecimento das condições para a profissionalização em 1910 após o Relatório Flexner⁵⁴, a classe médica nos EUA encontrava-se particularmente sensível a críticas quanto à legitimidade de sua prática e buscava eliminar suspeitas de charlatanismo diante da sociedade (YODER, 2012).

Sendo assim, a incorporação da psicanálise à psiquiatria no país foi uma das formas encontradas para sustentar a validade e licitude de ambos os campos, mesmo contra a vontade de Freud e da ITC de forma geral (SCHRÖTER, 2008). No Congresso Internacional de Lucerne, em 1934, o problema foi colocado explicitamente pelos representantes da APsaA:

O Dr. Lewin, presidente do Comitê de Treinamento de Nova York, destacou que em Nova York eles não tinham que lutar contra meros decretos legais obsoletos que não seriam cumpridos, mas com a mais severa e vigorosa ação por parte das autoridades. Se candidatos leigos fossem admitidos, o resultado seria o fechamento do Instituto e a perseguição aos membros da classe médica que os encorajaram. Dr. Menninger, Presidente da Sociedade de Chicago e Dr. Alexander, Diretor do Instituto de Chicago, afirmaram que a posição nesses locais era a mesma. (GLOVER, 1934, p. 245)

Radó, que até então era Presidente da ITC, renunciou ao posto e à tentativa de centralização do poder de decisão na Comissão, apresentando no próximo Congresso, em Marienbad, uma resolução do Instituto de Nova York que sugeria a dissolução da Comissão, substituindo-a por conferências informais, sem autoridade própria (SCHRÖTER, 2008). Porém, outros representantes do Instituto presentes no Congresso, C. P. Oberndorf e A. A. Brill, afirmaram que aquela não era uma posição oficial da entidade – apesar de haver provas de que ambos sabiam da resolução e que esta havia realmente sido votada no Instituto –, levando outros membros da IPA, como Anna Freud e Eitingon, a acreditarem que aquela era uma opinião pessoal de Radó (SCHRÖTER, 2008). Isso, no tentando, não impediu que a ApsaA obtivesse o direito ao veto quanto às decisões da IPA no que dizia respeito às sociedades americanas.

Assim, durante o que Jones (1934) chamou de “Guerras Cívicas Psicanalíticas”, muita tensão surgia entre os membros das instituições estadunidenses e em relação aos membros da

⁵⁴ Para mais informações sobre o Relatório, indicamos a leitura de *Lay Versus Medical Analysis: a Conflict Centered on the Disciplinary and Professional Identity of Psychoanalysis* (Yoder, 2012)

europeus da IPA. Com a morte de Freud e o ultimato da ApsaA contra a análise leiga em 1938, a IPA perdeu definitivamente o controle sobre a federação americana (SCHRÖTER, 2008)

Nessa época, a relação de Horney e Fromm havia se fortalecido, e suas trocas intelectuais eram explícitas, seja por citações diretas que um fazia ao outro em seus artigos ou no compartilhamento de referências comuns (QUINN, 1987). É curioso lembrar que Fromm era um analista leigo, que praticava psicanálise nos EUA, e Horney havia indicado sua filha, Marianne, que então fazia residência em psiquiatria na *Payne-Whitney Clinic*, em NY, para realizar uma análise didática com ele (PARIS, 1991). Horney (1927) afirmando que psicanalistas não-médicos não deveriam ter o mesmo treinamento e realizar as mesmas práticas dos clínicos, por algum motivo, sustentava uma posição diante das instituições psicanalíticas diferente daquela que adotava em sua vida particular.

Algo semelhante ocorreu quando Kubie, então presidente da *NY Society*, convidou Karen para fazer parte do comitê para lidar com questões relativas à chegada de mais refugiados nos EUA com o agravamento da II Guerra, o que ela recusou (RUBINS, 1978). Talvez a decisão se devesse a já estar envolvida em outras iniciativas, como o *American Committee for the Protection of the Foreign-Born*, o *Jewish Family Service* e o *National Refugee Service* atendendo refugiados e mobilizando políticos em seu favor (QUINN, 1987). Mas certamente sua rejeição não causou uma boa impressão no NYI e, somada às publicações de *A personalidade neurótica de nosso tempo* (1937) e depois *Novos caminhos em Psicanálise* (1939), tornou Horney um membro indesejado no Instituto.

Nos anos que se seguiram, Kubie realizou esforços para retirar os cursos de Horney do Instituto e, mesmo com a oposição de alunos e alguns membros importantes do Instituto, como David Levy, em 1941 o Comitê Educacional, com a liderança de Zilboorg, votou pelo rebaixamento de Karen da posição de Instrutora para a de Professora, retirando suas funções de supervisão e análise didática (Rubins, 1978). Susan Quinn (1987) faz uma análise cuidadosa deste momento na vida institucional da autora, levantando cartas de alunos e integrantes do NYI, e busca demonstrar, com sucesso a nosso ver, que havia um clima de intimidação de alunos na instituição para que não escrevessem trabalhos nem escolhessem analistas e supervisores que não se conformavam com as ideias freudianas, sob o risco de não obterem os créditos necessários à conclusão da formação ou não serem aceitos como membros do Instituto.

Seguindo novamente a tradição psicanalítica, a disputa sobre a teoria de Horney ser ou não parte da psicanálise data dessa época e fica bem explícita na carta de Fritz Wittels envia para membros da Sociedade de NY

Alguns de nós ficaram com a impressão de que a Dra. Horney não foi sincera conosco. Será que ela achava que ainda não havia chegado o momento de esmagar a psicanálise de Freud em seu próprio reduto [isto é, o Instituto de Nova York]? A questão é Freud ou não Freud. Está de acordo com a ética científica ainda chamar uma teoria e uma prática de psicanálise depois de tê-la despojado de seus fundamentos?⁵⁵ (WITTELS, apud QUINN, 1987, p. 338)

Com seu rebaixamento de cargo e o clima de inimizade no NYI, Karen e Thompson – que era igualmente atacada dentro do Instituto – renunciaram à filiação na organização e decidem formar a *American Association for the Advancement of Psychoanalysis*, junto com Fromm e Sullivan (RUBINS, 1978). Talvez Horney sequer soubesse da dimensão do incômodo que causava nos círculos psicanalíticos, mas as *rundbriefs* de Fenichel nos apresentam uma boa ideia do que se passava nos bastidores da oposição contra Horney e nelas lemos:

Além disso, a revisão da *Self-Analysis* de Horney (90, 17) também não tem destino: Menninger, que primeiro me parabenizou por esta “crítica extremamente fina e excelente”, teve que me dizer mais tarde que a *Nation* preferia ter esse livro revisado por um não analista; mas ele, Menninger, pediria ao *Psychoanalytic Quarterly* que o publicasse. A recusa do *Psychoanalytic Quarterly* veio na forma de uma carta de Zilboorg: “Lamento que sua resenha do livro de Horney não possa ser publicada no *Quarterly* porque já havia sido atribuída a outra pessoa. É claro que poderíamos publicar sua crítica ao mesmo tempo, mas decidimos que esse maldito livro deveria receber o mínimo de destaque possível. Horney é um incômodo, mas devemos nos comportar como se ela não fosse um incômodo importante. [...] Prefiro olhar para ela como uma daquelas mulheres que não conseguem envelhecer graciosamente e que simplesmente abandonam a análise com um toque de falta de tato”. Infelizmente, as críticas estúpidas da psicanálise que mais tarde se revelaram fatais, muitas vezes foram consideradas ‘sem importância’. (FENICHEL, 1998[1942], p. 1665)

E ainda

Em uma investigação sobre se a *Psychoanalytic Review* estaria interessada em uma revisão crítica de *Self-Analysis* de Horney, o velho Jelliffe escreveu a seguinte bela resposta: “Nós já batemos em Horney quase o suficiente – mas se ela precisar de mais, nós o daremos”. (FENICHEL, 1998[1942], p.1675-6)

Aparentemente, Karen Horney desde sua experiência no Instituto de Berlim, não foi mais capaz de estabelecer-se solidamente em nenhuma instituição psicanalítica. E mesmo a instituição que fundou não esteve livre de dissidências e cisões. Dois anos depois, conflitos entre ela e Fromm, assim como pressões de instituições médicas parceiras do instituto, fizeram com que ela trouxesse à tona novamente a questão da análise leiga, votando com seu grupo a favor da saída de Fromm da Associação (RUBINS, 1978). Frosch (1991) sugere que Sullivan

⁵⁵ Letter from Fritz Wittels to the president of the New York Psychoanalytic Society, March 13, 1940; copies sent to all members of the society: Brill.

pode ter influenciado no acirramento do conflito, visto que ele mesmo estava insatisfeito com a dominância de Karen na organização e queria atrair Thompson e Fromm para formarem outro instituto; o que se concretizou com a inauguração em 1943 do William Alason White Institute.

No ano em que Horney foi rebaixada de sua posição, o mesmo aconteceu com Rado. Então, ele e Kardiner acabam deixando o NYI por também discordarem da postura da organização quanto ao julgamento da postura antiética de Zilboorg, que estava sendo investigado por ter se aproveitado de um paciente que, fragilizado por causa de seu alcoolismo e possuindo muito dinheiro e influência, havia concedido pedidos abusivos por parte do analista (FROSCH, 1991). Após isso, e com apoio de Alexander, eles juntaram-se ao Departamento de Psiquiatria da Universidade de Columbia, conseguindo que a Associação de Psicanálise e Medicina Psicanalítica sido reconhecida pela APsaA em 1946 (FROSCH, 1991).

A partir dos arquivos e documentos aos quais tivemos acesso, algumas inferências podem ser feitas, principalmente se os considerarmos em conjunto com os textos publicados pelos autores em questão. Desta forma, vemos a interação entre fatores afetivos, teóricos, político-institucionais e culturais funcionando na constituição da história de Horney e da psicanálise.

Kupermann (1996), em sua análise institucional da psicanálise, aponta para uma dimensão delicada em nosso campo: a linha tênue que separa o fazer científico do desejo do cientista. Segundo o autor, as questões transferenciais se mostraram fundamentais e fundantes da institucionalização da disciplina (KUPERMANN, 1996). No mesmo sentido, a filha do meio de Horney, a também psicanalista Marianne Eckhardt (1978), afirma que as cisões organizacionais são um fator constitucional, genético, inerente à psicanálise. Acreditamos que a história de Karen Horney revela essa dimensão de maneira paradigmática.

Sam Slipp (1999) escreve sobre as exclusões da APsaA terem assumido a forma de *Todschwigen*, a morte pelo silêncio, visto que vários membros da associação sequer reconheciam a existência dos grupos dissidentes. Segundo o autor, em 1998,

[...] a Sociedade Psicanalítica de Nova York realizou uma conferência [...] sobre a influência da cultura no desenvolvimento da personalidade. Nenhuma menção de um pedido de desculpas a Karen Horney por seu trabalho inovador sobre a importância da cultura foi feita naquela reunião. Karen Horney e a Academia [Americana de Psicanálise] ainda não existiam naquela reunião. A *Todschwigen* persistiu. (SLIPP, 1998, p. 506)

No entanto, a associação criada por Horney, assim como o White Institute e muitos outros, existem até hoje na cidade de NY, da mesma maneira que o *American Journal of*

Psychoanalysis, criado no mesmo ano. Giselle Galdi, diretora da associação criada por Karen, afirma, porém, que apenas em 2016 ela foi formalmente reconhecida pela APsaA.

A partir dessas considerações, acreditamos ser possível afirmar que não apenas Horney, mas outros autores e autoras que muito contribuíram para o desenvolvimento da psicanálise nos mais diversos campos, foram vítimas – e às vezes perpetradores – de desmentidos nas disputas institucionais em que estavam envolvidos. No caso de Horney, o desconforto começou com suas contribuições ainda na década de 1920, devido aos questionamentos quanto à feminilidade, os quais, ao que tudo indica, foram o principal motivo para sua saída de Berlim; nem Freud nem seus colegas mais próximos pareciam reconhecer sua denúncia quanto à insistência dos psicanalistas a se recusarem a compreender as mulheres em seus próprios termos. Essa recusa parece ter sido fundamental para a mudança nos escritos da autora, com o abandono do tema da feminilidade, em favor de publicações que tratavam o adoecimento psíquico em sua estreita ligação com os aspectos da cultura que o determinava.

Além de a atacar, afirmando que suas elaborações não faziam mais parte do campo da psicanálise, como Wittels, a comunidade também minimizava suas contribuições, dizendo que não representavam inovações em relação às de Freud, como Zilboorg e Fenichel sugeriram. Supomos que esse não reconhecimento da autora está, em grande parte, ligado à misoginia presente em seus círculos, apesar de não ser, claramente, o único fator atuante. Dottin-Orsini, em seu livro *A mulher que eles chamavam de fatal*, busca demonstrar como a mulher é retratada no *fin de siècle* nas obras literárias, visuais e mesmo científicas da época. A autora constata a construção de uma “mitologia da feminilidade” (p. 15) a partir de reiteradas associações nos mais diversos campos da figura da mulher com o perigo, a imoralidade e à morte e que nos fazem pensar em seus efeitos materiais na vida das mulheres (DOTTIN-ORSINI, 1996).

Se dizemos que a transmissão e a institucionalização da psicanálise são fortemente determinadas por aspectos transferenciais inconscientes, parece-nos impossível que esse grau de misoginia na cultura não se faça presente também nesses processos. Assim, a interpretação que propomos é que, sendo Horney uma mulher que buscava dar o testemunho da violência de gênero na cultura, em suas diversas modalidades, inclusive por meio da psicanálise, teve esse testemunho desmentido, seja pelas reiterações de Freud quanto ao desenvolvimento feminino pautar-se na inveja do pênis, seja pelos comentários depreciativos de seus colegas em relação ao seu comportamento sexual e postura feminista.

Curiosamente, ou não, a própria Karen irá repetir essa recusa de reconhecimento em relação a Fromm em seu próprio instituto. Repetição que parece ser mais a regra do que a exceção na história da psicanálise.

4.3 O desmentido na historiografia psicanalítica – um campo clivado?

É interessante notar como a história da psicanálise está repleta de nomes marginais como o de Karen Horney. Tidos como loucos, acusados de “mal analisados”, relegados a planos secundários para dar lugar a protagonistas mais bem relacionados, dentre várias outras “justificativas”, psicanalistas como Ferenczi, Rank, Spilrein tiveram sua participação fundamental na construção da psicanálise apagada da história oficial.

Em outro trabalho tivemos a oportunidade de discutir como esses dispositivos de poder da instituição psicanalítica atuaram também na história da disciplina no Brasil, nos fazendo supor, inclusive, que “a narrativa e a história oficiais do movimento psicanalítico se constituíram a partir da exclusão de diferentes figuras, por diferentes motivos, constituindo uma verdadeira série de “saberes marginais” (AMORIM & MOREIRA, 2018, p. 22).

Pesquisadores que se debruçaram sobre essa história, como Cristiana Facchinetti (2003), Daniel Kupermann (1996) e Carmen Lúcia Valladares (2002), ajudam-nos a compreender que inúmeras versões podem ser extraídas dos mesmos fatos. Em psicanálise, isso se torna ainda mais importante, uma vez que diferentes matrizes do pensamento clamam para si – enquanto negam às outras – a legitimidade de sua herança freudiana (MEZAN, 2004). No entanto, o que cada vez mais as pesquisas em história da psicanálise têm nos mostrado é que não existe uma “psicanálise verdadeira” e que aquelas que assim se apresentam seriam as vencedoras dos jogos de poder engendrados durante o processo de constituição da história da psicanálise.

Mezan (2014), assim como Bourdieu (1990), convida-nos a ultrapassar nossas próprias preferências doutrinárias e institucionais para que possamos “levar a sério a ideia de uma história não enquanto sequência de percalços mais ou menos causais, referentes apenas ao movimento psicanalítico (cisões, divergências, emigrações por motivos políticos, etc.), mas enquanto *algo intrínseco ao desenvolvimento teórico* da disciplina fundada por Freud” (MEZAN, 2014, p. 24). Novamente, historicizar a psicanálise a fim de construir um saber acerca de suas origens e desenvolvimento para melhor apreender a teoria e fazê-la avançar.

Esta forma de abordar a história ajuda-nos, portanto, a compreender a importância de determinados “percalços” na construção da teoria psicanalítica. Percalços estes que por bastante tempo não foram considerados como constitutivos da psicanálise, mas antes excluídos ou marginalizados na historiografia psicanalítica. Esta, por sua vez, também durante bastante tempo, pareceu reafirmar o objetivo de Freud em “História do movimento psicanalítico” (1914b), qual seja, determinar o que é e o que não é psicanálise.

Mas quais são as consequências de o desenvolvimento psicanalítico ter se dado nesses termos? Mezan (2014) sugere que as cisões e as respectivas escolas ou instituições a que deram origem continuaram a se desenvolver, como ramos de um mesmo tronco, derivações da matriz freudiana que diferem da original em relação ao enfoque clínico, ao clima cultural em que se desenvolveram e à leitura que fazem de Freud.

Acreditamos, entretanto, que o autor é excessivamente otimista em sua tentativa de explicar tais desenvolvimentos como “ramos”, já que, pelo que a história da psicanálise nos mostra, ações individuais ou grupais levaram a algumas “podas” na árvore da psicanálise. O último capítulo de seu livro, no entanto, nos ajuda a compreender melhor as motivações de tais movimentos.

Retomando as considerações freudianas quanto ao estatuto de ciência da psicanálise, o autor nos apresenta uma justificativa em relação à postura de Freud quanto a inserir “sua” disciplina no campo das ciências naturais a partir da diferenciação na filosofia alemã entre explicar e compreender os fenômenos; diferença que essencialmente separava, respectivamente, as ciências da natureza das ciências humanas (MEZAN, 2014). Mezan (2014) argumenta que Freud insistia no estatuto da psicanálise como ciência natural, na medida em que utilizava o mesmo método desta última para suas investigações do psiquismo, rechaçando julgamentos de valor em relação às suas descobertas e acreditando haver um determinismo nas leis psíquicas; mas, principalmente, considerando que a psicanálise, assim como a Ciência, não se prestava a “corrigir erros nas teorias vigentes e propor outras melhores, mais próximas do que realmente é” (MEZAN, 2014, p. 548), ou seja, não coadunava com verdades absolutas.

Freud, aparentemente, não diferenciava as ciências humanas, na forma como eram especificadas, das *Weltanschauung* – visões de mundo, ideologias -, uma vez que utilizam o mesmo método compreensivo (em oposição ao descritivo) (FREUD, 1925c). A separação entre a pesquisa e a terapêutica da análise aqui é clara: Freud pretende explicar os fenômenos, por exemplo, da cultura, não os modificar. Diferentemente do que ocorre na psicanálise do sujeito, que tem por objetivo compreendê-lo e torná-lo mais apto para amar e trabalhar, por exemplo (MEZAN, 2014).

Mezan (2014) afirma sobre Freud, em *Totem e Tabu* ou nos artigos que se refere à homossexualidade: “nada encontramos dos juízos depreciativos [...] na época habituais sobre a inferioridade intelectual ou moral dos ‘primitivos’” (p. 560), talvez esquecendo-se do poder que as palavras têm. Freud podia sentir ojeriza quanto aos estudos das “ciências humanas” que tinham como objetivo demonstrar a superioridade do povo alemão, mas certamente não

considerava as mulheres ou os americanos na mesma qualidade de sujeitos que os homens europeus.

Sob essa perspectiva, as críticas de Karen Horney ganham ainda mais uma dimensão que as afasta de Freud. A autora, apesar de possuir provavelmente o mesmo – ou muito próximo – arcabouço filosófico de Freud, insistia na impossibilidade de se provar as inferências que seus colegas mais ortodoxos, incluindo o próprio Freud, faziam quanto à feminilidade, insistindo na não generalização das observações sobre, por exemplo, o masoquismo feminino ou o complexo de Édipo (Horney, 1933, 1926).

O que nos parece se repetir aqui é justamente o aspecto do desmentido que visa a recusar a vulnerabilidade de determinadas posições em relação a outras, desautorizando experiências pessoais em favor de proposições universais em prol de um ideal de ciência ou cultura. Horney (1935), por outro lado, atentava-se para tal ideal, considerando que, mesmo na cultura mais “evoluída”, havia ímpetos destrutivos e opressores.

Desta forma, acreditamos que uma forma mais coerente de entender a história da psicanálise não é através de uma metáfora naturalista, mas a partir da consideração das forças de poder, conscientes e inconscientes, que influenciam em sua construção.

5 ENCAMINHAMENTOS

É razoável supor que a atual legitimidade da psicanálise enquanto campo do saber e terapêutica possibilita revisões da teoria sem o antigo temor de desarticulação institucional. Além disso, a clínica, inclusive no seu sentido ampliado, englobando questões culturais e diferentes meios de inserção dos psicanalistas, parece ter motivado revisões na teoria da técnica e recuperações históricas como as apresentadas nesta pesquisa. Da mesma forma que Freud buscou responder às questões que se apresentavam em sua época, nós também, psicanalistas da atualidade, necessitamos de formulações novas para compreender o que se passa em nosso tempo.

O retorno de discursos que visam a desmentir o estado de vulnerabilidade de determinadas parcelas da população, aferrando-se a ilusões que negam a urgência ou mesmo a necessidade de mudanças em nossos modos de vida, longe de ser inédito na história, é o “estranhamente familiar” com que nos deparamos hoje. Para que nossa repetição seja minimamente original, portanto, é necessário repensar aquilo que gostaríamos de transmitir.

Assim sendo, não foi o intuito desta pesquisa elevar a teoria de Horney ao estatuto de verdadeira psicanálise, mas, sim, de restituir a ela seu lugar de direito na história desta disciplina, buscando ao mesmo tempo compreender quais foram os fatores que contribuíram para sua exclusão. Evidenciar, portanto, os achados de Horney a partir da compreensão do contexto em que se inseria parece-nos valioso do ponto de vista epistêmico, uma vez que abre a possibilidade – e curiosidade – de nos perguntarmos sobre as contribuições vindas de lugares ainda mais marginalizados. Afinal, Horney foi uma mulher branca, europeia, vinda de uma família que, embora não fosse abastada, também não apresentava riscos relativos à pobreza, tendo a oportunidade de cursar o ensino superior quando ainda poucas mulheres o faziam.

Em um contexto mais próximo ao nosso temos, por exemplo, a história de Virgínia Leone Bicudo, uma das primeiras psicanalistas do país que, sendo uma mulher negra, teve como um de seus primeiros trabalhos a investigação do preconceito de cor no Brasil a partir de um ponto de vista sociológico; o que não impediu que ela mesma fosse vítima de um processo de embranquecimento que se faz visível nas fotos e documentos a que temos acesso hoje (MAIO, 2010; GOMES, 2013). Ela é mais uma das mulheres esquecidas na história da psicanálise e teria, de fato, ao menos algumas de suas contribuições apagadas se não fosse o esforço de pesquisadoras como Janaína Gomes (2013) em recuperar sua trajetória.

A forma de retorno histórico a que nos propusemos nessa pesquisa nos parece mais coerente para a abordagem de uma discursividade que não vise uma pretensa verdade inquestionável de sua obra fundadora. Logo, para tratar desta historiografia em particular, interessou-nos mais a *escritura* - no sentido derridiano - da psicanálise, a qual remete à alteridade irreduzível também manifesta no conceito de inconsciente freudiano (BIRMAN, 2007), a fim de compreender o aconteceu nesse percurso que levou Karen Horney a tal lugar.

Como dito anteriormente, este movimento de recuperação de autoras e autores esquecidos ou marginalizados na história da psicanálise tem ganhado cada vez mais força na atualidade. Podemos considerar que tal movimento inicia-se com a recuperação das ideias de Ferenczi - personagem de suma importância na construção da teoria psicanalítica - na década de 80 e se estende até os dias de hoje. Podemos nos indagar acerca do início deste movimento e de suas consequências teóricas e políticas para a psicanálise. Ferenczi, que por tanto tempo foi considerado louco, atualmente é reconhecido em diversos meios como cocriador da psicanálise. Tomando esse reposicionamento do autor como uma provocação à historiografia psicanalítica, abre-se um caminho para que outros questionamentos possam ser colocados. Por quê Ferenczi? Por que agora?

O conceito de *Verleugnung* tem se mostrado extremamente valioso para a compreensão de como um acontecimento externo afeta a constituição intrapsíquica, a qual, por sua vez, contra atua na realidade externa. Em outras palavras, este conceito parece dar conta da complexidade das relações inter e intrapsíquicas, possibilitando a análise da influência de fatores sociais na instauração do trauma, seja no âmbito individual ou grupal. A teoria de Ferenczi nos ajuda a compreender a dinamicidade das relações entre o sujeito traumatizado e aquilo ou quem o traumatiza, e através dela foi possível o aprofundamento da análise do caso de Horney, dado o caráter altamente político das elaborações da autora, que, como demonstrado, causavam desconforto em alguns círculos psicanalíticos, gerando comentários misóginos e agressivos.

Acreditamos que também é possível e significativo resgatar Karen Horney para fazermos avançar a teoria psicanalítica. Testar outras perspectivas teóricas, inclusive metapsicológicas, é urgente para a psicanálise. Os problemas atuais, dentre eles os que tangem a percepção do lugar subjetivo de mulheres, mas também em termos intersubjetivos, não parecem ser contemplados pela teoria clássica, motivando estes resgates e reformulações.

Mas seria possível falar de uma psicanálise horneyana? Ou uma psicanálise feminista? Primeiramente, para complexificar um pouco mais a questão, acredito ser importante ressaltar que estudiosos do tema dividem a “psicanálise feminista” em dois ramos: o francês e o anglo-

americano (SCOTT, 1990; SOUZA LAGO, 2010; ZAKIN, 2011). Os questionamentos dessas vertentes, muito diferentes, com bases argumentativas diversas, foram realizados em relação à posição da mulher na teoria freudiana, o que em si já representa uma intervenção política na teoria.

A corrente francesa, de inspiração lacaniana, muito bem representada por Luce Irigaray e Julia Kristeva, teve importantes contribuições incorporadas à teoria freudiana, especialmente no que se refere à “problematização da dualidade e abrangência da distinção natureza/cultura e enfatizam a transformação de laços simbólicos” (ZAKIN, 2011, p. 31). Por outro lado, considera-se a corrente anglo-americana como descendente da teoria da relação de objetos com foco no laço pré-edípico entre mãe e criança, tendo como representantes Nancy Chorodow e Jessica Benjamin. Apesar de Horney jamais ter se considerado uma feminista, acreditamos que as elaborações da autora podem ser localizadas na “pré-história” dessa segunda vertente mas vai também além, visto que ela pensava o desenvolvimento psicosssexual como dependente do ambiente, tanto do ponto de vista do *socius* do sujeito, representado por sua família, quanto de uma perspectiva mais ampla que engloba os ideais culturais aos quais ele está submetido. Similarmente, Benjamin (2006) afirma que sua maior contribuição feminista para a psicanálise foi a noção de que a mãe é objeto do amor, mas também um sujeito que oferece amor. Isso “torna possível para a criança efetivamente perceber outro ser humano igualmente como um sujeito” (BENJAMIN, 2006, p. 6), o que é fundamental dentro de uma perspectiva política.

Como expusemos, psicanálise e feminismo são campos que, apesar de afins, possuem uma longa história de disputas e tensões. Se feministas da primeira e segunda onda utilizaram conceitos da psicanálise para fortalecerem sua luta, também não faltaram críticas ao androcêntrismo e heteronormatividade das teorizações psicanalíticas por parte destas estudiosas. Já no campo psicanalítico, as pautas de lutas dos movimentos feministas foram consideradas, várias vezes, desvios no desenvolvimento feminino (ABRAHAM, 1920; FREUD, 1925, 1933), uma visão que persistiu até a década de 70.

A psicanálise, apesar de ter contribuído imensamente para a desvinculação do sexo à reprodução, abrindo espaço para a sexualidade feminina se apresentar – pauta bastante importante para os movimentos feministas –, também cometeu excessos e desvios, naturalizando aspectos problemáticos do imaginário acerca da feminilidade da época. Aparentemente, Freud, mesmo zeloso quanto ao perigo da captura da psicanálise pela lógica da ilusão de uma *Weltanschauung* deixou-se ele mesmo iludir pelo imaginário patriarcal e eurocêntrico de seu contexto, fazendo a psicanálise trabalhar no sentido de justificar alguns modos de opressão advindos dele. Tendo em conta o que foi possível observar com esta

pesquisa, Freud, ao tomar o feminismo como simples ideologia, recusou suas possíveis contribuições no campo psicanalítico, naturalizando concepções da ideologia vigente sem o perceber.

Algo interessante a ser observado é que, nas descrições dos psicanalistas ligados à teoria freudiana da feminilidade, os “desvios” no caminho para o desenvolvimento de uma feminilidade “normal” eram muitos – seria quase um golpe de sorte atingir alguma maturidade psíquica sendo uma mulher. Essa perspectiva, longe de se encaixar na lógica fundamental da continuidade entre o normal e o patológico, parece-nos mais próxima do conhecido esforço bastante presente na sociedade de então de demonstrar cientificamente a inadequação de determinada classe de humanos aos parâmetros vigentes na sociedade, justificando, assim, sua condição de tutelada. Não é por acaso que as mulheres foram e ainda são identificadas com a desrazão, a loucura, o primitivo e a natureza, em oposição ao ideal civilizatório da cultura.

Como Luce Irigaray (1977), entre outras, já apontaram, a teoria da feminilidade de Freud é estranha à sexualidade da mulher e, conseqüentemente, à sua constituição psíquica. Neste imaginário, o corpo da mulher é tido como acessório ao do homem; seu prazer sexual é concebido ou em termos de falta, quando se fala no clitóris, ou de passividade masoquista, em se tratando da vagina. O autoerotismo feminino é considerado quase inexistente ou menos capaz de mobilizar a libido.

Acreditamos que a visão freudiana acerca do feminino e da feminilidade carrega em si um problema essencial que se expressa na negação da vagina como órgão erógeno, mas que tem conseqüências que vão para além da discussão sobre o prazer corporal. Isso justificaria a primazia do pênis/falo e ainda reforçaria a “inferioridade” do clitóris em relação a este, pois a comparação é feita em termos de tamanho observável, o que impossibilita o reconhecimento do corpo e do psiquismo feminino em seus próprios termos.

Nesse sentido, Marina Sodré e Márcia Arán afirmam que:

Por intermédio do mecanismo de transformar modelos histórico-contingentes da sexualidade em modelos universais ou transcendentais a partir de dois procedimentos fundamentais, a reiteração incessante das normas de gênero e a delimitação de fronteiras entre o inteligível e o não-inteligível, a teoria psicanalítica cumpriria, assim, uma função normativa. (SODRÉ & ARÁN, 2012, p. 301)

Horney (1926, 1933) sinalizou isso algumas vezes, e, em sua perspectiva, o que determinava essa visão era o fato de Freud não considerar os aspectos culturais, assim como não dar a devida importância ao desejo de gerar um filho como estruturante no psiquismo de meninos e meninas (Horney, 1933). A autora, revendo seu posicionamento anterior, passa a

compreender as questões das diferenças sexuais, inclusive a sexualidade feminina e a maternidade, como construções culturais, passíveis de serem modificadas. Compreendendo o enraizamento da cultura no sujeito e reforçando que as reações neuróticas não transcendiam tempo e espaço, a autora entende que a patologia é contingencial, fruto das condições coletivas em que o sujeito se insere (Horney, 1939).

Vemos, portanto, a importância de Horney não meramente do ponto de vista individual, referente à sua história e produção singular, mas como um lugar comum na estruturação do poder nas hierarquias simbólicas da psicanálise e da cultura. Afinal, como coloca Azevedo), “A ‘Era das escolas’, como nomeado o período entre 1940 e 1970/75, esteve marcada pelo dogmatismo característico dos tempos que buscavam uma ‘verdadeira psicanálise’” (2014, p. 314). Logo, com a intenção de rever os dogmas da psicanálise e reafirmá-la enquanto ciência e não ideologia, gostaríamos de assumir a diversidade do campo retomando uma autora que, ao que nos parece, foi vítima desses dogmas. Reparar o desmentido da teoria horneyana tida como essencialista, não psicanalítica ou não original é apenas um passo nesse caminho.

A organização eclesial que tantas vezes observamos nas instituições psicanalíticas não deve passar despercebida nem ser justificada ou aceita por ser um “fruto do seu tempo” ou por ter em sua base motivos transferenciais inconscientes. Pelo contrário, deve sinalizar a armadilha a que nós psicanalistas estamos sujeitos quando nos propomos a participar dessa organização sem questioná-la.

A insistência da autora na interferência da cultura nos processos de subjetivação, dão margem também para a interpretação feminista da constituição política do indivíduo. Se levados às últimas consequências, aonde o pensamento de Horney e o das feministas da terceira onda poderiam conduzir a psicanálise?

Tendo se dedicado durante muito tempo à formação de analistas, a autora também trouxe grandes contribuições acerca dos objetivos que a análise deveria empreender e a perspectiva culturalista que adotava permitiu que criticasse concepções naturalistas e universais do psiquismo humano e, conseqüentemente, da forma de tratá-lo. A forma como a autora aborda tais questões nos permite entender a crítica à psicanálise como dispositivo de poder que tende à normalização das subjetividades, ao mesmo tempo em que indica um caminho possível para, se não neutralizar, ao menos amenizar tais efeitos, a partir de um posicionamento ético que não nega o contexto moral em que o tratamento analítico se insere.

Acreditando que a psicanálise, longe de ser um campo do saber já plenamente constituído, mas uma jovem ciência em desenvolvimento, Horney deu grande importância às suas descobertas clínicas, assim como continuamente indicava a necessidade de maiores pesquisas

no campo (HORNEY, 1991 [1923, 1933]). Ela ainda acrescenta “que nossa concepção dos objetivos da terapia depende da nossa compreensão não só da neurose, mas também da nossa *Weltanschauung*, ou seja, da nossa concepção de nossa profissão” (HORNEY, 1991[1951], p. 220).

Isto significa dizer, como a autora já havia colocado em outros trabalhos (1937, 1945) que o adoecimento psíquico só pode ser compreendido e conceituado dentro de um determinado contexto sócio-histórico, e, por isso, também os objetivos da terapia analítica irão obedecer ao que determinada comunidade compreende como melhora, ou “cura”. Como exemplo disso, Horney (1951/1991) coloca que compreenderíamos como “melhora” o aumento da capacidade do sujeito de se relacionar com os outros numa base de respeito mútuo, ao invés de desenvolver relações de submissão e opressão, bem como o surgimento de sentimentos espontâneos no lugar de reações automáticas às interações, tornando os relacionamentos mais construtivos. No lugar de relações conflituosas consigo mesmo e com os outros, desejaríamos alcançar uma harmonia entre o que sentimos em nosso ambiente e a sensação de integração.

A autora chega a usar o termo “moralidade da evolução” (1950, p. 15) para descrever as forças construtivas que acreditava serem inerentes ao ser humano. O que é curioso, dado que acreditava que tais forças, associadas ao ambiente em que surgem e se manifestam, poderiam levar os sujeitos a se tornarem mais “cuidadosos, autossuficientes, ativos ou dependentes” (1950, p. 14), ou seja, não determinavam *a priori* o curso do desenvolvimento.

Acreditamos ser extrema essa concepção, mas não se pode deixar de observar que, ao longo da história, nós, seres humanos, gradualmente nos tornamos capazes de suportar melhor a alteridade e transformar as formas e especialmente a amplitude da nossa capacidade de cooperação; entretanto, nesse percurso, também destruímos modos de vida de forma irreparável, sendo difícil acolher tal convicção da autora. Preferimos sua ideia de que “não é mais válido supor que uma nova descoberta psicológica revela uma tendência universal inerente à natureza humana.” (HORNEY, 1937, p. 18).

Em que pese que as críticas de Horney ao biologicismo de Freud também se aplicassem a algumas de suas elaborações, um de seus méritos nos parece residir na inversão de foco de análise: do homem para a mulher, do pênis para o útero. Tal inversão, por sua própria possibilidade, revela o caráter contingencial da teoria psicanalítica, além de possibilitar uma verdadeira desconstrução dos vieses hierárquicos de gênero nas explicações sobre o desenvolvimento psíquico.

Podemos considerar que a recusa às explicações filogenéticas antes apresentadas por Freud em relação às fantasias primárias reside no profundo incômodo com a naturalização de alguns padrões de comportamento – impossível não pensar que o patriarcalismo foi o primeiro grande incômodo que levou Horney a buscar alternativas de explicação que não as tendências naturais ou instintivas do ser humano. No entanto, a autora ainda pretendia chegar a alguns constructos que viabilizassem a aplicação de sua teoria a uma gama diversa de situações (HORNEY, 1937). Nesse sentido, apesar de a neurose não poder ser considerada universal em sua expressão no conflito edípico, “há duas características, no entanto, que podem ser discernidas em todas as neuroses mesmo sem um conhecimento profundo da estrutura da personalidade: uma certa rigidez nas reações e uma discrepância entre potencialidades e conquistas” (HORNEY, 1937, p. 22). Estas seriam as manifestações sintomáticas que Horney encontraria em seus pacientes de maneira geral. Esta generalização torna-se uma alternativa útil aos quadros de sintomas como as fobias, rituais obsessivos, depressões etc., enquanto índices de neurose, visto que, segundo a autora, é possível que nenhum desses sintomas se desenvolva, mesmo em uma neurose crônica. Segundo a autora:

A condição que é fomentada ou acarretada pelos fatores que eu mencionei [falta de calor e afetividade positiva], ou por fatores similares, é um sentimento insidiosamente crescente, que a tudo impregna, de sentir-se sozinho e desamparado em um mundo hostil. As reações agudas individuais às provocações se cristalizam em uma atitude de caráter. Essa atitude como tal não constitui uma neurose, mas é o solo fértil do qual uma neurose definida pode se desenvolver a qualquer momento. Por causa do papel fundamental que essa atitude opera na neurose, eu lhe dei uma designação especial: a ansiedade básica; ela está inseparavelmente entrelaçada com a hostilidade básica. (HORNEY, 1937, p. 89)

A neurose, portanto, seria a resposta que o sujeito encontra para lidar com tal ansiedade básica, adquirindo um caráter compulsivo, uma vez que o sujeito acredita que, dessa forma, poderá manter-se seguro, evitando possíveis perigos (HORNEY, 1939). O processo terapêutico que daí se depreende visa, assim como o método freudiano, a diminuir as amarras que o processo neurótico impõe ao sujeito, mas por meio da investigação das funções que tal processo possui na atualidade e de suas consequências. Horney acreditava que o método freudiano de busca da gênese infantil da neurose provocava, muitas vezes, uma mobilização de angústia grande demais nos sujeitos, levando ao fracasso da terapia. Por outro lado, ao ajudar o sujeito a discriminar as consequências de suas tendências neuróticas, a análise proporciona uma maior autonomia para que o sujeito lide com as dificuldades da vida de acordo com seu próprio

juízo. Westcott aponta que um dos legados feministas da autora se baseia na formulação de que:

o neurótico é uma vítima cujo sofrimento não é um fracasso individual, mas a resposta humana racional a uma cultura que é doente. Diferente de Laing, no entanto, Horney não romantizava a loucura como libertadora (Laing, 1967, p. 127). Sua abordagem está mais próxima à antropologia cultural de Ruth Benedict (Benedict, 1959/1934; Horney, 1937). Para Horney o neurótico não é louco, mas supranormal: o paradigma do que uma cultura neurotônica produz. Em seu ponto de vista, a terapia seria a desconstrução do tipo neurótico (de cultura) como condição de mudança social (HORNEY, 1947b). (WESTCOTT, 1986, p. 13)

Se aproximarmos as definições da autora à noção de Butler (2001) de que também o sexo é uma construção ideal que tem função reguladora materializada nos corpos ao longo do tempo, podemos compreender como as disposições culturais moldam formações neuróticas que mantêm esse ideal às custas da criatividade e espontaneidade dos sujeitos, que por sua vez, necessitam de um ambiente que favoreça a exploração de forma segura e consistente. A forma como Horney articula as interações entre cultura e desenvolvimento psíquico ajuda-nos a perceber e, conseqüentemente, intervir clinicamente nas restrições que o sofrimento mental impõe às pessoas no que diz respeito a tais explorações. A nosso ver, essa é uma das maiores contribuições da autora que foi também esquecida com ela, retardando, em conjunto com outros fatores, a aceitação da dimensão intrinsecamente política da clínica.

Sendo assim, percebe-se que as teorias da neurose de Horney modificaram-se consideravelmente ao longo do tempo. Dos primeiros questionamentos da teoria freudiana sobre a sexualidade feminina na década de 20 até seu último livro, *Neurosis and Human Growth*, de 1950, a autora foi levada a inquirir sobre os aspectos iatrogênicos da psicanálise e da cultura, fornecendo interpretações inovadoras que vão além do debate sobre a feminilidade.

Essas modificações na teoria nos contam um pouco sobre as mudanças que ocorreram na vida da própria autora, como uma jovem mulher lutando por seu espaço em ambientes patriarcais, ou a imigrante alemã tentando adaptar-se ao jovem continente americano, até a mulher madura com várias cicatrizes, mas um grande desejo pela vida. Infelizmente, as disputas internas na comunidade psicanalítica parecem ter dificultado o reconhecimento de suas teorias, negando-lhe um espaço institucional que poderia ter garantido a transmissão e desenvolvimento de suas ideias de maneira ampla e consistente, configurando o que chamamos aqui de mais um desmentido na história da psicanálise. No entanto, o que percebemos ao longo de nossa investigação é que Karen Horney não foi mera vítima do processo de desmentido. A autora, durante toda sua vida, parece ter buscado ativamente espaços em que pudesse exercer

sua liberdade de pensamento e questionamento, mas sem encontrá-los nas instituições psicanalíticas pelas quais passou, até fundar sua própria. Talvez seja possível também aqui mais uma aproximação com Ferenczi que, como afirma Kupermann “buscou ativamente a solidão, convicto de que apenas um afastamento mais radical [...] poderia lhe proporcionar a liberdade necessária para pensar criativamente a psicanálise” (KUPERMANN, 2019, p.39).

Nesse sentido, gostaríamos de frisar que a aproximação da autora à posição da criança desmentida em sua vulnerabilidade diz respeito ao movimento ativo por parte de integrantes do movimento psicanalítico para isolá-la teórica e institucionalmente, mas isso não significa que Horney tenha simplesmente se submetido a tal movimento. Suas contínuas migrações parecem demonstrar sua luta por fazer-se ouvir entre os mais diversos meios psicanalíticos. Esta pesquisa foi, portanto, uma forma de integrar suas contribuições ao edifício teórico contemporâneo da disciplina pelo reconhecimento de sua experiência, sua vulnerabilidade e seu testemunho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AALPOEL, R. & van der HEIDE, F. The culture and personality school: a questionable contribution to anthropological theory. In: *Social Cosmos*, 2014.

ABRAHAM, K. (1910). Letter from Karl Abraham to Sigmund Freud, April 28, 1910. In: *The Complete Correspondence of Sigmund Freud and Karl Abraham: 1907-1925*. Routledge, 2019, p. 109-110.

ABRAHAM, K. (1920). Letter from Karl Abraham to Sigmund Freud, December 6, 1920. In: *The Complete Correspondence of Sigmund Freud and Karl Abraham: 1907-1925*. Routledge, 2019, p. 435-436.

ABRAHAM, K. (1922). Manifestations of the female castration complex. In: *International Journal of Psychoanalysis*. V.3. p. 1-29, set., 1920.

ABRAHAM, K. (1925). Letter from Karl Abraham to Sigmund Freud, February 6, 1925. In: *The Complete Correspondence of Sigmund Freud and Karl Abraham: 1907-1925*. Routledge, 2019, p. 533-535.

AMERICAN. PSYCHOANALYTICAL ASSOCIATION (1938). History of The American Psychoanalytic Association: Charter Members Former Officers, and Previous Meetings..., 1(1):12-17.

AMORIM, P. M. & VASCONCELOS, L. E. M. Quarto de Despejo como imagem da história da psicanálise: o caso de Virgínia Bicudo. In: *Psicanálise e Racismo: interpretações a partir de Quarto de Despejo*. (Org.: Fábio Belo). Belo Horizonte: Relicário, 2018.

ANTONELLO, D. F. *Testemunhar*: um modo de compartilhar o trauma. Rio de Janeiro: Ágora, v. XXII n. 2 mai./ago., p. 180-189, 2019.

APPIGNANESI, L. & FORRESTER, J. *As mulheres de Freud*. Rio de Janeiro: Record, 2010

AZEVEDO, B. H. O tronco e os ramos. In: *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 47, n. 86, p. 313-318, jun. 2014

BALSAM, R. H. Freud, Females, Childbirth, and Dissidence: Margarete Hilferding, Karen Horney, and Otto Rank. In: *Psychoanalytic Review* 100, n. 5, p. 695-716, 2013.

BENJAMIN, J. (2006) Interview by L. Granek [Video Recording]. In: *Psychology's Feminist Voices Oral History and Online Archive Project*. Nova Iorque, 2012.

BENTON, R. L. *The prophetic voice of Karen Homey in the evolution of psychoanalytic female developmental theory-From Freud to contemporary revisionists*. School of Social Work of Tulane University, 1994.

BIRMAN, J. Escritura e psicanálise: Derrida, leitor de Freud. In: *Natureza Humana*, v. 9, n. 2, p. 275-298, jul./dez. 2007.

BOKANOWSKI, T. *The Modernity of Sándor Ferenczi: his historical and contemporary importance in psychoanalysis*. 2018.

BOURDIEU, P. O campo científico. In *Pierre Bourdieu: sociologia*. Ortiz, R. (org.) São Paulo: Ática. 1983, p. 122-155,

BOURDIEU, P. O campo intelectual. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 169-180.

BREUER, J. & Freud, S. (1895) *Estudos sobre histeria*. Tradução de Laura Barreto, revisão da tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Obras completas de Freud, v. 2)

BUHLE, M. J., *Feminism and its discontents: a century of struggle with psychoanalysis*. Massachussets, Harvard University Press, 1998.

BUTLER, J. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172

CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COELHO JUNIOR, N. E. & FIGUEIREDO, L. C. M. Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. In: *Interações: estudos e pesquisas em psicologia*, v. 9, n. 17, p. 9-28, 2004.

DOSSE, F. (1996). Questões suscitadas pela pluralidade dos modelos interpretativos em ciências sociais: a guinada interpretativa. In: *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. (Tradução de Ivone Benedetti). São Paulo: Unes, 2001, p. 39-69.

DOTTIN-ORSINI, M. (1996). A mulher que eles chamavam fatal: textos e imagens da misoginia *fin-de-siècle*. Rio de Janeiro: Rocco.

ECKHARDT, M. H. Organizational schisms in American psychoanalysis In: QUEN, J. M. & CARLSON, E. T. (eds.). *American Psychoanalysis: Origins and Development*. New York: Brunner/Mazel, 1978, p. 141-161.

FENICHEL, O. *119 Rundbriefe* (1934–1945), MÜHLLEITNER, E. & REICHMAYR, J. (eds). Frankfurt: Stroemfeld, 1998, v. 2.

FERENCZI, S. (1933). Confusão de línguas entre adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão. In: *Obras Completas, vol. I*. São Paulo, Martins Fontes, 2011

FERRO, M. (1974). Lenda e História: o Encouraçado Potemkin. In: *Cinema e História*. Trad. Flávia Nascimento. São Paulo: Paz e Terra, pp. 83-85. 2010

FLETCHNER, J. Seduction and the Vicissitudes of Translation: the work of Jean Laplanche. In: *Psychoanalytic Quarterly*, LXXVI, p. 1241-1291, 2007.

FRASER, N., (1994). After the Family wage: a postindustrial thought experiment. In: *Fortunes of Feminism: from state-managed capitalism to liberal crisis*. London: Verso, 2013, p. 115-135.

FREUD, A. Report of the Twelfth International Psycho-Analytical Congress. In: *International Psychoanalytical Association Bulletin*, v. 14, p. 138-180, 1933.

FREUD, S. (1914a). Recordar, repetir e elaborar: novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II. In: FREUD. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão, Rio de Janeiro: Imago, 2016, p. 159-171. (Vol. XII).

FREUD, S. (1914b). A história do movimento psicanalítico In: FREUD. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão, Rio de Janeiro: Imago, 2016, 15-73. (Vol. XIV)

FREUD, S. (1925). Letter from Sigmund Freud to Karl Abraham, July 21, 1925. In: *The Complete Correspondence of Sigmund Freud and Karl Abraham 1907-1925*, 552-553, .Routledge, 2019.

FREUD, S. (1925a). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* Tradução de J. Salomão, Rio de Janeiro: Imago, 2016, p. 231-253. (Vol. XIX)

FREUD, S. (1925c). Autobiografia. In *O Eu e o Id: "autobiografia" e outros textos*. Tradução de. Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. (1927). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão, Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 271-286. (Vol. XIX)

FREUD, S. (1931) Sexualidade feminina. In S. Freud, *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* Tradução de J. Salomão, Rio de Janeiro: Imago, 2016, p. 231-253. (Vol. XXI)

FREUD, S. (1927). Fetischismus. In *Gesammelte Werke* (v. 14, p. 311-317). Frankfurt am Maim: Fischer Taschenbuch, 1999.

FREUD, S. (1932). A questão de uma *Weltanschauung*. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão, Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 155-177. (Vol. XXII)

FROSCH, J. The New York Psychoanalytic Civil War. In: *Journal of American Psychoanalytical Association*, v. 39, p. 1037-1064, 1991.

FROSH, S. Psychoanalysis, Nazism and "Jewish Science". In: *International Journal of Psychoanalysis*, v. 84, p. 1315-1332, 2003.

GARRISON, D. Karen Horney and feminism. In: *Signs*, v. 6, n. 4, p. 672-691. 1981

GLOVER, E. Report of the Thirteenth International Psycho-Analytical Congress. Bul. International Psychoanalytical . *Association Bulletin*, v. 15, p. 485-524, 1934.

GOLDMAN, E. (1911). The hipocrisy of Puritanism. In: *Anarchism and other essays*. Delaware, 2015, pp. 64-68,

GOMES, J. D. *Os Segredos de Virgínia: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)*. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GONDAR, J. Ferenczi como pensador político. In: *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro: Círculo Psicanalítico, v. 34, n. 27, p. 193-210. jul./dez. 2012.

HORNEY, K. (1917). Die Technik der psychoanalytischen Therapie, Zeitschrift für Sexualwissenschaft 4. The Technique of Psychoanalytic Therapy. In: *American Journal of Psychoanalysis*, v. 5 1968.

HORNEY, K. (1951) The goals of analytic therapy. In: *American Journal of Psychoanalysis*, v. 51, n. 3, p. 219-226, 1991.

HORNEY, K. *Neurosis and human growth*. New York: W. W. Norton & Company, 1950.

HORNEY, K. *New ways in psychoanalysis*. New York: W. W. Norton & Company, 1939.

HORNEY, K. *Psicologia Feminina*. Tradução de Talita Rodrigues. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.

HORNEY, K. *Self-analysis*. New York: W. W. Norton & Company, 1942.

HORNEY, K. *The adolescent diaries of Karen Horney 1885-1952*. Basic Books, 1980.

HORNEY, K. *The neurotic personality o four times*. New York: W. W. Norton & Company, 1937.

HORNEY, K. *The unknown Karen Horney: essays on gender, culture, and psychoanalysis*. New Haven: Yale University Press, 2000.

HORNEY, Karen. *New Ways of Psychoanalysis*. London: Kegan Paul, Trench, Trubner 1937. Resenhado por S. A, in: *International Journal of Psychoanalysis*, v. 21, p. 360-363, 1940.

HORNEY, Karen. *The Neurotic Personality of our Time*. London: Kegan Paul, Trench, Trubner 1937. Resenhado por J.E, in: *International Journal of Psychoanalysis*, v. 21, p. 240-241, 1940.

IPA. II. Conclusion of Report of the Thirteenth International Psycho-Analytical Congress—General Meeting of the International Training Commission1. In: *International Psychoanalytical Association Bulletin*, v. 16, p. 242-245, 1935.

IPA. Report of the International Training Commission. In: *International Psychoanalytical Association Bulletin*, v. 11, p. 523-529, 1930.

JACOBY, R. *The repression of psychoanalysis: Otto Fenichel and the political Freudians*. New York: Basic Books. 1986.

JOHANSSON, M. Historiography of Psychoanalysis. In *Historiography and psychoanalysis, International Forum of Psychoanalysis*, v. 16, n. 2, p. 103-112, 2007.

JONES, E. (1961) *Vida e obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

- JONES, E. Karl Abraham. *International Journal of Psycho-analysis*, v. 7, n. 2, p. 155-81, 1926.
- JONES, E. *Letter to A. A. Brill*. London: Archives of the British Psychoanalytical Society, 1934
- JONES, E. The Early Development of Female Sexuality. *International Journal of Psycho-analysis*, v. 8, p. 459-472, 1927.
- KHUN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1962.
- KUPERMANN, D. *Estilos do cuidado: a psicanálise e o traumático*. São Paulo: Zagodoni, 2017.
- KUPERMANN, D. *Por que Ferenczi?* São Paulo: Zagodoni, 2019.
- KUPERMANN, D. *Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições*. Rio de Janeiro: Revan, 1996
- LAPLANCHE J (1987). *New foundations for psychoanalysis*, Macey D, translator. Oxford: Blackwell, 1989.
- LAPLANCHE J (1991). *Freud e a sexualidade: o desvio biologizante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LAPLANCHE, J. (2002) Failures in translation. In: FLETCHER, J. (editor). *Freud and the sexual: essays 2000-2006*. New York: International Psychoanalytic, 2011.
- LAPLANCHE, J. (2003) Gender, sex and the sexual. In: FLETCHER, J. (editor). *Freud and the sexual: essays 2000-2006*, New York: International Psychoanalytic, p. 115-2011.
- LAPLANCHE, J. *Interpretar [con] Freud y otros ensayos*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1997.
- LATTANZIO, F. & RIBEIRO, P. C. C. Recalque originário, gênero e sofrimento psíquico. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 3, p. 507-517, jul./set. 2012.
- LEVINE, R. A. Culture and Personality Studies, 1918–1960: Myth and History. In: *Journal of Personality*, v. 69, n. 6, Harvard University, dez. 2001
- MAIO, M. C. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. In: *Cadernos Pagu*, v. 35, p. 309-355, 2010.
- MARCUSE, H., (1955). Crítica ao revisionismo freudiano. In *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2010, p. 205-232.
- MCLAUGHLIN, N. G. Why do schools of thought fail? Neo-freudianism as a case study in the sociology of knowledge. In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 34, n. 2, pp. 113-134. 1998.
- MEZAN, R. O inconsciente segundo Karl Abraham. *Psicologia USP*, v. 10, n. 1, p. 55-95, 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641999000100004&lng=en&nrm=iso.

MEZAN, R. *O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

MITCHELL, J., (1974). Introdução. In: *Psicanálise e feminismo: Freud, Reich, Laing e as mulheres*. Tradução de Ricardo Britto de Araújo. Belo Horizonte: Interlivros, 1979, p. 17-24

PARIS, B. *A psychoanalyst's search for self-understanding*. New Haven: Yale University Press. 1994

PSYCHOANALYTISCHE BEWEGUNG. Psychoanalytische Lehrkurse. In: *Psychoanalytische Bewegung*, v. 2(3), p. 301-302, 1930

QUINN, S., *A mind of her own: the life of Karen Horney*. New York: Summit Books. 1987.

ROAZEN, P. *The historiography of psychoanalysis*. New Jersey: Transaction Publishers, 2001

RUBINS, J. L. *Karen Horney: gentle rebel of psychoanalysis*, New York, The Dial Press. 1978

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA, pp. 46-71. 1988

SCHRÖTER, M. The Dissemination Of The Berlin Model Of Psychoanalytic Training: a sketch of the international training commission 1925–19381. In *Psychoanalysis and History* v. 10, n. 2, p. 205 – 223, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SHOWALTER, E. Introduction. In: *These modern women: autobiographical essays from the twenties*. New York, The Feminist Press, p. 3-30. 1989

SOUZA LAGO, M.C. Feminismo, psicanálise e gênero: viagens e traduções. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 189-204, 2010

VAN OPHUIJSEN, J.H.W. (1917). Contribution to the masculinity complex on women. In: *International Journal of Psychoanalysis*, v. 5. p. 39-49, 1924

STRATCHE, Comentário sobre FREUD, S. (1931) Sexualidade feminina. In S. Freud, *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* Tradução de J. Salomão, Rio de Janeiro: Imago, 2016, p. 231-253. (Vol. XXI)

WESTKOTT, M. *The feminist legacy of Karen Horney*. London: Yale University, 1986

ZAKIN, E. Psychoanalytic Feminism. In: ZALTA, E. N. (ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/feminism-psychoanalysis/>>. Acessado em: 10/10/2018.

ZARETSKY, E. *Segredos da Alma: uma história sociocultural da psicanálise*. Tradução de Marta Rosas. São Paulo: Cultrix, 2006.

ZIMMERMANN, J. J. Por que Ferenczi? In *Revista Psicanálise*. Porto Alegre: SBPPA 12(1) pp. 199-202, 2010.